

REVISTA
INTERNACIONAL
do
MOVIMENTO
COMUNISTA
2

Em lingua portuguesa

1989

Essa revista é realizada conjuntamente, em escala internacional e em várias línguas, por diversos componentes do movimento comunista.

O grupo Comunismo (México), Comunismo ou Civilização (Alemanha, Brasil, Espanha, França), União Proletária (França, Japão), Kamunist Kranti (Índia), reuniram suas forças para favorecer a difusão das posições gerais do programa comunista, polarizar a expressão do movimento comunista e reforçar a unidade dos revolucionários frente aos ataques dos Estados capitalistas.

Essa utilização comum dos meios (edição de uma revista comum, intercâmbio de traduções, rede comum de difusão, etc) não implica a priori nenhuma reaproximação política entre os componentes que participam deste esforço comum.

A única base comum imperativamente exigida para poder participar dessa cooperação é a defesa incondicional das posições gerais do comunismo:

- Reivindicação da tradição do comunismo desde o "Manifesto do Partido Comunista" de 1848 até às esquerdas da III Internacional.

- Necessidade da atividade política autônoma do proletariado e de sua reconstituição em partido comunistas em escala mundial.

- Derrubada da burguesia. Necessidade da ditadura do proletariado, fase de transição política que permite a instauração do comunismo.

- Reivindicação do comunismo, que assiste ao desaparecimento das classes, do trabalho assalariado e, com ele, do valor e demais categorias mercantis.

- Recusa de todos os falsos imediatismos: stalinismos, trotskysmo e todas as formas do esquerdismo.

Essa apresentação é ao mesmo tempo um apelo permanente para que todos aqueles que se situam nas mesmas posições juntem-se a esse trabalho coletivo para a emancipação do proletariado.

Grupo Comunismo
Comunismo ou Civilização
União Proletária
Kamunist Kranti

SUMÁRIO

Comunismo ou Civilização	4
Comunismo	78
L'Union Prolétarienne	90

**COMUNISMO
OU
CIVILIZAÇÃO**

COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO pela
INVARIÂNCIA da teoria do proletariado.

- Defendida na Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista – 1848); na AIT (obra do Conselho Geral de Londres dirigido por Marx); quando da Comuna; na Segunda Internacional; contra a degenerescência e falência desta (Esquerda socialista na Alemanha, Bolcheviques, Esquerda Socialista na Itália – Fração Abstencionista).

- Que triunfa na Rússia em 1917 e internacionalmente:
Moscou 1919: fundação da terceira Internacional;
Livorno 1921: fundação do Partido Comunista da Itália: ruptura com a democracia.

- Defendida pela Esquerda Comunista contra a degenerescência de Moscou; contra a União Sagrada na resistência ao fascismo.

- Que deve ser restaurada, assim como o Partido Comunista – órgão da classe proletária – fora de todo democratismo, carreirismo, individualismo, contra o imediatismo e contra toda dúvida revisionista quanto à doutrina.

- O objetivo de “Comunismo ou Civilização” é a reformalização do Partido Comunista.

“O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e é consciente disto”. (Marx, 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”

“O determinismo, na sua amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por uma vez a cabeça na frente”. (Diálogo com os mortos, 1957)

INTRODUÇÃO

Na Introdução ao texto de Comunismo ou Civilização – C ou C – no número 1 da Revista Internacional do Movimento Comunista – RIMC (1988), explicamos as mudanças que passariam a ocorrer na edição e na apresentação de C ou C, que ao invés de continuar saindo anualmente sob a forma tradicional, passaria a ser editada, junto com outras publicações do meio revolucionário atual, no corpo da RIMC. Na sua edição em língua portuguesa, esta revista aparecerá, em 1989, uma vez – o presente número 2 – e a partir de 1990 terá periodicidade semestral. Continuamos a editá-la em língua francesa (quatro vezes por ano), em língua espanhola (anualmente), alemã (anualmente), e este ano, iniciaremos sua edição em língua inglesa (periodicidade anual).

Em face das diversas correspondências que trocamos nos últimos meses com vários órgãos da imprensa revolucionária, assim como de algumas observações emitidas por esta mesma imprensa, pensamos que vale a pena explicar novamente os motivos que nos conduziram a uma tal conduta. (Precisemos aqui que falamos em nosso próprio nome e não pretendemos resumir os motivos dos diversos participantes desta revista).

O partido formal do proletariado desapareceu depois de 1928. Pior ainda, ele foi – até 1943 pela IC (data oficial em que foi posto a pique), e até hoje pelas seções nacionais – inteiramente absorvido pela e ao serviço da contra-revolução.

No entanto, pequenos núcleos resistiram a tudo. Pequenas forças que não queriam deixar extinguir a chama do comunismo revolucionário e esforçaram-se, geração após geração, para preservá-la. Hoje, quase todos os veteranos deste longo combate revolucionário já desapareceram e, se estamos vivos no comunismo de hoje, é graças a eles.

A corrente que mais contribuiu para manter a integridade do comunismo revolucionário foi a Esquerda Comunista da Itália, cujo trabalho de defesa e de restauração do programa comunista foi, dos anos 30 a meados dos anos 60, fundamental. Mas a vida deste movimento não foi isenta de erros e de fraquezas, o que não permite hoje apoiarmos somente nas suas contribuições. Enquanto viveu – até 1966 – a Esquerda era portadora de um projeto que deveria ser desenvolvido por seus membros, no fio direto da tradição revolucionária. Uma vez morta, sua contribuição re-englobou-se na história geral desta tradição, nos ensinamentos fundamentais dos outros lutadores de peso tais como Marx-Engels, os bolcheviques, Luxemburg, etc.

Um dos erros mais graves desta corrente foi o de considerar que a continuidade do partido formal podia exercer-se em pleno período de contra-revolução, mesmo no mais longo período de contra-revolução que o proletariado conheceu. Ora, como explicava Marx, fora dos períodos de crise revolucionária, em que o proletariado constitui-se "em classe e portanto em partido político", só podemos falar do partido "no sentido amplo do termo". A redução da expressão do proletariado a uma ínfima amplitude impede-o de realizar um outro trabalho que não o de balanço histórico e de restauração programática, obra necessária para enfrentar, a longo prazo, a reabertura do curso revolucionário em melhores condições.

O ser do partido é o programa. O partido no sentido histórico do termo é portador deste programa e dos princípios que o fundamentam. A expressão do programa exige uma expressão do partido histórico. Portanto, é necessário que os homens não resignados com a derrota agrupem suas forças para trabalhar no reforço da teoria comunista, no balanço das experiências históricas e na previsão do curso revolucionário futuro.

No entanto, nem sempre é evidente que uma tal vontade produza expressões que estejam à altura deste ser revolucionário. Uma expressão pode ser mais ou menos adequada ao ser que a sustenta, mais ou menos conforme à tradição histórica do comunismo, mesmo estando no interior desta tradição.

Por comodidade de linguagem designamos – como em outras ocasiões – tais expressões pelo termo "meio revolucionário". É inútil polemizar, como é o caso atual, sobre a validade ou não deste termo. Ele é o que é: cômodo. De qualquer modo ele não é um conceito científico. Para sermos rigorosos, diríamos que existe no momento atual uma tradição comunista que se exprime de maneira mais ou menos adequada ao ser do partido histórico. Esta tradição expressa-se contra o curso contra-revolucionário ambiente e, justamente por esse motivo, está submetida às suas pressões e poluída de fraquezas, de erros, etc. Tais erros e incompreensões podem mesmo conduzir, quando se coagulam em princípios, ao abandono das posições revolucionárias e à passagem para o campo contra-revolucionário. Por isso é que não se deve conceder a este "meio revolucionário" o simples crédito de existir, é necessário intervir em seu seio para defender a expressão mais pura possível do programa comunista, fustigar os desvios, criticar os oportunismos, combater as confusões, etc.

No essencial, é precisamente isso que tentamos fazer ao longo de 12 anos através de nossa revista "Comunismo ou Civilização" e também aqui e ali ao longo de discussões ou de correspondências. É este nosso trabalho de militantes comunistas em uma época onde tudo, para o proletariado é somente derrota.

Para nós, este trabalho só pode assumir, na sua maior parte, o aspecto de um trabalho de restauração teórica, baseado no estudo e no comentário dos textos clássicos do partido, objetivando prosseguir a crítica radical da sociedade existente e prepara sua destruição.

Visa preparar o terreno para que, reatando com a tradição revolucionária do passado em seu nível mais alto, o futuro partido do proletariado dê a si próprio, de imediato, a forma mais pura, integrando a experiência de todas as gerações passadas, a fim de não mais reproduzir os debates que já foram claramente resolvidos e os erros que poderiam ser fatais. A eficácia e a vitória na próxima guerra revolucionária exigem este preço.

Os revolucionários somente se unificarão se situarem-se neste terreno, cuja validade não se discute pelo debate democrático, mas pela preferência orgânica à toda tradição passado e à sanção da realidade histórica que virá novamente provar a justeza das orientações de sempre do partido revolucionário. Um tal trabalho somente adquire sua validade histórica na e pela luta do proletariado.

Por isso é que sempre recusamos a prática que consiste em querer fazer acordo sobre um catálogo de posições políticas, estabelecer plataformas imediatas, organizar discussões ou conferências sobre temas circunstanciais, debater a atualidade sem perspectiva, etc. A desorientação produzida pela contra-revolução é tão grande que o movimento comunista deve fazer um humilde retorno ao B-A-BA e não repisar "teorizações" apressadas que nem mesmo resistem à confrontação dos fatos. Ora, nenhum componente do meio revolucionário pôde ou quis, na preocupação de proteger sua pequena identidade de seita, passar do desejo ativista de unificar qualquer coisa à prática séria – mas muito mais árdua – de trabalhar para reduzir as divergências tomando-as pela raiz, na base das posições do comunismo revolucionário.

Entre os que julgam que isto não lhes diz respeito, pois já são "pólos" no meio revolucionário e só discutem com outros "pólos" de mesma corpulência, e os que se auto-fundam pela enésima vez como "Partido Comunista Internacional" de um certo quarteirão de um vilarejo da Itália ou da França, vê-se o mesmo desprezo pela tarefa essencial do momento do proletariado internacional: a restauração do programa comunista.

Nestas condições, e em virtude da unificação na base de posições políticas imediatas estar sistematicamente condenada ao fracasso enquanto não existir uma sólida base teórica comum que nem mesmo se quer tentar estabelecer, pensamos que o único terreno no qual o movimento poderia fazer prova de unidade é o terreno que qualificamos – ainda mais uma vez na falta de outro termo – de "técnico", isto é, o do estabelecimento de estruturas comuns que permitam a difusão e a expressão das posições revolucionárias, e que assegurem um mínimo de solidariedade frente aos ataques repressivos do estado burguês, sem esperar sistematicamente, como sempre é o caso, o último momento para – não – reagir¹.

Nosso apelo visou tornar comum certos meios de difusão, de impressão materiais, etc), nas circunstâncias que descrevemos na introdução ao nosso número editado na RIMC número 1. Hoje, a concretização destes esforços é que Comunismo (México), Kamunist Kranti (Índia), Union Proletarienne (França) e nós mesmos, juntamos nossas forças para realizar e difundir esta revista.

Alguns – e sobretudo os mesmos que não estão prestes a dar este passo – nos reprovam por não darmos um conteúdo "político" a este acordo. Para nós a base política é a

¹ A propósito, é somente pro razões de relação de forças – atualmente em torno de milhões contra um em favor da burguesia – que pensamos que esta solidariedade só pode se exercer hoje no seio e através dos membros do meio revolucionário. A posição clássica do comunismo a este respeito, e que veementemente reivindicamos, é que o partido comunista opõe-se a qualquer repressão da parte do estado burguês. Mas tal tarefa é uma tarefa do partido formal, e supõe que o proletariado esteja minimamente organizado frente ao Estado. Deixaremos com suas fantasias os heróis de "westerns" que podem "salvar" todos os prisioneiros das duas Américas com golpes de proclamações grandiloquentes nas páginas de seus pasquins. Quanto a nós, permaneceremos pudicos e tentaremos fazer o máximo quando for necessário, à altura de nossos ridículos meios. Precisamente por causa da irrisória fraqueza de cada um de nós tomado isoladamente é que pensamos que o meio poderá reagir um pouco mais eficazmente, se o fizer de maneira unitária. Em uma fase posterior do desenvolvimento da luta de classes, o partido do proletariado deverá sistematicamente erguer-se contra a repressão do Estado, sem poupar simultaneamente seus golpes contra todos seus adversários políticos.

mesma que fundamenta a existência de um meio revolucionário, hoje emergido de uma tradição política comum. Ela é expressa de maneira geral, mas definida de modo suficientemente rigoroso para evitar qualquer confusão com forças estranhas à esta tradição, no comunicado comum que figura no verso da capa desta revista. Ela recusa o bloqueio que certamente decorreria da exigência de um acordo prévio baseado em uma lista de posições políticas "imediatas", que freqüentemente não possuem fundamento teórico coerente, ou do estabelecimento de pseudo "fronteiras de classes", onde a maioria vira as costas aos ensinamentos do comunismo revolucionário.

Para nós, Comunismo ou Civilização, a RIMC não tem outro objetivo senão ode permitir a difusão das posições revolucionárias e sua ampliação. Não pretendemos com isso aglomerar artificialmente o que não está pronto para tal, conscientes das diferenças de trajetória histórica, de itinerário político, de apreciação da conjuntura histórica, etc, que persistem entre os diversos participantes e não desaparecerão por causa da existência de uma revista única (no seu aspecto teórico, pois os participantes que editam boletins de agitação ou jornais, conservam claramente tal atividade ao lado de sua participação na revista).

Alguns denigrem nossa conduta, lançando a suspeita da existência necessária de "segundas intenções" nesta iniciativa. No que nos diz respeito, nossa única "segunda intenção" é a de fazer um real passo a frente, por pequeno que seja, e com parceiros imbuídos da mesma intenção, fora de qualquer cálculo oportunista.

Pela primeira vez depois de anos, alguns componentes do movimento comunista decidem avançar o que os reúne e não o que os divide, e sobretudo em escala internacional. Enquanto isso, os que se enraivecem com o sectarismo do meio são incapazes de efetuar o mínimo esforço neste sentido.

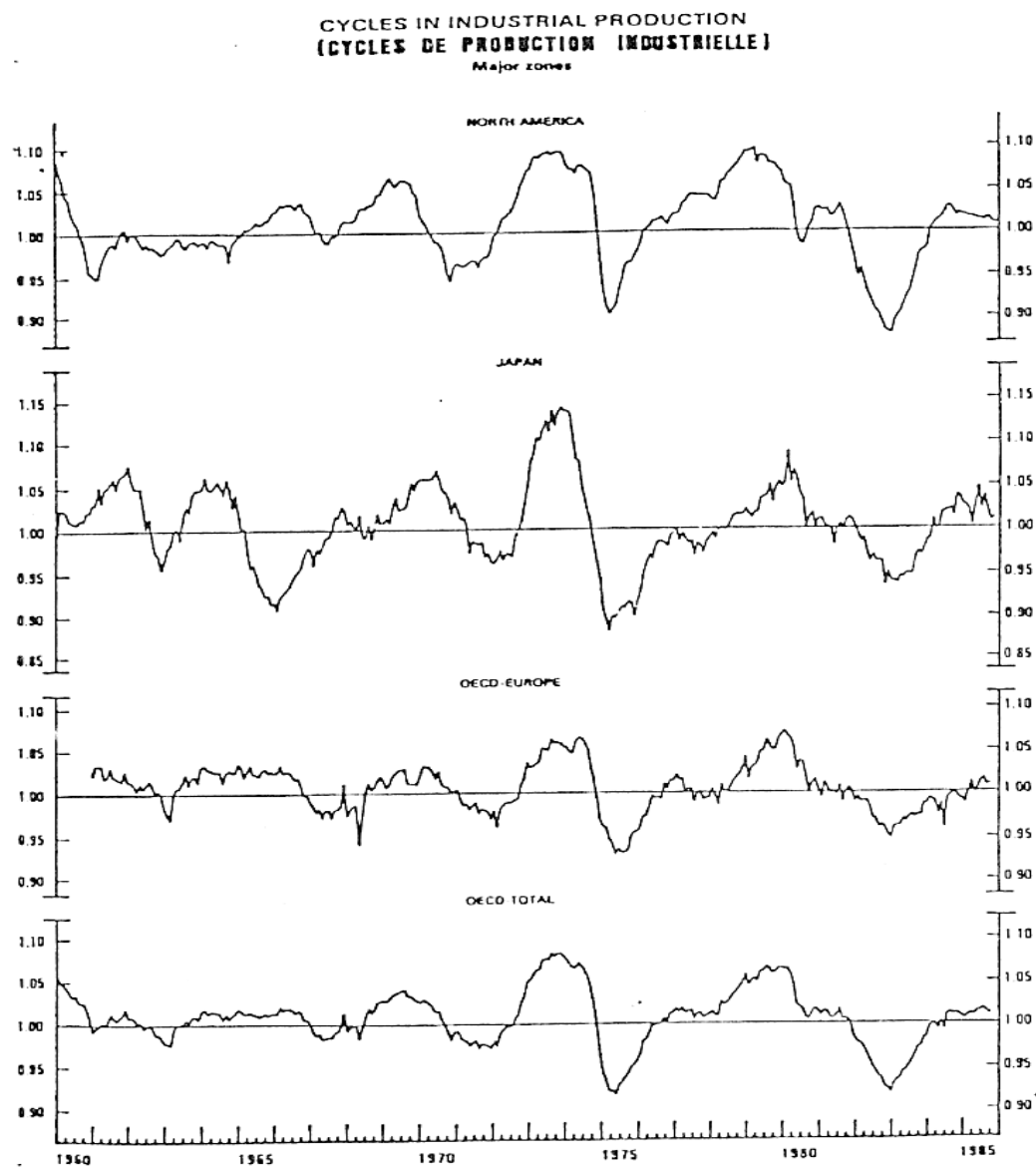
A própria existência desta revista constitui um reforço real da expressão das posições revolucionárias².

Atualmente, apesar da arrogância ambiente, pode-se constatar que nenhum dos sintomas que provocaram o "krach" das bolsas de outubro de 1987 foi reabsorvido: déficit comercial e orçamentário dos EUA, etc. A guerra que travam as principais potências capitalistas aumentando um pouco as taxas de juros (também um pródromo da crise) apenas confirma que a crise aguarda sua vez.

Se a burguesia, tirando as lições de 1929, soube represar o desenvolvimento da crise através de uma orgia de crédito (o que é um sinal do reforço das capacidades de resistência da burguesia), as condições para seu ressurgimento continuam existindo em 1989. Se, apesar de tudo, ela não ocorrer, deve-se tirar a conclusão de que a desvalorização limitada à esfera financeira no "krach" das bolsas em outubro de 1987 foi suficiente para resolver temporariamente as contradições do MPC. Se este for o caso, deve-se concluir (mas por

² A título de exemplo, basta citar o maior ritmo de sua periodicidade, a extensão da difusão em escala internacional, sua tradução em diversas línguas, etc.

melhor que pensávamos e que deve-se tirar deste fato as conseqüências políticas que se impõem.



SOURCE - OCDE

A presente edição de Comunismo ou Civilização constitui o número 6 de sua edição em língua portuguesa e apresenta a continuação das teses de trabalho: "Breve Histórico da Classe Proletária na Área Euro-Norte-Americana, das Origens aos Dias de Hoje", capítulo 2 das "Teses de Trabalho sobre a Revolução Comunista". Contém os seguintes itens:

- 2.3.1. Proletariado e Contra-Revolução 1852-1864.
- 2.3.2. A Associação Internacional dos Trabalhadores 1864-1872.
- 2.3.3. A Comuna de Paris: Primeira Experiência de Ditadura do Proletariado.

Até o momento, em nossa edição em língua portuguesa, publicamos os seguintes capítulos destas teses, cujo plano geral de trabalho foi exposto no número 4 (1985-1986), nesta época ainda publicado (assim como o número 5, 1986-1987) na forma tradicional dos números anteriores, isto é, como revista individual:

Teses de Trabalho sobre a Revolução Comunista

Capítulo 2 – Breve Histórico do Movimento da Classe Proletária na Área Euro-Norte-Americana, das Origens aos Dias de Hoje

2.1. Das Origens a 1848

- 2.1.1. Das Origens a 1815 (número 4)
- 2.1.2. Os utopistas, precursores da crítica socialista (# 4)
- 2.1.3. Retomada do movimento da classe e constituição da classe em partido (# 4)
- 2.1.4. O cartismo na Inglaterra (# 4)
- 2.1.5. França = Proletariado e revolução com alma política (#4)
- 2.1.6. Batalhas pelo Partido: as origens da Liga dos Comunistas (# 5)

2.2. A Revolução de 1848

- 2.2.1. Introdução (# 5)
- 2.2.2. Revolução e programa comunista (# 5)
- 2.2.3. A revolução de 1848 na França (# 5)
- 2.2.4. A revolução de 1848 na Alemanha (# 6, publicado na RIMC # 1 em língua portuguesa, 1988)
- 2.2.5. A revolução de 1848 e o fim do cartismo na Inglaterra (# 6, in RIMC # 1)

BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DA CLASSE PROLETÁRIA NA ÁREA EURO-NORTE-AMERICANA, DAS ORIGENS AOS DIAS DE HOJE

2.3.1. PROLETARIADO E CONTRA-REVOLUÇÃO 1852-1864

"Talvez a revolução só seja possível uma vez completada a contra-revolução" (Marx)

Como notava a Esquerda Comunista da Itália, a teoria comunista não é somente teoria da revolução, mas também teoria da contra-revolução. Isto quer dizer que ela compreende e analisa os períodos de descenso da luta de classes, os períodos desfavoráveis ao movimento proletário, com os mesmos critérios materialistas e dialéticos que o faz para as fases revolucionárias. Além disso, sempre considerou esses momentos de contra-revolução como necessários para que as lições das derrotas sejam tiradas e que se reforce através delas a experiência do proletariado. A contra-revolução constitui um ponto de passagem necessário no caminho da revolução.

Quando o prosseguimento do movimento sob as mesmas formas torna-se impossível, o importante é saber reconhecer a situação e tudo fazer para preparar-se para enfrentar os vencimentos futuros que não deixarão de se apresentar novamente. O papel do partido histórico³ em tais períodos (em que a manutenção artificial de um partido formal é inútil, senão nociva) é, portanto, o de assegurar a transição e a continuidade entre o episódio revolucionário que se esgotou, e aqueles que virão.

"Doutrina da revolução, o marxismo também é, desde o primeiro escrito, uma teoria das contra-revoluções. Previsão da revolução socialista unitária e mundial, o marxismo também é, desde o primeiro instante, uma espera certa e resoluta de contra-revoluções em séries, repetidas, lançando-se e cruzando-se no espaço e no tempo." (A Contra-Revolução ensina. Battaglia Comunista, 1951)

Estes dois pólos, passado e futuro, que o partido histórico tenta fundir em um único "fil du temps", exigem que ele desenvolva duas atividades fundamentais: o balanço, e a previsão.

O necessário balanço da ação revolucionária terminada foi feito por Marx e Engels (o "partido Marx") em numerosas obras dedicadas a este período e escritas praticamente no fogo dos eventos: "As Lutas de Classes na França" (1848); "O 18 Brumário de Luis Bonaparte" (1851); "Revolução e Contra-Revolução na Alemanha" 1852.

Precisamente nesta última obra, Engels sublinha o que é necessário entender por "balanço", fornecendo uma definição que excede largamente a revolução de 1848, e deveria ver-se aplicada quando de cada derrota ulterior do proletariado (deveria, pois um tal

³ No número 2 de CouC, em língua portuguesa, desenvolvemos o estudo dos conceitos fundamentais de Partido Formal e Partido Histórico.

trabalho nem sempre foi cumprido na sua integralidade, notadamente após a última vaga revolucionária derrotada definitivamente no fim dos anos 20):

"Foram-se os tempos em que a superstição atribuía as revoluções ao caráter maligno de um bando de agitadores. Cada um sabe, em nossos dias, que por trás de toda convulsão revolucionária existe necessariamente uma necessidade social cuja satisfação não pode ser assegurada pelas instituições ultrapassadas. Pode acontecer que essa necessidade não seja atualmente tão urgente e geral que busque impor-se imediatamente. No entanto, toda tentativa de reprimi-la pela violência somente a fará ressurgir com mais força, até que ela rompa esses entraves.

Se fomos batidos, tudo o que temos então a fazer é recomeçar do início. E, por sorte, o intervalo de trégua – sem dúvida de curtíssima duração – que nos é acordado, entre o fim do primeiro e o começo do segundo ato do movimento, nos deixa o tempo para fazer um trabalho dos mais úteis: a análise das causas que tornaram inelutáveis tanto a recente sublevação como sua derrota, causas que não devem se procuradas nos esforços, talentos, erros ou traições acidentais de quaisquer dos chefes, mas nas condições sociais gerais de vida de cada uma das nações envolvidas pela crise.

Concorda-se geralmente em reconhecer que os súbitos movimentos de fevereiro e de março de 1848 não foram obra de indivíduos isolados, mas de manifestações espontâneas, irreprimíveis, de carências e necessidades nacionais mais ou menos claramente compreendidas, mas bem distintamente ressentidas por toda uma série de classes em todos os países. No entanto, quando se indaga das causas dos sucessos da contra-revolução, obtém-se de todos os lados a resposta cômoda que foi o Senhor Fulano de Tal, ou tal outro cidadão, quem "traiu" o povo (o que de resto pode ser verdadeiro ou não segundo o caso). Mas, em nenhum caso esta resposta explica o que aconteceu, além do que nem mesmo permite compreender como ocorreu que o "povo" se tenha deixado trair pela sorte. Mas quão medíocres são as perspectivas do dever de um partido político cujo único inventário político se resume no fato de que tal ou qual cidadão não é digno de confiança".

Se as causas que favoreceram a eclosão da revolução, e posteriormente sua derrota, são objetivas e não dependem de vicissitudes individuais, ocorre o mesmo com as causas que farão ressurgir, numa data mais próxima ou distante, uma situação revolucionária. É por isso que é necessário dedicar-se a uma análise materialista e dialética destas causas, e não ficar a observar os fatos e gestos dos políticos da época precedente, os quais, na maior parte do tempo, não se resignam diante do fato de, momentaneamente, não podem mais desempenhar um papel público e acabam por figurar em cena como marionetes sem qualquer interesse.

Consciente de que toda agitação estéril os conduziria direto ao campo dos imbecis, Engels escrevia a Marx em 18 de Fevereiro de 1851:

"Esta é a posição que podemos e devemos adotar na primeira ocasião: nenhuma função oficial no Estado nem – por quanto tempo seja possível – no partido, qualquer assento nos comitês, etc, nenhuma responsabilidade pelo que fazem os

burros; crítica implacável vis-à-vis de todo mundo, e, acima de tudo, manter esta serenidade que todas as intrigas desses imbecis não podem nos fazer perder.

E isto nós podemos fazer. Podemos, sempre objetivamente, ser mais revolucionários que os fazedores de frases porque sabemos o que queremos e eles não, e porque, após a experiência que forjamos no curso desses três últimos anos, enfrentamos os eventos com mais calma do que qualquer indivíduo diretamente interessado no que se passa".

A outra face do trabalho, que mantinha, apesar das acusações de indiferentismo e de intelectualismo (desde essa época!), a ligação com a vaga revolucionária a vir, era a previsão. Marx e Engels previram para 1852 o retorno de uma grave crise que por sua vez precipitaria a ruptura com o curso contra-revolucionário e a reemergência da revolução. Esta previsão baseava-se na observação de ciclos de 5 anos que tiveram curso na primeira metade do século XIX e que, logicamente após a crise de 1847, deveriam ter levado a uma outra em 1852. Mas o curso do modo de produção capitalista tinha sido profundamente revolucionado e, nas nações capitalistas mais avançadas (a começar pela Inglaterra), a fase de submissão real do trabalho ao capital começava a se generalizar.

O ciclo do capital modificou-se e desde então conheceu uma periodicidade em tono de 10 anos, que manteve-se até a segunda guerra mundial (atualmente o ciclo dura em torno de 6 anos). A crise tão esperada de 1852 não ocorreu, e esta ausência confirma para Marx e Engels a necessidade de perseverar em sua tática. Com relação a um tal erro na previsão – o qual seria o último – o importante é que os comunistas tinham sabido reconhecer que tinham se enganado, que o curso contra-revolucionário, longe de interromper-se, iria se aprofundar ainda durante anos e que era necessário resistir solidamente com base nas posições programáticas de 1847 que tinham sido forjadas no fogo da revolução de 1848.

Uma das primeiras coisas a esclarecer e a definir era a natureza do pequeno agrupamento que havia assumido esta tarefa. Isto seria feito por ocasião de diversas correspondências que esclareceriam a posição do "partido Marx" e descartariam as ambigüidades daqueles que viam neste partido a continuação, no sentido formal do termo, do partido revolucionário de 1848 (Liga dos Comunistas).

Em 6 de novembro de 1859, Marx escreveu a Lassalle:

"Devo dizer-te de início que, após 1851, eu não tinha mais a menor relação com qualquer das sociedades operárias públicas (mesmo as que se chama de comunistas). Os únicos operários que eu encontro são vinte ou trinta homens selecionados aos quais faço privadamente exposições de economia política."

Em 1860, quando do processo que moveu contra Vogt por difamação Marx solicitou a Freiligrath, enquanto velho membro do partido (da Liga), que o apoiasse neste combate.

Freiligrath responde dizendo ter feito a "escolha" entre estar ou não no partido, pois enquanto "poeta" ele achava que todo partido é uma prisão e que era melhor cantar fora do que dentro. É em sua resposta a Freiligrath que Marx desenvolve o argumento segundo o

qual não se pode "escolher" entre fundar ou não partidos, e que o partido ao qual ele declara pertencer na hora atual não é senão o partido compreendido no seu amplo sentido histórico.

"Faço-te observar de início que após a Liga ter sido dissolvida, a meu pedido, em Novembro de 1852, eu não pertenci – nem pertenço – a qualquer organização secreta ou pública; em outras palavras, o partido, no sentido propriamente efêmero do termo, deixou de existir para mim há oito anos (...) Você conhece a carta que eu recebi dos dirigentes da sociedade comunista de New-York com múltiplas ramificações (...), carta que passou por suas mãos e que me pedia para reorganizar, por assim dizer, a velha Liga. Passou-se todo um ano antes que eu respondesse, e então escrevi que não tinha mais ligação com qualquer associação após 1852, e que tinha a firme convicção de que meus trabalhos teóricos melhor serviam à classe operária do que minha entrada em associações que tiveram seu tempo no continente. Por isso, fui atacado várias vezes, se não abertamente, pelo menos de modo compreensível, por causa de minha "inatividade" (...)

Conseqüentemente, do "partido", de que você me fala em sua carta, nada mais sei desde 1852. Se você é um poeta, eu sou um crítico e eu sei verdadeiramente o bastante para tirar a lição das experiências cumpridas de 1849 a 1852. A Liga, tanto quanto a Sociedade das Estações, de Paris, e cem outras organizações foram apenas um episódio na história do partido que nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna (...) Além disso, tentei descartar o malentendido que faria compreender por "partido" uma liga morta há oito anos ou uma redação de jornal dissolvido há 12 anos. No entanto, quando eu falo de partido, entendo o termo partido no seu amplo sentido histórico."

A atividade do partido histórico na fase de contra-revolução é essencialmente teórica, articulada em torno dos seguintes eixos: balanço, previsão, aprofundamento teórico dos princípios programáticos. Com efeito, a teoria comunista, como qualquer outro domínio do conhecimento ou qualquer atividade científica, jamais deixa de aprofundar a compreensão de seu objeto, mesmo se, enquanto práxis revolucionária, ela é muito mais que isso; a teoria comunista visa a compreensão das condições de transformação do conjunto da realidade social. Isto é, seu campo de estudo – e ação – é não apenas toda a sociedade passada e presente, mas também a sociedade a vir, a qual está inteiramente contida na realidade de hoje. É por isso que, sob pena de perecer, a teoria não pode coagular-se; ela deve aprofundar incessantemente seus próprios pressupostos, mas sempre com base na unidade de seus princípios fundamentais.

A invariância histórica da teoria comunista significa que esta surgiu uma vez por todas em bloco sobre a base de condições históricas e sociais determinadas, as do modo de produção capitalista que atingiu a maturidade; e enquanto estas condições permaneceram as mesmas, não se poderá colocar em causa qualquer parte da teoria sem colocá-la integralmente em questão.

Essa base foi lançada em bloco, como uma totalidade orgânica, em 1847. Mas ainda restava, nos anos 1850-60, muito a fazer para desenvolver a crítica da economia política enquanto fundamento da crítica revolucionária da sociedade.

É por isso que, ao mesmo tempo em que prestam uma profunda atenção nos eventos de sua época (cujas análises estão consignadas – também na correspondência – nos artigos publicados no New York Daily Tribune entre outros), Marx e Engels se lançam de corpo inteiro ao estudo científico das condições de produção da sociedade moderna, conscientes de que nela, nas entranhas do monstro capitalista, está a chave de todos os enigmas a exigirem uma solução revolucionária. Os principais resultados destes trabalhos, aparecerão no Livro I do Capital (o único publicado em vida por Marx) em 1867, já se encontram nas obras anteriores: os Grundrisse (1857), a Contribuição à Crítica da Economia Política (1859).

O Livro I do "Capital" consignará estes resultados com aquele rigor científico aliado à paixão revolucionária, constituindo-se na principal ferramenta de todos os militantes comunistas da história, assim como "o mais terrível míssil jamais lançado contra a cabeça da burguesia, inclusive os proprietários fundiários." (Marx)

"Nossa ciência não é a resposta a esta pergunta imbecil: o que é o capital? Mas é a demonstração de que o capital morrerá e que sua morte será violenta; mais ainda, como veremos a todo instante numa página vibrante, que, à luz da ciência, o capitalismo de hoje – o hoje de Karl Marx, como o nosso – já está morto e não mais existe. Ao contrário da biologia do capital, nossa ciência é a de sua necrologia.

A passagem difícil do primeiro livro do "Capital" ao segundo e ao terceiro pode ser compreendida, se se sabe que, não apenas em cada livro e a cada capítulo, mas por assim dizer em cada página encontramos-nos diante de três momentos de nossa concepção, que nasce e vive como análise, como iluminação, como batalha fulgurante e como glorioso apocalipse.

Com efeito, no primeiro momento tem-se a teoria do capital individual, que é preferível definir como capital de empresa. As leis pesquisadas e encontradas nesse setor, que são desenvolvidas principalmente no livro primeiro, referem-se ao círculo fechado da empresa, assim como às relações e aos cálculos do valor entre o simbólico personagem do capitalista, prontamente tornado inútil, e a massa sempre crescente de seus operários.

No segundo momento, em nossa linguagem já radicalmente oposta à dos contadores burgueses, deixamos de escrever o balanço da empresa industrial e passamos ao estudo das leis de conjunto da sociedade capitalista considerada como um todo. As relações se estabelecerão, então, entre as classes sociais, e sua forma será nova e original.

O terceiro momento é o momento vital, e para quem tem suficiente luz nos olhos e no espírito ele brilhará como mil raios. Esta não é mais a teoria da empresa industrial, não é mais a da sociedade burguesa histórica, mas é, firmemente descrita, a teoria da sociedade comunista futura.

Neste terceiro aspecto, a ciência escolástica e acadêmica, desprezada desde o primeiro momento, foi abandonada enquanto fria confissão extinta. Estamos no domínio do programa, no campo do partido revolucionário, no fogo dessa crítica que não basta fazer num livro, mas com as armas". (A Ciência Econômica Marxista Enquanto Programa Revolucionário. Reunião de Florença, Março de 1960)

Mesmo sendo caricaturizados como ratos de biblioteca, Marx e Engels não estudavam co menos paixão os eventos que se desenrolavam diante de seus olhos. Marx estudava a fundo os efeitos da crise de 1857 – desta vez, sem ilusão sobre seu alcance revolucionário. Observavam os resultados do movimento histórico que, reforçando o Modo de Produção Capitalista em escala mundial, portanto a própria contra-revolução, desenvolvia, ao mesmo tempo, precisamente seu contrário: a revolução.

Estavam atentos a todos os sinais de retomada que começavam a se manifestar no início dos anos 1860, o que lhes permitiu, como havia previsto Engels, estarem prontos no dia em que o movimento reemergisse sobre bases sérias.

"Em minha opinião, o que ocorre agora no mundo é, de uma parte, o movimento dos escravos na América, desencadeado pela morte de Brown, e, de outra parte, o mesmo movimento na Rússia (...) Assim o movimento "social" foi lançado a Oeste como a Leste. Isto, conjuntamente com a ruína iminente na Europa Central, será grandioso". (Marx a Engels, 11.01.1860)

Desse modo eles puderam, quando o movimento começou a se organizar em 1864 com a fundação da A.I.T., sublinhar o que o período findo tinha deixado de positivo, malgrado a ruína e a nulidade política mostrada pelo proletariado durante toda essa fase.

O que os comunistas retiveram desse período (conf. infra) foi a conquista pelo proletariado da jornada de 10 horas na Inglaterra, e a extensão do movimento cooperativo. Em outros termos, mesmo desvanecida a esperança de revolução, mesmo destruído o órgão político do proletariado, mesmo com seu programa posto provisoriamente em retirada na cena política, o movimento prosseguia subterraneamente e o movimento operário mostrou-se capaz de obter resultados no plano econômico.

Os comunistas não tiram lições somente de seus atos em armas e de suas vitórias, mas também de suas derrotas: o comunismo é também teoria das contra-revoluções. É por isso que é importante ao menos sublinhar o legado do período contra-revolucionário dos anos 50 e 60 do século passado, para servir de ensinamento ao estudo da fastidiosa contra-revolução na qual estamos submersos há mais de 60 anos. Não trazemos aqui respostas prontas. Simplesmente algumas questões.

Fora da organização do proletariado em partido político (partido formal), que não existe senão quando a situação é revolucionária (o proletariado é revolucionário ou não é nada), o movimento operário perdura e pode mesmo ser capaz de obter vitórias no plano econômico ou sindical.

No passado, esta continuidade do movimento pôde até efetuar-se através de formas prenes de reformismo (o movimento Lassaliano na Alemanha) ou através dos tateamentos próprios da formação do partido operário, o qual não possui necessariamente de pronto o programa comunista em toda a sua pureza (a A.I.T., por exemplo). Todos esses traços, que se pode encontrar na fase da contra-revolução de 1852-1864, não podem ser reconduzidos pura e simplesmente para a fase de contra-revolução que vivemos atualmente.

Em primeiro lugar, a de 1852-1864 nunca foi tão longa, nem jamais correspondeu a uma derrota tão absoluta do proletariado, com todo seus dispositivos passados ao inimigo, com seu programa vendido em leilão, com suas tradições ridicularizadas, com as forças que o representam reduzidas à sua mais simples expressão, com a ideologia da classe dominante chegando ao cume e tendo perdido seu complexo face ao proletariado, etc...

Em segundo lugar, após 1914, tendo falido definitivamente a estratégia de melhoria das condições de vida do proletariado na sociedade burguesa, toda tentativa reformista não é mais que a máscara da contra-revolução. Portanto, não há mais lugar hoje para um Lassalle como representante do movimento operário.

O que é necessário definir, tarefa perante a qual o meio revolucionário atual mostra-se incapaz, são as condições de re-formação do movimento proletário, que desembocarão ao fim e ao cabo na reconstituição do proletariado em classe e portanto em partido político, cujo programa será de pronto comunista. Na brevidade deste trabalho tentamos extrair o máximo de ensinamentos que possam nos permitir vislumbrar uma primeira resposta a esta questão.

"Mas se as contra-revoluções do último século ensinam tudo que está consignado na história da Comuna e da revolução soviética, esta contra-revolução de hoje não poderá estar sendo vivida a troco de nada; e se ela levou o capitalismo através do Ural e dos mares do Levante, isso nos mostra também a rota para a revolução proletária que abaterá, do Atlântico ao Pacífico, as forças monstruosas do capital: única perspectiva histórica que deve, finalmente e após tantos recuos infames, fazer-lhe curvar a cabeça." (A Contra-Revolução Ensina)

2.3.2. A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES 1864-1872

2.3.2.1. A reconstituição do proletariado em classe e portanto em partido político, em 1864, efetua-se ao fim de um período de contra-revolução de 12 anos, período que legou ao movimento operário dois elementos fundamentais.

De início, esta época viu a vitória definitiva das lutas do proletariado pela jornada de 10 horas na Inglaterra. Obtida de início em 1833, no bojo das grandes lutas do cartismo, depois "melhorada" em 1844 e 1847 por leis que jamais eram efetivadas, o princípio da jornada de 10 horas não resistiu à debacle do movimento inglês de 1848. A classe capitalista, ébria de raiva, e ávida de satisfazer sua sede de mais-valia, reverteu todas as barreiras legais que pudessem entrar, mesmo que ligeiramente, a exploração desenfreada do proletariado. Mas, face a retomada das lutas operárias, e em função das mudanças ocorridas no modo de exploração da força de trabalho (generalização da passagem à extração da mais-valia relativa fundada no desenvolvimento da produtividade e da intensidade do trabalho), a jornada de 10 horas foi finalmente obtida nos anos de 1850, inicialmente nos ramos mais modernos da produção, depois generalizado ao conjunto dos ramos na Inglaterra e, posteriormente, retomada tardiamente, ainda que sob uma forma abastardada, no continente (lei das 12 horas na França).

Assim, já estava realizada uma das condições primeiras da recomposição do proletariado, a que permitia sua reconstituição física e a liberação do tempo indispensável à sua atividade social e política. No mais, o proletariado havia demonstrado assim sua capacidade de vencer a classe capitalista no plano político, impondo uma lei que defendia os interesses da classe operária contra os do capital.

Vitória prática, esta diminuição da duração legal do trabalho foi igualmente uma vitória retórica do proletariado. Os teóricos burgueses não paravam de afirmar que toda redução do tempo de trabalho "dobraria os sinos para a indústria inglesa". Ora, não somente a redução legal da jornada de trabalho mostrou através e dos fatos que nada daquilo ocorreria, mas ainda que se poderia legislar sobre questões da produção, já que esta não dependia unicamente do movimento cego da concorrência capitalista, logo, que ela poderia ser organizada socialmente. É, portanto, através dessa luta, que "a crítica da economia política" sustentada pela classe operária se impõe sobre a economia política burguesa.

"É o que explica que a lei das 10 horas não foi apenas um sucesso prático, mas ainda a vitória de um princípio. Pela primeira vez a economia política da classe burguesa sucumbiu em plena luz do dia diante da economia política da classe operária." (Comunicado da AIT)

Da mesma maneira, o proletariado apareceu como uma das forças essenciais na cena da sociedade moderna. No plano teórico um dos problemas enfrentados pela Primeira Internacional era "Quem cria a riqueza?" O "Capital" de Marx é não somente uma resposta a essa questão, mas expõe o programa da classe proletária e descreve a sociedade futura. O proletariado cria a mais-valia que permite a valorização do capital; a missão histórica do proletariado é a destruição do modo de produção capitalista e a instauração da sociedade comunista. O movimento prático imediato foi a luta pela redução da jornada de trabalho para 10 horas. Este movimento unificou a classe e provou a justeza da teoria.

2.3.2.2. O segundo elemento legado pelo período 1848/1864 – e que teve igualmente valor de demonstração teórica e prática para o comunismo – é o movimento cooperativo. Este serviu, antes de tudo, para provar que a produção podia ser efetuada sobre uma base social, sem que uma classe detentora dos meios de produção explorasse outra, a classe sem reserva e assalariada, e que o "trabalho assalariado" – tanto quanto o trabalho dos escravos e dos servos – não é senão uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer diante do trabalho associado, que executa sua tarefa a partir de sua plena potencialidade, com o espírito alerta e o coração feliz." (Comunicado da AIT)

Todavia esta experiência do movimento cooperativo, não é somente rica em ensinamentos positivos (no sentido de que demonstra a possibilidade e vantagens da associação), mas também em ensinamentos negativos, conquanto tenha mostrado que na sociedade de classes atual, tais práticas não podem ser outra coisa senão experiências limitadas. Para generalizá-las é necessário uma transformação revolucionária da sociedade.

"Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 demonstrou, sem qualquer dúvida possível, o que os mais clarividentes chefes da classe operária já tinham expressado nos anos 1851 e 1852 a propósito do movimento cooperativo na

Inglaterra, a saber: por excelente que seja em princípio, e útil que seja na prática, se o trabalho cooperativo permanecer circunscrito em um setor estreito, ligado a tentativas, a esforços isolados e esparsos dos trabalhadores, não será jamais capaz de frear a progressão geométrica dos monopólios, nem de liberar as massas, e nem mesmo de aliviar de maneira sensível o peso da miséria." (id)

Em 1866 o Congresso de Genebra afirmava sobre a questão do trabalho cooperativo:

"... o movimento cooperativo, limitado às formas microscópicas de desenvolvimento que podem produzir por suas combinações escravos individuais assalariados, é impotente para transformar por ele mesmo a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um grande e harmonioso sistema de trabalho cooperativo, as transformações sociais gerais são indispensáveis. As transformações das condições gerais da sociedade não serão jamais realizadas sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Portanto, o poder governamental, arrancado das mãos dos capitalistas e proprietários fundiários, deve ser manipulado pelas próprias classes trabalhadoras."

2.3.2.3. Ora, o que tão bem demonstram as lutas pela jornada de 10 horas, assim como as tentativas de estabelecimento de sociedades cooperativas, é que o proletariado nada poderá realizar de efetivo e de durável sem arrancar o poder político das mãos das classes dominantes e sem estabelecer sua própria dominação política sobre a sociedade.

Esta conclusão, à qual o proletariado chegou com o movimento de 1848, serve desde então de ponto de partida à re-formação do proletariado como classe e, portanto, à sua organização em partido político. Os contatos estabelecidos entre operários franceses e ingleses, desde a exposição universal de Londres em 1862, desembocaram em 1864 na convocação de uma assembléia internacional que deverá fundar a A.I.T.

"Nessas condições, o grande dever da classe operária é o de conquistar o poder político. Parece que os operários estão tomando consciência disso. Com efeito, assiste-se uma retomada do movimento tanto na Alemanha como na França e na Itália, onde tenta-se paralelamente restaurar o partido operário. Um elemento de seu sucesso é o nome. Todavia o nome somente pesa na balança se é guiado por uma clara consciência. A experiência do passado demonstrou amplamente que se menosprezar o estreitamento deste laço fraternal entre os trabalhadores dos diferentes países, afim de conduzi-los a constituir uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, a sanção será a derrota comum de seus assaltos desordenados. É esta convicção que impeliu os trabalhadores de diferentes países a fundar a Associação Internacional quando da Assembléia pública ocorrida em 28 de Outubro de 1864 no St. Martin's Hall" (id)

2.3.2.4. Com a A.I.T., como veremos, a unificação da classe em escala internacional, e portanto sua constituição em partido operário, se fez espontaneamente e um dos princípios fundamentais da Associação é o de unir de modo indissolúvel a luta econômica à luta política.

Em 1864, é todo um ciclo da vida da classe que se encerra e outro que começa. Nós a vimos lançar-se (1793, 1830, 1848), na seqüência do movimento revolucionário da classe burguesa, ao assalto do poder político fazendo disso um fim em si, sem realizá-lo, dado que a emancipação política não é ainda a derradeira emancipação que o proletariado deve atingir (esta ilusão era particularmente viva no seio do proletariado francês). No curso do mesmo ciclo tem-se o lado "economista" de tal ilusão, onde o proletariado sobretudo o inglês) mantém uma luta puramente econômica, trade-unionista.

Ora, o que a A.I.T. afirma na prática é a lição já tirada no Manifesto do Partido Comunista, em sua linguagem "audaciosa", a saber que não há emancipação possível do proletariado sem sua constituição em partido político, e sem tomada do poder político. A defesa desta posição será uma luta constante no Conselho Geral (C.G.) de Londres, animada por Marx e Engels. Sintetizando a experiência de mais de meio século de luta proletária, estes últimos insistiram, desde o início, que a A.I.T. devia colocar de maneira adequada a relação entre emancipação política e emancipação econômica.

"A emancipação econômica da classe operária é, portanto, o grande objetivo ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio". (Estatutos Provisórios da AIT)

Nesse sentido a Comuna de Paris foi "filha" da AIT, ainda que nesta tenha desempenhado, enquanto força organizada, um papel secundário. A Comuna demonstra bem que o proletariado estava doravante pronto para efetuar uma revolução por si mesmo, ou, em outros termos, a condicionar sua emancipação social à tomada do poder e à destruição do Estado burguês.

2.3.2.5. A atitude de Marx e Engels com relação à fundação da AIT mostra que não se cria, artificialmente, o partido do proletariado a qualquer momento, mas que este é o produto do movimento autônomo da classe operária.

Impelidos pela necessidade de unir-se em nível internacional, afim de resistir aos desbordamentos do capital; animados pela necessidade de uma posição comum na defesa da Polônia, os operários ingleses e franceses multiplicam, no curso dos anos 1863-64, os contatos que culminam com a formação da AIT.

A atitude dos comunistas, que consiste em retirar-se do movimento quando o peso da contra-revolução o sufoca e impede-os de nele agir de maneira eficaz, não tem nada de contemporização sectária. Ao contrário, não estando imersos no dia-a-dia em uma agitação artificial e estéril, onde somente consumiriam as forças que dedicam à defesa e à elaboração da teoria comunista, Marx e Engels estavam perfeitamente prontos a reconhecer a emergência de um verdadeiro movimento de classe quando este se manifestasse. A fundação da Primeira Internacional efetua-se numa fase de ascensão do movimento proletário; é verdade que as condições não eram de todo favoráveis, mas o proletariado internacional tendia a superar a fase das seitas e reclamava uma tal organização internacional. No mais, havia o perigo anarquista. Ora, acaparado pelos anarquistas, o movimento corria o risco de simplesmente soçobrar em formas inferiores de luta. É por isso

que Marx e Engels julgaram necessária esta fundação. Eles souberam reconhecer a natureza de classe do movimento.

"Eu sabia que desta vez, tanto do lado londrino como do lado parisiense, eram "forças" reais que figuravam na tribuna, e é por isso que eu decidi fazer uma exceção à regra habitual que eu havia me fixado, de declinar todo convite desse gênero." (Marx a Engels, 4.11.1864)

Permanecer voluntariamente fora da agitação estéril dos círculos de exilados e de construtores de partido, em grande parte oriundos das forças do passado, vivendo no culto de 1848, não significava se desinteressar do movimento real nem tornar-se incapaz de reconhecer a reemergência deste e o surgimento de novas gerações revolucionárias, uma vez chegado o momento.

"O "Comitê Internacional" operário novamente constituído, em nome do qual (o Informe) foi publicado, não é sem importância. Seus membros ingleses são, com efeito, recrutados na maior parte entre os chefes das Trade-Unions locais, isto é os verdadeiros reis dos operários de Londres, a mesma gente que reservou a Garibaldi esta acolhida triunfal e que, no meeting monstro de St. James Hall (presidido por Bright), impediram Palmerston de declarar guerra ao Estados Unidos, o que ele estava a ponto de fazer. Do lado francês, os membros são personalidades insignificantes, mas são porta-vozes diretos dos líderes "operários" parisienses. Nós estamos igualmente em ligação com as associações italianas que acabam de ter recentemente seu congresso em Nápoles. Se bem que tendo recusado sistematicamente durante anos toda participação em toda "organização", etc... qualquer que seja, eu aceitei desta vez porque se trata de uma história em que é possível ter uma influência importante." (Marx a Weydemeyer, 29.11.1864)

2.3.2.6. O próprio fato de que o movimento se recompunha sobre uma base internacional muito mais ampla do que no passado, implicava que não se podia congelá-lo de pronto numa doutrina, impondo-lhe uma teoria. Em 1848, a única área a conhecer as condições materiais próprias à realização do comunismo era a inglesa. No entanto, isso bastava para justificar a emergência de um autêntico partido comunista (mesmo que este tenha sido colocado em circunstâncias históricas em que não podia agir como tal – (# cf. CouC 20, p. 58), ou seja, a Liga dos Comunistas, que agia em escala internacional, com uma tática definida: revolução proletária na Inglaterra, dupla na França, democrática na Alemanha.

No curso da fase que vai de 1848 a 1871 entraram no movimento novas nações que ainda não tinham completado inteiramente seu ciclo burguês: fora a Alemanha, havia a Itália, a Espanha, a Dinamarca, etc... Importava, portanto, na Europa, ainda presa da reação e da contra-revolução, unificar todas as potências do movimento proletário, sem tentar impor-lhe a priori direções que ele ainda não era capaz de atingir completamente por si mesmo. O importante era deixar manifestar-se espontaneamente o ser internacional do

proletariado sem sustentar ilusões sobre natureza da unidade assim realizada ⁴. Assim, desde novembro de 1864, Engels fazia observar que:

"É uma boa coisa entrar novamente em contato com gente que tem ao menos o mérito de representar sua classe, afinal de contas, isso é mesmo essencial (...)
De resto, presumo que esta nova associação cindir-se-á rapidamente em elementos detentores de teorias burguesas e elementos detentores de teorias proletárias, a partir do momento em que se precisarem um pouco as questões." (Carta a Marx, 7.11.1864)

Após a derrota do movimento, e portanto, depois da parcelização sua atomização, era necessário favorecer sua recomposição sobre uma ampla base, como premissa a uma verdadeira ação revolucionária do proletariado. A um jornalista burguês à cata de sensacionalismos, que o interrogava para descobrir os objetivos "misteriosos" da Internacional Marx respondia:

"Os objetivos da Internacional devem necessariamente ser suficientemente amplos para envolver todas as formas de atividade da classe operária. Dar-lhe um caráter particular seria adaptá-los às necessidades de uma só seção ou às necessidades dos trabalhadores de uma só nação. Ora, como poder-se-ia pedir a todos unirem-se para realizar os interesses de alguns somente? Se nossa Associação atuasse desse modo, não teria mais o direito de denominar-se Internacional. A Associação não dita qualquer forma determinada aos movimentos políticos: ela exige somente que estes movimentos tendam para um só e mesmo objetivo final. Ela envolve uma rede de sociedades filiadas que se estende ao conjunto do mundo do trabalho. Em cada parte do mundo surgem aspectos particulares do problema geral, e os operários devem considerá-los em suas ações e suas reivindicações."

2.3.2.7. Esta tática dos comunistas com relação ao partido que a classe proletária dá a si própria não significa de modo algum a diluição e liquidação de seus próprios princípios, mas ilustra perfeitamente a dialética do partido comunista e do partido operário por nós exposta em nosso número (#)18 p.p. 17/26:

"O proletariado empreende portanto seu longo caminho revolucionário constituindo um (ou vários) partido(s) operários. Com relação a esses partidos, os comunistas não formam um partido distinto, mas têm a inteligência do movimento geral da luta de classes e, portanto, eles lutam para que o programa do partido operário esteja sempre mais próximo do programa comunista. Batalha que não tem nada de um duelo intelectual opondo concepções divergentes do mundo, mas que se efetua materialmente na luta de classes e onde o papel dos comunistas não é o de se "apresentar ao mundo como doutrinários", mas o de prever e anunciar ao

⁴ "É muito difícil fazer com que nossos objetivos apareçam sob uma forma que se lhes torne aceitáveis pelo movimento operário, tendo em conta seu nível atual. Essa mesma gente quer ter daqui algumas semanas meetings com Bright e Coben a favor do direito de voto. Será necessário tempo para que o despertar do movimento autorize audácias de linguagem pertencentes a outra época. O que é necessário é ser firme no que diz respeito ao fundo, doce na forma." (Marx, 4.11.1864)

movimento seu próprio devir, em função do que ele será forçado a fazer conforme o desenvolvimento da realidade histórica e social." (Comunismo ou Civilização n. o. 18, p. 18)

A distinção e a oposição que se opera entre o partido operário e todos os outros partidos burgueses repousa sobre a aceitação, no mínimo, dos três princípios seguintes:

- constituição da classe em partido;
- derrubada da burguesia;
- conquista do poder político pelo proletariado.

Essa definição essencial própria ao partido operário figura nos estatutos da AIT, e se Marx e Engels não buscaram impor um ponto de vista mais especificamente comunista em sua redação, tomaram um cuidado extremo em fazer apenas mínimas concessões teóricas, e ainda "lá onde elas incomodavam minimamente". De resto, o essencial dos estatutos afirma a estratégia de conquista do poder político e da unificação do proletariado face às classes exploradoras. Os comunistas contavam com que o próprio movimento se afirmasse com o tempo e superasse em seu próprio seio as divergências de orientação devidas às seitas.

"Quando Marx fundou a Internacional, redigiu os estatutos gerais de maneira que todos os socialistas dessa época pudessem dela participar: proudhonianos, pierrelouxistas, e mesmo a parte mais avançada dos sindicatos ingleses. É somente devido a esta ampla base que a Internacional tornou-se o que é: o meio de dissolver e absorver progressivamente as pequenas seitas, com exceção dos anarquistas cuja súbita aparição nos diferentes países não foi senão a reação violenta da burguesia contra a Comuna e é por isso que poderíamos deixá-los tranqüilamente parecer – o que aconteceu efetivamente. Se, de 1864 a 1873, não tivéssemos estabelecido não colaborar senão com aqueles que reconheciam abertamente nosso programa, onde estaríamos hoje? Penso que nossa prática mostrou que é possível trabalhar com o movimento geral da classe operária, em cada uma de suas diversas etapas, sem abandonar nem esconder nossa posição distinta, e nem nossa organização." (Engels a Florence Kelley-Vischnevsky, em 27.01.1887)

2.3.2.8. Evidentemente, a necessidade de deixar o movimento formar-se sobre suas próprias bases, sem impor-lhe uma direção a priori, não significa de modo algum que os comunistas devam permanecer passivos e parar de sustentar a luta política contra os adversários do proletariado: proudhonianos, radicais burgueses etc. Ao contrário, a luta poderá doravante ser sustentada no seio mesmo da classe, agrupada no grande órgão de luta que ela própria se tenha fornecido. A história da AIT é a da luta entre o Conselho Geral de Londres (animado por Marx e Engels) e as seções nacionais. Eles lutaram para fazer triunfar o programa comunista. Isto significa que o partido (comunista) agiu no seio da organização proletária (partido operário) do modo como Engels o disse na citação acima ("sem abandonar nem esconder nossa posição, nem nossa organização"); e na conferência de Londres de 1871 o partido-programa triunfa.

2.3.2.9. – A amplitude mesma da base da Internacional implicava que todas as tendências proletárias nela estivessem representadas, mas também que elementos burgueses pudessem

nela se imiscuir. É o que previa Engels. Daí o fato de que, se no plano organizacional todos os elementos e organizações proletárias podiam aderir com base nos estatutos, isto é sobre os objetivos gerais do proletariado, não poder-se-ia cogitar fazer concessões sobre o programa. Era necessário defendê-lo, sobretudo contra os anarquistas.

Contra estes últimos, o Conselho Geral foi levado a reafirmar de maneira sempre mais estrita os pontos cardinais da doutrina e notadamente:

- Necessidade da ação política do proletariado e da tomada do poder político.
- Necessidade do partido da classe operária. A organização deste deve ser centralizada.
- Passagem indispensável pela ditadura do proletariado e instauração de um Estado proletário para ascender ao comunismo.

De fato, necessitou-se de quase toda a duração da vida da Internacional para fazer com que esses princípios fossem admitidos contra os anarquistas e excluí-los. Mas, fazendo-o, o comunismo ganhou um combate definitivo, traçando firmemente os contornos da ação da classe proletária e o quadro no qual esta ação devia se desenvolver para assentar seu programa e vencer. Quando da fundação da Segunda Internacional, cujos dois primeiros congressos foram dedicados novamente, mas mais rapidamente e de modo mais seguro, a eliminar os anarquistas, Engels poderá assim dizer: "A Segunda Internacional começa onde terminou a Primeira".

De 1866 a 1872 a AIT teve 5 congressos que se ocuparam em precisar as condições de luta do proletariado, e no curso dos quais o Conselho Geral pôde circunscrever, depois eliminar, a influência anarquista. Os Congressos tiveram lugar em Genebra, em setembro de 1866, Lausanne, em setembro de 1867, Bruxelas, em setembro de 1868, Basileia, em setembro de 1869, e posteriormente, após uma interrupção devida à guerra na Europa e à Comuna, em Haia, em 1872, congresso que marca por sua vez o reconhecimento definitivo das teses e do poder do Conselho Geral e o fim da Associação Internacional dos Trabalhadores. Não detalharemos aqui, um a um, os debates de cada um desses congressos, mas os citaremos ao examinar os grandes temas que percorreram toda a vida da Internacional e que marcam o enfrentamento pela predominância da teoria comunista no seio do movimento operário.

2.3.2.10. Necessidade da ação política

Um dos ensinamentos que a AIT tirava do período passado, e que justificava sua fundação, era a necessidade da ação política do proletariado, o que afirmava o Informe Inaugural de 1864. Esta posição foi reafirmada pelo Conselho Geral quando do Congresso de Bruxelas (1868):

"...mesmo sob condições políticas mais favoráveis, todo sucesso sério do proletariado depende de uma organização que concentre suas forças, e toda organização isolada do proletariado de uma nação naufragará sempre contra sua desorganização nos outros países, os quais fazem concorrência no mercado mundial, agindo e reagindo uns contra os outros. Somente o entendimento internacional das

classes operárias é que pode garantir seu triunfo definitivo. Esta necessidade deu origem à Associação Internacional dos Trabalhadores. Ela não é filha nem de uma seita, nem de uma teoria. Ela é o mesmo pelas tendências naturais e irreprimíveis da sociedade moderna. No sentimento profundo de sua missão, a Associação Internacional dos Trabalhadores não se deixará nem intimidar, nem desviar. Seu destino é doravante inseparável do progresso histórico da classe que porta nos seus flancos a regeneração da humanidade."

Mas, no seio da AIT, os anarquistas (proudhonianos, bakouninianos) defendiam uma posição abstencionista em matéria política. É por isso que a luta se engajou diretamente sobre essa questão entre as seções e o Conselho Geral, para chegar à vitória das teses deste na Conferência de Londres (1871), e depois no Congresso de Haia (1872).

A Conferência de Londres lembra:

"que contra a violência das classes possuidoras o proletariado não pode agir como classe senão constituindo-se, por si mesmo, em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras; que esta constituição da classe operária em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu fim supremo: a abolição das classes; que a coalizão das forças operárias já obtida pelas lutas econômicas deve também servir de alavanca nas mãos dessa classe na sua luta contra o poder político de seus exploradores.

A Conferência lembra os membros da Internacional para que, no estado militante da classe operária, seu movimento e sua ação política estejam indissolavelmente unidos."

Como observou Marx, se pôde haver gente de "boa fé" entre os defensores da abstenção em matéria política na época em que se tratava ainda de definir a ação da classe operária, após a Comuna de Paris não pode mais haver discussão com essa gente. Todo adepto do indiferentismo em matéria política é um adepto da burguesia e um inimigo jurado do proletariado. Do que a Comuna se ressentiu foi justamente o contrário, ou seja, da falta de um partido revolucionário capaz de guiar e enquadrar o movimento.

"Na França, esta abstenção culpada permitiu aos Favre, Trochu, Picard e outros ocupar o poder em 4 de setembro. Em 18 de março esta mesma abstenção permitiu a um comitê ditatorial – o Comitê Central –, composto na maior parte de bonapartistas e intrigantes, estabelecer-se em Paris e perder conscientemente, na inação, os primeiros dias da revolução, quando ele deveria tê-los consagrado a sua consolidação. Na França o movimento da Comuna esgotou-se porque não tinha sido suficientemente preparado." (Marx. Notas para a intervenção na reunião de 20 de Setembro de 1871 da Conferência de Londres)

É por isso que, sancionando a experiência da Comuna, o congresso de Haia integrou aos estatutos da AIT um parágrafo definindo rigorosamente – em tempos praticamente idênticos àqueles usados 25 anos antes no Manifesto do Partido Comunista – as condições da ação política do proletariado.

"Na luta contra as forças conjugadas das classes possuidoras, o proletariado enquanto classe não pode jogar um papel ativo senão constituindo um partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos políticos formados pelas classes possuidoras. Esta organização do proletariado em partido político é indispensável ao triunfo da revolução social e à realização de seu objetivo supremo, a abolição das classes. A união das forças operárias que já está realizada na luta econômica deve, assim, ser o instrumento do proletariado na luta contra a potência política daqueles que o exploram. Dado que os proprietários fundiários e os capitalistas fazem sempre uso de seus privilégios políticos para defender e perpetrar seus monopólios econômicos e manter o trabalho sob seu jugo, a conquista do poder político torna-se o dever e a tarefa suprema do proletariado." (Artigo 7 dos Estatutos da AIT)

2.3.2.11. Partido e Classe. Necessidade do Centralismo

A AIT, partido operário internacional, não se colocava o problema da ligação do partido à classe dado que ela integrava diretamente camadas inteiras desta através de seus representantes naturais: organizações de ofício, associações, sindicatos, etc...

Para Marx e Engels – e para a AIT à qual eles fizeram adotar uma resolução sobre os sindicatos quando do congresso em Genebra em setembro de 1866 – deveria existir uma continuidade entre a ação sindical e a ação política, a primeira fornecendo as bases da segunda que, por seu turno, acabaria por dar um sentido revolucionário à primeira. É isto que está exposto num rápido sobrevôo sobre os sindicatos, "seu passado, seu presente, seu futuro".

"A. Seu passado (...) Os sindicatos nasceram dos esforços espontâneos dos operários lutando contra as ordens despóticas do capital, para impedir ou ao menos atenuar os efeitos dessa concorrência que fazem entre si os operários (...) os sindicatos devem generalizar sua ação unindo-se em todos os países (...) os sindicatos formaram inconscientemente centros organizadores da classe operária, do mesmo modo que as comunas e as municipalidades da Idade Média haviam-nos constituído para a classe burguesa. Se os sindicatos são indispensáveis na guerra de escaramuças do trabalho e do capital, eles são ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado.

B. Seu presente. Os sindicatos ocupam-se exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Eles não são suficientemente conscientes de tudo que podem fazer contra o próprio sistema da escravidão assalariada. Eles se mantêm bem distantes dos movimentos mais gerais e das lutas políticas.

C. Seu futuro. À parte sua obra imediata de reação contra as manobras truculentas do capital, eles devem doravante agir como focos da organização da classe operária no grande objetivo de sua emancipação radical. Eles devem ajudar todo movimento social e político tendendo nessa direção."

Os sindicatos organizam a classe operária sobre uma ampla base e assim unificam-na, centralizam-na, contribuem para arrebentar seus particularismos e alargar suas perspectivas. Ao mesmo tempo, eles conduzem-na aos umbrais da compreensão de seu papel revolucionário, que somente é assumido na sua totalidade por uma parte da classe,

reagrupada no partido político do proletariado. Na AIT, esse problema da mobilização da classe sobre objetivos revolucionários, e portanto da ligação do partido à classe, manifestou-se de maneira interna, no seio mesmo da organização. Ele tomou a forma do debate entre centralismo e federalismo, ou seja: como a classe deve se organizar para vencer? Como a entrada das organizações imediatas da classe (sindicatos, associações, etc...) na organização internacional pode conduzir à emergência de uma linha de ação comum?

Isto só pode ocorrer se esta ação se desenvolve no terreno político, isto é, no terreno do comunismo revolucionário, ou, em outros termos, se o partido de classe controla os sindicatos e sua evolução; se estes últimos fixam como programa a transformação revolucionária da sociedade, a constituição do proletariado em classe dominante e a abolição do trabalho assalariado. No caso da AIT, é o Conselho Geral que desempenhava esse papel no próprio interior da organização.

Isso implicava, no plano interno, que o Conselho Geral estabelecesse sua autoridade sobre o conjunto da organização e então jogasse um papel dominante tanto no plano teórico como no plano organizacional. Donde o fato de que a concepção mesma de seu papel levasse o Conselho Geral a lutar para reforçar seus poderes sobre a organização. Contra o federalismo, que reforçava as tendências particularistas dos sindicatos, o centralismo, como princípio e regra de organização, reforçava a unidade do partido operário em torno do programa comunista. Longe de ser somente uma questão de forma de organização, a querela centralismo/federalismo encarnava de fato a luta do programa comunista para impor-se no seio do partido operário.

2.3.2.12. No caso da AIT, tem-se uma organização sobre uma base muito ampla, que acolhe em seu seio as associações operárias, as trade-unions etc..., sob reserva do reconhecimento das necessidades gerais do proletariado, inscritas nos estatutos. Estas necessidades gerais são "o concurso mutual, o progresso e a emancipação completa da classe operária" (As pretensas cisões...). Como consequência, dado o estado do movimento, o centralismo não podia ser senão um resultado, ao qual o movimento chegaria por si mesmo ao fim e à medida em que ganhasse segurança e unidade.

"As seções da classe operária nos diversos países encontram-se colocadas em condições diversas de desenvolvimento. Segue-se necessariamente que suas opiniões teóricas, que refletem o movimento real, também são divergentes (...) No entanto, a comunidade de ação estabelecida pela Associação Internacional dos Trabalhadores, a troca de idéias facilitada pela publicidade feita pelos órgãos das diferentes seções nacionais, enfim as discussões diretas nos Congressos Gerais não deixaram de engendrar gradualmente um programa teórico comum." (As pretensas cisões...)

2.3.2.13. Do mesmo modo que o programa do proletariado venceu no seio da AIT após uma luta encarnizada, o princípio centralista teve de ser ferozmente defendido para triunfar finalmente no seio da organização. Ora, no curso desse movimento, defesa do programa e afirmação do centralismo estão ligados. Do mesmo modo que o programa, o princípio do centralismo é afirmado, inicialmente, na sua generalidade. (A afirmação mesma da

necessidade para o proletariado de dispor de uma organização internacional, já não é definir a necessidade de centralizar a luta proletária?). O modo de funcionamento da organização leva em contra sua natureza de amplo agrupamento de todas as forças proletárias e, portanto, necessita, sobretudo, criar as condições para que o centralismo se manifeste espontaneamente, como uma resultante do movimento. Daí o fato de as regras de organização não terem sido rigidamente estabelecidas de início (o que não era possível, a menos que fossem artificialmente impostas ao movimento, de fora), mas deixadas à elaboração do próprio movimento.

"Ao contrário dos estatutos de todas as sociedades burguesas, os estatutos da Internacional tocam apenas em sua organização administrativa. Eles deixam seu desenvolvimento à prática, e a regularização aos futuros Congressos. No entanto, como só a unidade e o conjunto da ação das seções dos diversos países poderiam lhes conferir o caráter de internacionalidade, os estatutos ocupam-se mais do Conselho Geral do que das outras partes da organização"

2.3.2.14. Precisamente, no curso da vida da AIT, a supremacia do Conselho Geral se afirmou ao mesmo tempo nos planos programático e o organizacional, com a ação contra os anarquistas unificando os dois aspectos. Isso porque, na sua fúria anti-autoritária, na sua paixão anti-organizacional, os anarquistas perseguiram um objetivo mais profundo.

"Na realidade, o verdadeiro móvel de todos esse ataques contra a Conferência (de Londres, ndr) é de uma outra natureza, mais íntima. De início, por suas resoluções, ela acabava de contrariar as intrigas práticas dos homens da Aliança na Suíça. No mais, os promotores da Aliança tinham, na Itália, na Espanha, em uma parte da Suíça, e da Bélgica, criado e mantido, com uma maravilhosa persistência, uma confusão calculada entre o programa de ocasião de Bakunine e o programa da Associação Internacional dos Trabalhadores." (As pretensas cisões...)

A história da AIT mostra que a alma de um partido é seu programa e que não há regras de organização que possam garantir sua natureza revolucionária se não há ao mesmo tempo defesa do conteúdo do partido: o programa.

2.3.2.15. No plano das regras de organização, qual era o papel do Conselho Geral? Ele deveria funcionar como agente internacional entre os diferentes grupos nacionais e locais. o CG é a emanção da Associação através de seus congressos. Nesse sentido, ele encarna naturalmente e necessariamente a autoridade.

Ele executa as resoluções dos Congressos.

Controla e constata a conformidade dos estatutos das seções locais com os regulamentos gerais.

Encarna a permanência da AIT ao nível internacional, mesmo quando as seções particulares, no plano nacional, chocam-se com problemas legais que entravam sua atividade.

Encarna a autoridade contra os elementos suspeitos que se aproveitam desse tipo de situação para penetrar na Associação.

E mais:

"Frente a todos os grupos internacionais, o Conselho Geral tem o dever de fazer propaganda. Ela a tem levado a cabo por intermédio de seus manifestos e de seus mandatários, que lançaram as primeiras raízes da Internacional na América do Norte, na Alemanha e em muitas das cidades da França." (id)

Finalmente:

"Chegamos enfim a uma função imposta ao Conselho Geral pelas necessidades da luta. Por mais lesivo que possa ser para os partidários da Aliança, o Conselho Geral, pela persistência mesma dos ataques dos quais é objeto da parte de todos os inimigos do movimento proletário, encontra-se colocado na vanguarda dos defensores da Associação Internacional dos Trabalhadores."

2.3.2.16. Situado à frente da Associação, a sede do Conselho geral fica em Londres, isto é no seio do país onde as condições materiais para a revolução e o desenvolvimento do comunismo são as mais avançadas. Vimos que em 1848 a sede do partido (Liga dos Comunistas) havia sido transferida para Paris, então momentaneamente centro do processo revolucionário, depois, novamente para Londres, quando do refluxo do movimento.

Ora, em Londres, o CG da AIT acumulava as funções de Conselho Geral para toda a Associação e de Conselho regional para o ramo inglês. Marx e Engels lutaram contra aqueles que preconizavam a autonomia de um conselho regional inglês, pela boa razão de que a situação do país mais desenvolvido e o mais propício ao desenvolvimento revolucionário interessava em primeiro plano ao movimento internacional e não podia cair em mãos "puramente inglesas".

"O Conselho Geral, estando colocado na posição vantajosa de ter a mão diretamente sobre esta grande alavanca da revolução proletária – os sindicatos –, que palhaçada seria, para não dizer que crime, de deixá-la cair em mãos puramente inglesas!

Os ingleses tem toda a matéria necessária à revolução social. O que lhes falta é o espírito generalizador e a paixão revolucionária. Somente o Conselho Geral pode supri-los e acelerar assim o movimento verdadeiramente revolucionário nesse país e, por conseqüência, em todos os demais. (...) A Inglaterra não deve ser tratada como um país entre outros. Ela deve ser considerada como a metrópole do capital". (As pretensas cisões...)

Da mesma maneira, a Esquerda Comunista da Itália lutou, nos fins dos anos 20 para que o Comitê Executivo da Internacional Comunista não caísse em mãos "puramente russas", estimando que era a Internacional quem tinha que dirigir a política do Estado russo e não o inverso.

2.3.2.17. É evidente que a unidade assim defendida pelo Conselho Geral é também a unidade de conteúdo, a unidade do programa. Neste sentido, o CG encarna o partido histórico no seio da organização do proletariado. É por isso que, além de uma simples querela organizacional, o projeto dos bakounianos visava o próprio programa comunista. Sua regra em matéria organizacional, a saber, não ter regras, visava suprimir todo o órgão central do tipo do Conselho Geral. Em todos os casos, sua proposição tendia a transformar o CG em um simples "bureau de correspondência e estatística". Ora o CG não pode ter qualquer atividade de "correspondência" se esta não leva em conta sua atividade administrativa, e não pode elaborar "estatísticas" se não se situa no centro do movimento, tendo por tarefa coordenar as ações e centralizar os resultados.

2.3.2.18. De fato, no enfrentamento das duas posições, há mais do que um desacordo sobre simples questões organizacionais, há uma separação fundamental sobre a composição mesma do movimento do proletariado e a natureza de sua emancipação. Uma vez suprimidos o Conselho Geral e os comitês federais, locais, etc..., nada mais resta do que "seções autônomas ligadas entre si com base em um sistema federalista. Ora, não dando a si mesma um órgão central de luta, a classe operária está, claramente, à mercê de todos os pregadores de lição, de todos os fazedores de programa, e é efetivamente este o objetivo dos anarquistas, que consideram a classe operária como um meio informe no seio do qual eles devem "fazer penetrar" as idéias que extraíram da observação da sociedade.

"Assim, a partir de si mesma, a minoria de uma sociedade burguesa ⁵ somente se imiscuiu na Internacional algum tempo antes do congresso de Bale (1869, ndr), para servir-se dela como meio de colocar-se, vis à vis das massas operárias, como hierarcas de uma ciência oculta, ciência de quatro frases, cujo ponto culminante é "a igualdade econômica das classes". (id)

Nas maquinações dos anarquistas há, portanto, a negação fundamental do proletariado como ser revolucionário capaz por si mesmo de revolucionar a sociedade capitalista e que, para cumprir essa tarefa, constitui-se em partido político. Assim, a luta contra os anarquistas desenvolve-se simultaneamente, por vezes, no plano dos princípios e no da organização, sendo que sua teoria da organização ambiciona negar todos os princípios da emancipação do proletariado.

2.3.2.19. É por isso que o triunfo do princípio centralista no seio da organização se traduz concretamente pelo reforço dos poderes do Conselho Geral, garantidor da integridade programática e organizacional da AIT. Exemplar é, a esse respeito, a luta do Conselho Geral contra a Aliança bakuninista.

Em 1868, de início através da Liga da paz e da liberdade, depois através da Aliança Internacional da democracia socialista, cisão minoritária da precedente, Bakunin tenta penetrar na Internacional. O Conselho Geral reagiu fazendo observar que: ou a Liga tem os mesmos objetivos que a AIT, e nesse caso será impossível fazer figurar uma segunda associação internacional no seio da AIT como sub-organização desta, o que não deixaria de

⁵ A Aliança da democracia socialista de Bakounin surgiu da cisão da Liga da Paz e da Liberdade, "sociedade nascida morta de republicanos burgueses".

engajá-la num processo fracionista; ou seus objetivos são diferentes, e nesse caso, não há reunião possível conquanto só pode existir um único partido revolucionário do proletariado.

A Aliança, tendo tentado integrar-se à força na AIT, recebeu como resposta da parte do Conselho Geral que, pelas mesmas razões, ela não era admitida no seio da AIT (cf. circular do CG de 22 de dezembro de 1868).

Voltando à carga em 1869, a Aliança forçou o CG a pronunciar-se sobre a validade de seu programa. Ora, dada a natureza da AIT, vasto agrupamento de sociedades operárias unificadas sobre objetivos gerais (isto é, o partido operário), não competia ao CG julgar a validade dos programas particulares, mas dizer se algo em seu conteúdo viria contradizer os objetivos gerais da AIT. Assim, os comunistas que agiam no seio do CG não procuravam, imediatamente, impor seu programa, mas, defendendo-o, trabalhavam para salvaguardar para o partido operário seu caráter de partido operário e combater toda alteração dos princípios fundamentais que o caracterizam. No exemplo seguinte, o CG acusa a Aliança de propor "a igualização das classes" e não sua abolição.

"Assim, está fora das funções do Conselho Geral fazer o exame crítico do programa da Aliança. Não devemos buscar aqui, se sim ou não, trata-se de uma expressão adequada ao movimento proletário. Para nós, trata-se somente de saber se ele não contém nada de contrário à tendência geral de nossa Associação, isto é à emancipação completa da classe operária. Há uma frase que, desse ponto de vista, é um erro. No artigo II lê-se: 'Ela (a Aliança) quer antes de tudo a igualização política, econômica e social das classes'.

A igualização das classes, interpretada literalmente, desemboca na harmonia do capital e do trabalho, tão inoportunamente preconizada pelos socialistas burgueses. Não é a igualização das classes, contra-senso lógico, impossível de realizar, mas ao contrário, a abolição das classes, o verdadeiro segredo do movimento proletário, que forma o grande objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores." (Reunião do Conselho Geral de 9 de março de 1869)

2.3.2.20. No entanto, na seqüência do texto, o CG não duvidava de que esta formulação, que poderia passar "pro um simples erro de pena", seria eliminada e que a Aliança se dissolveria oficialmente para que suas seções entrassem diretamente na Internacional. Sobre os dois pontos, a Aliança fez, oficialmente, uma concessão, mas, de fato, ela aproveitou-se de sua entrada na AIT para encetar uma guerra aberta e incessante contra o Conselho Geral e contra todas as seções que não aceitassem oficialmente seu programa. A polêmica engajada contra o Conselho Geral versa essencialmente sobre seu pretenso autoritarismo. Ora, como relembra o CG, à medida em que ele encarna a autoridade, dela se serve, sobretudo conforme a natureza de partido operário que é a AIT, para desempenhar um papel de árbitro e de garantidor quando surgem situações que representam risco de por em perigo a organização. Assim, muitas vezes no curso da história da AIT, o CG foi levado a provar sua autoridade, seja para eliminar elementos duvidosos (Felix Pyat na França), seja para arbitrar um contencioso entre seções (em 1870 em Lyon, onde a nova seção Bakuninista exigia a exclusão dos antigos membros fundadores), seja para manter o espírito e os objetivos da AIT (em 1870 a AIT recusa a entrada de uma "sociedade de proletários positivistas", tendo em conta o caráter burguês dessa doutrina).

2.3.2.21. Assim, toda vez que se faz necessário, o Conselho Geral intervém e cumpre sua missão. Sua autoridade é legitimamente reconhecida pela Internacional. De fato, os anarquistas acusavam-no de ser o garantidor dos estatutos, ou seja, de cumprir a missão para a qual foi criado e dotado de mandato. O CG é, com efeito, o principal obstáculo à atividade fracionista dos anarquistas. É necessário assinalar ao mesmo tempo que, desde essa época, o comportamento dos anarquistas mostrou que não havia piores burocratas que os anti-organizacionais, piores ditadores que os anti-autoritários. Quando uma "autoridade" não está apoiada sobre princípios, ela é a manifestação dos ditames do mais hábil indivíduo, o mais manobrador.

2.3.2.22. O resultado prático dessa luta não foi, contrariamente ao que diziam os anarquistas, o de ter ampliado os poderes do Conselho Geral com o fito de introduzir "autoritariamente" no movimento princípios que nele não existiam, mas o de ter conformado, no plano das regras de organização, a definição do Conselho Geral àquilo que o movimento real havia dele exigido. Produto do próprio funcionamento da organização, o CG devia forçosamente, em um dado momento, registrar em seus próprios estatutos a natureza exata de seu papel no seio do movimento. A defesa do centralismo como princípio passa necessariamente pela tomada de medidas aptas a impedir a degenerescência da Internacional numa organização federalista. Por essa razão, o congresso de Basileia (1869) adota resoluções administrativas que precisam os poderes do Conselho Geral.

"V. O Conselho Geral tem o direito de admitir ou de recusar a filiação de toda nova sociedade ou grupo, salvo pronunciamento do congresso subsequente. Todavia, onde existem grupos federais, o Conselho Geral, tendo de admitir ou recusar a filiação de uma nova seção ou sociedade, deverá consultar o grupo, sempre conservando seu direito de decisão prioritária.

VI. O Conselho Geral tem igualmente o direito de suspender, até o congresso subsequente, uma seção da Internacional."

Posteriormente, no Congresso de Haia (1872), onde serão excluídos os anarquistas, o regulamento do Conselho Geral precisa:

"Art.2. O Conselho Geral tem que colocar em prática resoluções de congressos e zelar para que, em cada país, os princípios, estatutos e regulamentos gerais da AIT sejam escrupulosamente observados.

Art.6. O Conselho Geral tem igualmente o direito de suspender ramos, seções, conselhos federais ou comitês e federações da AIT até o congresso subsequente. Mas ele não deverá usar desse direito sobre seções pertencentes a uma federação antes de ter consultado o conselho federal interessado. No caso em que um Conselho Federal ou um Comitê forem dissolvidos, o Conselho Geral deverá ordenar às seções da federação em questão que procedam à eleição de um novo Conselho federal ou de um comitê, num intervalo de trinta dias. Em caso de suspensão de toda uma federação, o Conselho Geral deverá informá-la imediatamente a todas as federações.

Se a maioria das federações o solicitar, o Conselho Geral deverá convocar uma conferência extraordinária, da qual participará um representante de cada nacionalidade e que será realizada um mês depois, para resolver a questão. Fica

entendido que os países onde a AIT está impedida, terão os mesmos direitos que as federações regulares."

Em seu discurso de encerramento do congresso de Haia, Marx sublinhou que uma das principais realizações pelo Congresso tinha sido justamente reforçar os poderes do Conselho Geral "e centralizar, para a luta que vai se engajar, uma ação que o isolamento tornaria impotente".

"E doravante, a quem, senão aos nossos inimigos, poderia fazer sombra a autoridade do Conselho Geral? Tem ele, então, uma burocracia, uma polícia armada para se fazer obedecer? Sua autoridade não é unicamente moral e o que ele fixa, não o submete às federações que são encarregadas da execução? Os reis nessas condições, sem exército, sem polícia, sem magistratura seriam fracos obstáculos para a marcha da revolução, no dia em que estivessem reduzidos a ter seu poder de influência a partir da autoridade moral."

2.3.2.23. A concepção do partido que os anarquistas têm, mostra também sua profunda incapacidade de compreender o processo pelo qual se realiza a emancipação revolucionária do proletariado. Classe submetida à ditadura do capital, o proletariado organiza-se em partido para tornar-se um verdadeiro sujeito revolucionário atuante, cuja ação subverte a sociedade de classes. Assim, o proletariado afirma a presença do comunismo no seio da sociedade burguesa, como negativo desta. Daí o fato de que o partido seja também prefiguração da sociedade comunista. Mas toda compreensão desta posição num sentido imediatista conduz diretamente à contra-revolução. Se, por esta razão, dado que a missão do proletariado é realizar a sociedade sem classes, tira-se como conclusão que ele não deve se organizar para a luta, que ele não deve se armar, que ele não deve exercer sua ditadura, utilizar o terror revolucionário etc..., renuncia-se pura e simplesmente a toda idéia de revolução. Tal é o sentido da resposta que Engels dirigiu aos anarquistas reunidos em congresso em Sonvilliers.

"Ela afirma (a circular da Federação Bakuninista de Jura, ndr) que segundo seus estatutos e as decisões do congresso de fundação, a Internacional não é outra coisa senão uma "livre federação das seções autônomas", que tem por objetivo a emancipação dos trabalhadores pelos trabalhadores "fora de toda autoridade dirigente, mesmo se ela resulta de um livre consentimento". Segundo ela, o Conselho Geral não seria outra coisa "senão um simples bureau de estatística e de correspondência". Esta base original teria sido prontamente falseada desde o início pelo direito dado ao conselho geral de se completar com o auxílio de novos membros e, mais ainda, pela resolução do congresso de Basileia que dava direito ao conselho geral de suspender toda seção até o congresso subsequente e de arbitrar provisoriamente as diferenças até que este congresso tenha se pronunciado. Por meio do que precede, ter-se-ia dado ao Conselho Geral um poder perigoso; e livre união das seções autônomas teria sido transformada numa organização hierarquizada e autoritária de seções "disciplinadas", dado que "as seções estariam inteiramente nas mãos do conselho geral, que pode recusar, como bem entende, as admissões ou suspender suas atividades."

Para os leitores alemães que conhecem muito bem o valor de uma organização que é capaz de defender-se, tudo isso parecerá desconcertante...

Mas a luta pela emancipação da classe dos trabalhadores é apenas, para Bakunine e seus companheiros, um simples pretexto, o objetivo verdadeiro é efetivamente outro. A sociedade futura nada mais deve ser do que a generalização da organização que a Internacional tenha se dado (diz essa mesma circular, ndr). Devemos portanto zelar para que esta organização se aproxime tanto quanto possível de nosso ideal... A Internacional, germe da sociedade humana futura é tida como sendo desde já uma cópia fiel de nossos princípios de liberdade e de federalismo e deve expelir de seu seio todo princípio que tenda à autoridade e à ditadura. Nós, alemães, somos denegridos por causa de nosso misticismo; mas, nem mesmo de longe atingiríamos um tal misticismo. A Internacional, um modelo em que não haveria mais fuzilamentos versalheses, tribunais militares, exércitos permanentes, interceptação de correio, tribunal penal de Bruinswick! Precisamente agora, quando deveríamos defender nossa pele dos pés e das mãos, o proletariado não deveria organizar-se em função da luta que se lhe impõe a cada dia, a cada hora, mas sim segundo as representações que alguns espíritos quiméricos fazem de uma vaga sociedade futura! Imaginemos no que se transformaria nossa própria organização alemã se ela se organizasse segundo esse modelo (...) Se os Stieber e seus comparsas, se todo o gabinete negro, se todos os oficiais prussianos entrassem, sob comando, na organização social-democrata afim de destruí-la, o comitê, ou melhor o bureau de correspondência e de estatística, não deveria de modo algum defender-se pois isso seria introduzir uma organização hierarquizada e autoritária! e, sobretudo, nada de seções disciplinadas! nada de disciplina de partido, nem centralização de forças em um ponto, nada de armas de luta! Em suma, onde iríamos com uma tal organização? À flácida e servil organização dos primeiros cristãos, desses escravos que aceitam com agradecimento cada pontapé e que, graças a enganações, deram a vitória a sua religião, três séculos depois, é verdade. Este é um método de revolução que certamente o proletariado não imitará." (Engels. "O Congresso de Sonvilliers e a Internacional", in Volkstaat, 10.01.1872)

2.3.2.24. Necessidade da ditadura do proletariado

No seio da AIT, os anarquistas lutavam contra toda concepção que defendesse a ação política do proletariado. Do mesmo modo que negavam o partido, recusavam a tese comunista segundo a qual o proletariado deve destruir o aparelho de Estado da classe dominante e instaurar seu próprio Estado, instaurar um "semi-Estado" (Engels) que deve extinguir-se à medida em que se desenvolve a fase de transição do modo de produção capitalista à sociedade comunista (ditadura do proletariado). Esta posição não apenas leva a inverter a relação entre o fim e os meios. Ela é contra-revolucionária no seu princípio. E o é tanto mais quanto o proletariado tenha pago no massacre da Comuna a vitória de seu programa e de seus princípios: olhem a Comuna de Paris, dizia Marx, era a ditadura do proletariado.

"A Anarquia, eis o grande cavalo de batalha de seu mestre Bakunin, que dos sistemas socialistas guardou apenas os rótulos. Todos os socialistas entendem por Anarquia o seguinte: o objetivo do movimento proletário, a abolição das classes

uma vez alcançada. O poder do Estado que serve para manter a grande maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora pouco numerosa, desaparece, e as funções governamentais transformam-se em simples funções administrativas. A Aliança considera isso ao contrário. Ela proclama a Anarquia nas fileiras proletárias como o meio mais infalível de derrotar o poder de concentração das forças sociais e políticas nas mãos dos exploradores. Sob este pretexto, ela pede à Internacional, no momento em que o velho mundo procura derrotá-la, que substitua sua organização pela Anarquia. A política internacional não pede nada além disso para eternizar a República-Thiers, cobrindo-a com o manto imperial". (As Pretensas Cisões da Internacional)

2.3.2.25. É falso dizer que os anarquistas tenham estado mais "à esquerda" que os comunistas. Como sublinhou a Esquerda Comunista da Itália, enquanto o oportunismo no seio da Segunda Internacional vinha à luz como uma corrente que se desenvolveu a partir do comunismo, travestindo-lhe o programa, as posições anarquistas não constituem um desvio do programa, mas nasceram totalmente fora deste (como testemunha então a origem burguesa da Aliança de Bakunin). Após 1872, o movimento comunista reconheceu definitivamente os anarquistas pelo que são: inimigos da revolução proletária.

"Na social-democracia trata-se apenas do movimento real da classe operária; o outro (os anarquistas, ndr) é somente uma miragem da juventude sem saída que quer fazer a história e apenas ilustra a maneira pela qual as idéias do socialismo francês se acham caricaturadas nos homens desqualificados das classes superiores. É por isso que o anarquismo foi de fato vencido em todo lugar, e nada faz além de vegetar onde não existe verdadeiro movimento operário. E isto é um fato." (Marx. Notas Marginais Sobre os Debates no Reichstag Relativos à Lei Anti-Socialista 16 e 17 de Setembro de 1878)

2.3.2.26. O Desaparecimento da AIT

Em 1864, Marx e Engels acolhiam com entusiasmo a recomposição do movimento proletário e reconheciam que se poderia nele agir para defender o programa. Toda sua atitude no seio da AIT testemunha esta vontade de reforçar o programa de 1848, dando-lhe um novo alicerce, verdadeiramente internacional. Em 1872, essa tarefa pode ser considerada como cumprida; todos os eventos, tanto no seio da organização (ruptura com os anarquistas) como no curso do próprio movimento (Comuna de Paris), provaram a validade e a verdade do programa comunista.

Mas, com a derrota da Comuna, abre-se uma nova fase de recuo, de fragmentação do movimento, a qual terá suas repercussões sobre a organização. Como em 1852, os comunistas negam-se a privilegiar a forma-partido em detrimento do conteúdo-programa: sua atitude consiste sempre em trabalhar pela defesa e preservação do programa comunista. Ora, a emergência do programa, a capacidade da teoria tornar-se força material, depende estreitamente do movimento real. Logo que este reflui, a existência de uma organização formal, a alavanca do movimento, torna-se um entrave a este. É a isto que chega a Primeira Internacional, devorada pelas querelas internas e incapaz, uma vez sacramentada a derrota,

de manter-se no rumo que havia sido definido durante dois congressos sucessivos, notadamente na Basileia e em Haia.

Assim, o Congresso de Genebra de 1873 testemunha o estado do movimento: deliquescência deste na Inglaterra; dificuldades na Alemanha, Áustria; aniquilação na França. Nessas condições o congresso, praticamente nas mãos dos Genebreses, tendia a restaurar a influência dos anarquistas.

"Apesar disso os Genebreses não conseguiram se apossar do Conselho Geral, mas – como sem dúvida já o sabes – puseram em questão todo o trabalho feito desde o primeiro congresso de Genebra, e fizeram mesmo muitas coisas contrárias às decisões já tomadas". (Marx à Sorge, 27 de setembro de 1873)

A reflexão de Marx, segundo a qual dever-se-ia tratar este congresso como um "simples assunto local genebrês", mostra que ele estimava que não se poderia mais ter, momentaneamente, uma expressão formal internacional do movimento.

"Dadas as condições atuais da Europa, é absolutamente útil, na minha visão, fazer passar para a retaguarda, no momento, a organização formal da Internacional, tendo cuidado somente, se isso for possível, de não perder o ponto central de Nova York, afim de impedir que imbecis como Perret ou aventureiros como Cluseret se apossessem da direção e comprometam a causa. Os eventos da inevitável involução e evolução das coisas proverão, por si mesmos, uma ressurreição da Internacional sob uma forma mais perfeita.

No aguardo disso, basta não deixar escapar inteiramente de nossas mãos a ligação com os melhores elementos nos diversos países e, de reto, não preocupar-se muito com as decisões locais de Genebra, ou ignorá-las pura e simplesmente. A única boa resolução que lá foi tomada é a de adiar o Congresso por dois anos, pois isso facilita este modo de agir. É, além disso, barrar num só traço de pena os cálculos dos governos continentais, pois estes não poderão utilizar o espectro da Internacional na sua eminente cruzada reacionária. Por tudo, é preferível, com efeito, que os burgueses tenham este espectro como bem enterrado." (18.09.1873)

No plano tático, a transferência do Conselho Geral para Nova York era uma maneira de mostrar que, reconhecendo a derrota do movimento atual, era necessário preparar-se para sua retomada futura e, portanto, sublinhar que este desdobrar-se-ia sobre uma base mais ampla, integrando o aporte do país capitalista mais jovem e pronto a tornar-se o mais moderno: os Estados Unidos.

2.3.2.27. Ademais, esta era uma maneira de "colocar a organização formal do proletariado na retaguarda". Se não é possível liquidar, pura e simplesmente, o partido (o que equivaleria a dizer que sua existência ou sua inexistência é um fato de vontade), é necessário reconhecer seu desaparecimento quando a própria situação material o produz, e, sobretudo, impedir que seus restos caiam nas mãos do inimigo de classe, que poderia servir-se dele para mistificar o proletariado. E foi isso que ocorreu em 1914, para a Segunda Internacional, e depois de 1928, para a Internacional Comunista e todas suas

seções locais. Assim, a AIT, após a Liga dos Comunistas, terá sido um dos dois únicos exemplos bem sucedidos dessa tática, assim definida por Engels:

"Tomem, por exemplo, a Internacional que, após a Comuna, conheceu um imenso sucesso. Os burgueses, como que atingidos por um raio, acreditavam-na toda poderosa. A grande massa de seus membros acreditavam que ela duraria para sempre. Nós sabíamos muito bem que o balão devia furar. Toda a ralé se aproximava de nós. Os sectários, que haviam se tornado insolentes, abusavam da Internacional na esperança de que se lhes perdoasse as piores besteiras e baixezas. Mas nós não suportamos isso, sabendo muito bem que o balão furaria mesmo, não se tratava, para nós, de diferir a catástrofe, mas de preocupar-nos para que Internacional permanecesse pura e atada a seus princípios, sem falsificá-los, e isso até seu final." (Carta a Bebel, 20 de junho de 1873)

2.3.2.28. Além disso, fora o fato de que o curso mesmo da vida da classe e de seu partido implica períodos em que a organização formal do partido desaparece, é necessário ter em conta o papel particular jogada pela AIT, como momento específico na história do movimento proletário.

"Com tua saída, a velha Internacional está completamente acertada e encerrada. E isto é uma coisa boa. Ela pertenceu ao período do Segundo Império, em que a opressão que reinava em toda a Europa prescrevia ao movimento operário que vinha despertando a unidade e abstenção de toda polêmica interior. Era o momento em que os interesses cosmopolitas comuns do proletariado podiam vir ao primeiro plano: a Alemanha, a Espanha, a Itália, a Dinamarca, mal acabavam de entrar no movimento ou nele estavam entrando então. Em 1864, o caráter teórico do movimento era, na realidade, em toda a Europa, entenda-se nas massas, ainda muito confuso. O comunismo alemão não existia ainda em forma de partido operário, o proudhonismo era muito fraco para que pudesse fazer ostentação de seus caprichos particulares, o novo gênero de Bakunin não existia ainda na sua própria cabeça; mesmo os chefes das trade-unions inglesas acreditavam poder entrar nos considerandos dos estatutos. O primeiro grande sucesso deveria romper essa ingênua reunião de todas as frações. O sucesso foi a Comuna, que intelectualmente era, sem contestação, filha da Internacional, ainda que a Internacional não tenha mexido um dedo para fazê-la, e da qual a Internacional foi igualmente, de pleno direito, e nessa exata medida, tornada responsável. Logo que a Internacional tornou-se, para a Comuna, uma potência moral na Europa, a discórdia prontamente começou. Cada tendência queria explorar o sucesso em seu benefício. Adveio o desmembramento, que não poderia faltar. (...)

O Congresso de Haia (1872, ndr) marcou efetivamente um fim – e isso para os dois partidos. O único país onde se podia ainda fazer alguma coisa em nome da Internacional era a América, e um oportuno instinto atribuiu-lhe a direção. Hoje, o prestígio acabou lá também, e todo esforço a mais para insuflar uma vida nova seria piada e desperdício de força. A Internacional dirigiu dez anos de história européia de um lado – o lado onde reside o futuro – e pode olhar honrosamente seu trabalho cumprido.

Mas, na sua forma antiga, ela apenas sobrevivia. Para suscitar uma nova Internacional semelhante à antiga, uma aliança de todos os países, teria sido necessária uma derrota geral do movimento operário, tal como a que havia imperado de 1849 a 1864. Por intermédio dela, o mundo proletário tornou-se maior, mais extenso. Creio que a próxima Internacional será – quando os escritos de Marx tiverem, durante alguns anos, produzido seu efeito – nitidamente comunista e ostentará resolutamente nossos princípios..." (Engels a Sorge, 12 de setembro de 1874)

Se Engels mostra-se, na última parte da citação, muito otimista no que concerne às capacidades do capital em derrotar o movimento operário (o que inclui legalizá-lo, oficializá-lo, autorizando-lhe uma "representação" oficial no seio da democracia), ele sublinha ao mesmo tempo que, doravante, esse movimento operário fez seus certos princípios de base do comunismo e que lhe resta assimilar outros. Assim, uma "união ampla", como a que presidia à constituição da AIT em 1864, não será mais necessária, mas o reagrupamento internacional do proletariado poderá de pronto integrar as lições principais do período decorrido e edificar-se sobre uma base mais nitidamente comunista. É por isso que em todo o período que se seguiu a 1871-72 a tática dos comunistas será a de favorecer a criação pelo proletariado de partidos comunistas puros no plano nacional, com prelúdio à constituição de um órgão internacional. Durante a fase de 1872-89, somente a Alemanha conhecerá um movimento próximo a isso. Só restava à Segunda Internacional constituída em 1889, apesar de todas suas fraquezas, que examinaremos num próximo capítulo, realizar em parte a previsão de Engels, reclamando-se nitidamente do socialismo científico e reivindicando de pronto as características principais do partido operário.

o o o

2.3.3. A COMUNA DE PARIS: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE DITADURA DO PROLETARIADO

Introdução

"A revolução de 1848, como muitas que a precederam, conheceu um estranho destino. Aqueles que a massacraram tornaram-se – como Marx costumava dizer – seus executores testamentários." (Engels. Die Neue Zeit . junho de 1885)

De 1848 a 1864, como vimos no capítulo dedicado à contra-revolução, "a execução" do "testamento" da revolução de 1848 desencadeou um fantástico desenvolvimento do MPC na Inglaterra e no continente, assim como transformações territoriais, prelúdios à instalação das nações modernas. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento generalizava o alicerce da revolução, criando, concentrando e unificando um forte proletariado em escala européia o qual, por suas lutas anunciava o próximo estremecimento da ordem burguesa.

Realizando o programa de 1848, seus antigos carrascos liquidavam-no simultaneamente, fazendo assim justiça às ilusões que haviam conduzido, naquela época, o proletariado na luta. O fenômeno revolucionário de 1848 fecha-se sobre uma ruptura, a

sangrenta de junho de 1848, onde todas as forças da burguesia e da velha sociedade coligadas uniram-se para abater o proletariado revolucionário. Assim, junho de 1848 fechou, ao menos para a Europa continental, um ciclo iniciado em 1789-93.

A Comuna de Paris, com suas fraquezas e seus ensinamentos grandiosos, inscreve-se no movimento universal de retomada da luta de classes a partir dos anos 1860.

O estudo da fase de contra-revolução 1852-1864 e da constituição da AIT mostraram que o proletariado aproveitou-se desse período para digerir as lições da revolução de 1848, notadamente no que diz respeito às suas relações com a burguesia, inclusive suas frações democratas e republicanas.

Doravante, a ação do proletariado far-se-á mais nitidamente classista e socialista, conduzindo as reivindicações à assunção direta pelo proletariado dos assuntos da sociedade.

No plano dos princípios, este movimento da classe para a consciência de seus objetivos e de seus interesses históricos se manifestará na AIT: "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores", no plano prático a Comuna de Paris: "vejam a Comuna de Paris, era a ditadura do proletariado" (Marx)

Iniciada e prosseguindo nas mais desfavoráveis condições, a revolução proletária de 1871 é, como a russa de 1917, um dos mais importantes episódios da história do movimento operário, pois:

1. Pela primeira vez ela coloca o proletariado sozinho na situação de assegurar o poder político e a direção da sociedade.

2. Ela ensina que a classe operária é perfeitamente capaz de dirigir os assuntos da sociedade, mas com a condição de transformar a máquina de Estado em vez de fazê-la funcionar enquanto tal.

3. Ela confirma as lições de junho de 1848 e testemunha o fato de que, ao menos na Europa em 1871, a burguesia deixou de desempenhar um papel progressista e revolucionário e que, doravante, "os governos burgueses são apenas um contra o proletariado." A partir de agora, a luta de classes nessa área não suporta mais qualquer aliança, de espécie alguma, entre burguesia e proletariado.

Certamente, uma coisa é a análise, outra é a hagiografia e o mito: análise dos erros da Comuna (militares, políticos, ideológicos), análise de suas fraquezas (peso do patriotismo, do socialismo pequeno-burguês, fraqueza da centralização e da organização em partido). Mas suas lições, quer sejam positivas ou negativas, permanecem, para todo comunista, insubstituíveis.

É por isso que Lênin tinha razão ao ensaiar alguns passos de dança sobre a neve quando, após 2 meses, o poder dos Sovietes na Rússia ultrapassou em duração a longevidade da Comuna de Paris. à experiência desta última somou-se notadamente a – e quão preciosa – da Revolução de Outubro. Hoje ainda o proletariado tem tudo a aprender

do estudo desses dois episódios em que sua classe soube, face às forças da burguesia ensandecida, tomar e conservar o poder político, "tomar de assalto o céu".

2.3.3.1. MODO DE PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA FRANÇA DE 1870

A partir de 1848 a caracterização da sociedade capitalista europeia estabelece-se, do ponto de vista das possibilidades da revolução como segue: a área inglesa conhece a fase de submissão real do trabalho ao capital e, portanto, a possibilidade da revolução comunista pura ⁶, com a Inglaterra desempenhando o papel de "reserva de forças produtivas" para a revolução (#) (cf. n. 18, pp. 27-31), mas no continente o desenvolvimento capitalista não atingira ainda este estado e as conseqüências políticas são: para a França, a necessidade de completar a instalação da república burguesa; para a Alemanha, a necessidade de realizar a revolução burguesa (neste último país, a palavra de ordem do partido do proletariado é: revolução dupla).

O período 1848-1871 constitui, neste sentido, um período de transição, e o paradoxo histórico é que as forças que realizam o desenvolvimento capitalista são as mesmas que contribuíram para a derrota do movimento revolucionário de 1848: o bonapartismo na França e o bismarckismo na Alemanha. Nessa medida, os carrascos da revolução de 1848 são ao mesmo tempo seus executores testamentários e, durante todo esse período, o desenvolvimento capitalista – revolucionário nesse contexto – faz-se "pelo alto", isto é por intermédio do Estado, sem a ajuda direta, e mesmo contra os interesses da burguesia.

"Os coveiros da revolução de 1848 tornaram-se seus executores testamentários. E ao lado deles erguia-se ameaçador o herdeiro de 1848, o proletário, na Internacional." (Engels. Introdução de 1895 às Lutas de Classes na França)

Na França, após a sangria anti-operária de junho de 1848, na qual colaboraram todas as forças da antiga sociedade, da burguesia republicana aos realistas, e após o golpe de estado bonapartista, dirigido tanto contra o proletariado como contra a burguesia, assiste-se a uma relativa aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e à implantação de relações de produção capitalistas.

A partir de 1860, a França é a primeira potência industrial da Europa continental (isto é, excluída a Inglaterra, que se situa bem à frente). ⁷ Ela conta com 4 milhões de operários numa população ativa de 16 milhões, ou seja, 25%, mas essa massa é ainda pouco concentrada e centralizada, imersa num país onde a pequena agricultura ainda desempenha um grande papel. A população urbana aumenta 50% de 1851 a 1886. O desenvolvimento

⁶ "Ainda que a iniciativa revolucionária partir provavelmente da França, somente a Inglaterra pode servir de alavanca a uma revolução seriamente econômica. Com efeito, é o único país onde não há mais grandes massas camponesas e onde a propriedade fundiária está concentrada em poucas mãos. É o único país onde a forma capitalista, isto é o trabalho combinado numa grande escala sob a dominação de capitalistas, tenha se amparado de quase toda a produção. É o único país onde a grande maioria da população consiste de operários assalariados. (...) Se o landlordismo e o capitalismo têm sua sede clássica nesse país, em contrapartida as condições materiais de sua destruição são aí as mais maduras." (Marx, janeiro de 1870)

⁷ Todos os dados são extraídos da obra de A. ROWLEY: "Evolução econômica da França do meio do século XIX a 1914", ed. SEDES, 1982.

do MPC na França conhece uma forte aceleração entre 1850 e 1890, com uma ruptura em 1870 devida à guerra e à Comuna.

Esta intervém, portanto, no meio de um ciclo geral de expansão do capital. A produtividade do trabalho aumenta de modo regular entre 1860 e 1890, assim como a intensidade, ligada ao acréscimo do maquinismo e da grande indústria: siderurgia (importantes invenções ocorreram em 1856 e 1864, embora, em 1870, a França ainda estivesse, nesse domínio, no nível atingido pela Inglaterra em 1835); têxteis (invenção de teares mecânicos e de máquinas capazes de tecer vários fios simultaneamente, nos anos 1870-80); ferrovias (duplicação das linhas entre 1865 e 1880); produção de energia (desenvolvimento de turbinas hidráulicas entre 1850 e 1869); minas (início do desbaste mecânico com a perfuração a ar comprimido em 1858); indústria química (forte concentração regional entre 1870 e 1914).

"A submissão real do trabalho ao capital é acompanhada de uma revolução completa do modo de produção, da produtividade do trabalho e das relações entre capitalistas e operários. A submissão real do trabalho ao capital caminha junto com as transformações do processo de produção que mencionamos: desenvolvimento das forças da produção social do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, aplicação da ciência e do maquinismo à produção imediata. De uma parte, o modo de produção capitalista – que no presente aparece verdadeiramente como um modo de produção *sui generis* – dá à produção material uma forma diferente; de outra parte, esta modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento das relações capitalistas que exigem, portanto, um nível determinado de evolução das forças produtivas para encontrar sua forma adequada." (Marx, Um Capítulo Inédito do Capital)

Ora, um tal processo está longe de estar acabado na França de 1870. O peso dos setores onde ainda se exerce a submissão formal do trabalho ao capital conserva ainda numa grande parte do proletariado um caráter semi-artesanal, pouco concentrado e distinto do proletariado industrial moderno; a pequena agricultura exerce todo seu peso sobre as estruturas da sociedade; a grande indústria ainda não domina o mercado nacional.

Apesar disso, como já era o caso em 1848, o modo de produção capitalista não pode existir, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento, sem produzir em seu seio uma raça de homens cujos interesses são puramente antagônicos aos do capital e que gera um programa revolucionário, cujo conteúdo é a necrologia da sociedade burguesa. Dizimada após junho de 1848 e durante os primeiros anos da ditadura bonapartista, o movimento de classe recompõe-se lentamente a partir do começo dos anos 1860, com dois fatos notáveis. O primeiro é que, como vimos mais acima no capítulo sobre a AIT, ele participa de um movimento mais vasto, em escala internacional, que ocorre ao mesmo tempo na Alemanha e na Inglaterra e em outros países do continente; o segundo, é que, como antes em 1838 e em 1848, os proletários franceses lançam-se na busca sua própria história, tentando reapropriar-se da tradição revolucionária; um potente movimento de reflexão de estudo e de curiosidade para com os episódios revolucionários do passado perpassa a classe operária francesa nos anos que precedem a Comuna. A recomposição do movimento de classe traduz-se, sobretudo no plano prático, pela multiplicação das ações reivindicatórias, pelo

recrudescimento das greves (o número de grevistas duplica entre 1864 e 1869, e duplica novamente em 1870, até a guerra) e, principalmente, estes movimentos traduzem, como a greve de Carmaux em 1869, um irresistível impulso para a associação, tanto no plano econômico (sindicatos de profissão), como no plano político (reuniões com os operários ingleses em 1863, preocupação com a sorte da Polônia, e, depois a fundação da AIT em 1864).

Ao mesmo tempo, a perda de fôlego da ditadura bonapartista, minada pela corrupção e os escândalos, impotente – apesar de uma política de comprometimento com relação à classe operária e a emergência de verdadeiros fenômenos precursores do reformismo, com Tolain – para bloquear as greves, cada vez mais tentada pelo aventureirismo no exterior (expedição mexicana, tensões com a Alemanha) testemunha a impossibilidade para o capitalismo (como confirmará a experiência fascista entre 1922 e 1945) de suprimir de maneira durável as tensões sociais e de abolir as contradições de classes.

Comi vimos em nosso número 4, ao final do estudo sobre a revolução de 1848 na França, o regime bonapartista nasceu de um compromisso, porque visa assegurar à classe burguesa as condições necessárias ao seu desenvolvimento econômico e sua liberdade de explorar o proletariado, sem reconhecer-lhe o exercício do poder político. Ao mesmo tempo, baseia-se na ilusão de que se pode manter o equilíbrio entre as diferentes classes: burguesia, proletariado e campesinato, enquanto a evolução da sociedade capitalista moderna agudiza as contradições.

Desde 1851 o partido comunista previa que, sob as aparências da estabilidade, a sociedade bonapartista só podia gerar a desordem e desenvolver uma profunda instabilidade que a minaria até sua queda:

"Bonaparte queria aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes da sociedade. Mas ele não podia dar nada a ninguém que não fosse tomado de outro (...)

Pressionado pelas exigências contraditórias de sua situação e obrigado, de outra parte, como um prestidigitador, a manter com qualquer truque surpreendente, os olhos do público constantemente fixados sobre si como o "sucedâneo" de Napoleão e, como consequência, a fazer todos os dias um golpe de Estado em miniatura, Bonaparte vira de cabeça para baixo toda a economia burguesa, toca em tudo que havia parecido intangível a[à revolução de 1848, transforma uns em resignados com a revolução e outros desejosos de uma revolução, e cria a anarquia em nome da ordem, tudo isso tirando a auréola da máquina governamental, profanando-a, tornando-a, assim, ignóbil e ridícula. Renova em Paris o culto do Santo Sudário de Treves sob a forma do culto do manto imperial napoleônico. Mas o dia em que o manto imperial descer sobre os ombros de Luis Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão despencará do alto da coluna Vendôme." (Marx 18 Brumário de Luis Napoleão Bonaparte)

Como sublinhava Marx, a sociedade francesa é o arquétipo da evolução política da sociedade moderna e ela vive periodicamente, sob a forma de explosões revolucionárias,

transformações políticas que tendem sempre para a instauração da república burguesa pura, regime que melhor corresponde à expressão política do MPC.

O segundo Império continha, inscrito na sua própria gênese, a promessa de sua destruição, e tudo levava a crer que esta ocorreria no bojo da violência de uma nova retomada revolucionária. A questão era não considerar este fenômeno como um caso francês puramente interno, mas ligá-lo à ascensão internacional do movimento proletário, na previsão de novos acontecimentos revolucionários.

Mesmo porque o movimento operário francês enfrentava grandes dificuldades para livrar-se das influências pequeno-burguesas, como as do Proudhonismo, e não chegava por si mesmo a formular uma clara posição revolucionária (recusa da ação política, recusa de movimentos sociais centralizados, chovinismo, tendência à falação e à ênfase, etc.) o que lhe valia, privadamente, as críticas do "partido-Marx".

Ora, mesmo se a recomposição do movimento operário na França constituía, ao seu termo, um perigo para o regime burguês do Segundo Império e seu frágil equilíbrio social, não foi nesse front que veio a principal ameaça, mas no plano da política exterior burguesa. Desde a guerra civil alemã de 1866, que havia por sua vez desempenhado um papel revolucionário na marcha da Alemanha rumo a sua unidade, existia um potente antagonismo entre a França do Segundo Império e a Prússia de Bismark, antagonismo que só poderia resolver-se, ao fim e ao cabo, pela força das armas.

Na dialética histórica subjacente em todo movimento revolucionário, os fatores nacionais e internacionais encavalam-se sobretudo numa fase e numa área geo-históricas em que as relações de produção burguesa ainda não estão estabilizadas. Na Europa continental, a questão alemã constituía um obstáculo, não somente à emergência de uma nação moderna a Leste do Reno, mas ainda à emergência de um verdadeiro movimento proletário alemão e à perspectiva de uma revolução. Ora sua solução não podia ocorrer sem uma transformação política e territorial importante, no curso da qual enfrentar-se-iam todas as nações interessadas, aquelas já constituídas, como a França, assim como aquelas que ainda procuravam seu espaço histórico e político, como a Alemanha, a Itália e a Áustria. A solução, forçosamente bélica, da questão alemã teria importantes implicações revolucionárias sobre a França, destruindo o Segundo Império, ele mesmo obstáculo ao estabelecimento definitivo de uma verdadeira república moderna na França e, por via de consequência, ao desenvolvimento de um potente proletário neste país.

É a partir de um cuidadoso estudo histórico de todos esses dados e de sua compreensão, graças ao método dialético do comunismo revolucionário, que foi elaborada a posição do partido sobre os eventos a vir.

2.3.3.1.2. A guerra franco-alemã de 1870

Explicamos no nosso número 20 em língua francesa, o quanto a questão da unidade nacional influenciava todo o desenvolvimento econômico e político da Alemanha, tanto no que se refere à emergência das formas modernas da dominação política burguesa, quanto ao surgimento de um forte movimento operário autônomo e distinto dos partidos burgueses. É por isso que o partido comunista, que havia sustentado a via revolucionária para a unificação em 1848, acompanhava com uma atenção particular o avanço centralizador empreendido por Bismark, o Napoleão III da burguesia alemã. Uma vez derrotada em 1848 a solução revolucionária, e tendo em conta o recuo da Áustria que sonhava, antes de tudo, estabelecer um cordão sanitário com a Alemanha e seus possíveis contágios democráticos, cabia à Prússia levar a bom termo "pelo alto, a unificação dos territórios alemães.

Ora, essa unificação não colocava em causa unicamente a Alemanha, mas também todos os países que, por qualquer razão temiam a emergência de uma poderosa nação a Leste do Reno.

"A unidade da Alemanha não era uma questão exclusivamente alemã. Desde a Guerra dos Trinta Anos, nenhuma questão pública alemã havia sido decidida sem que o estrangeiro se imiscuisse pela força (...)

Era portanto necessário que a unidade alemã fosse arrancada numa forte luta não somente contra os príncipes e outros inimigos internos, mas ainda contra o estrangeiro, ou então...com sua ajuda". (Engels. Violência e economia na formação do Novo Império Alemão, 1887).

Seria com base na política exterior que Bismark iria realizar a unidade alemã, e as principais etapas desta foram cumpridas através de guerras nacionais: em 1864 para a conquista do Schlesvig-Holstein, em 1866 contra a Áustria. No curso desta última guerra, Bismarck tentou assegurar-se ao menos a neutralidade da França, prometendo provavelmente concessões territoriais na margem direita do Reno, sob risco de forjar as condições de um futuro conflito franco-alemão.

Foi em definitivo contra a França que iria realizar-se a unidade alemã.

O episódio da guerra franco-alemã de 1870 é um exemplo perfeito para ilustrar o modo como o partido comunista elabora sua estratégia, baseando-se unicamente numa análise das tendências históricas e fora de qualquer sentimentalismo e de qualquer moralismo. Só deve ser considerado o que é suscetível de favorecer o desenvolvimento do movimento proletário. Ora, o que estava em jogo no conflito entre a França e a Alemanha era, do lado da França, o desmoronamento do Império bonapartista, isto é, de um regime reacionário de repressão anti-operária; do lado da Alemanha, o acabamento da unidade nacional, isto é, a possibilidade do desenvolvimento de um Estado burguês moderno onde se manifestariam livremente as contradições de classe, permitindo o surgimento de um verdadeiro movimento proletário que não precisaria mais fornecer seus batalhões para realizar as tarefas da burguesia, em seu lugar, mas poderia dedicar-se inteiramente a lutar contra ela.

Foi com relação a essas questões, e somente a elas, que Marx e Engels se determinaram ao longo de todos os eventos. A acuidade de seu julgamento histórico implicava, portanto, evidentemente, que acompanhassem, através do estudo minucioso dos acontecimentos imediatos, o desenvolvimento das tendências históricas gerais, e que em relação a estas determinassem suas posições políticas. Quando no seu curso, o sentido desta guerra mudou, eles souberam modificar suas posições conseqüentemente, e em perfeita coerência com seus princípios, por vezes colidindo com as posições propaladas tanto pelos socialistas alemães quanto pelos operários franceses. Ao analisarem hoje este período, os comunistas devem sempre remeter os textos aos estritos eventos históricos tais quais se desenvolveram e resguardarem-se de qualquer confusão para que possam tirar as verdadeiras lições táticas deste episódio.

Quando a guerra estoura os comunistas estabelecem imediatamente as seguintes posições:

- A guerra foi deflagrada por Luis Napoleão e é uma guerra pela unificação da Alemanha.

- A vitória da França implicaria: a consolidação do regime do Segundo Império e o recuo do movimento operário francês de uma parte; o adiamento da unidade alemã, de outra parte, o que obrigaria o movimento operário alemão a se mobilizar por muito tempo ainda sobre objetivos burgueses.

- Inversamente, a vitória da Alemanha levaria à queda do bonapartismo, à constituição do Estado unitário na Alemanha e à ascensão do movimento operário alemão em bases puramente proletárias. Ao mesmo tempo o chovinismo francês, cuja influência gangrena o proletariado seria derrotado.

- Se o resultado fosse obtido por um Bismarck, seria porque a burguesia alemã ter-se-ia mostrado absolutamente incapaz e he teria passado a iniciativa. Defendê-la contra Bismarck seria um absurdo já que este, trabalhando no sentido da história, apenas reforçava, a termo, a revolução.

Com base nesta análise, apenas 4 dias após a deflagração da guerra em 19 de julho de 1869, o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores editou um comunicado onde estavam expostas as seguintes posições:

- Denúncia dos regimes de Luis Bonaparte e de Bismarck como aliados no massacre das classes populares.

- Apelo aos operários franceses e alemães para que denunciasses em comum a guerra fratricida, mesmo se, do lado alemão, a defesa da nação podia ter um sentido revolucionário.

- Caracterização da guerra como guerra de defesa, do lado alemão, e apelo ao proletariado alemão para que em nenhum caso essa guerra se transformasse em guerra de agressão contra a França e denúncia dessa eventualidade.

- Previsão da queda do Segundo Império como resultado da guerra.

Numa carta endereçada a Marx, em 15 de agosto de 1870, Engels precisava os seguintes pontos, no que se refere a posição a ser defendida no seio do partido operário alemão.

"Estimo que nossa gente possa:

- 1/ juntar-se ao movimento nacional na medida em que ele se limite à defesa da Alemanha e enquanto limitar-se a isso (o que de resto não exclui a ofensiva até a paz) (...)
- 2/ sublinhar a diferença entre os interesses nacionais da Alemanha e os interesses dinásticos e prussianos.
- 3/ opor-se a qualquer anexação da Alsácia-Lorena (...)
- 4/ atuar a favor de uma paz honrosa a partir da instauração em Paris de um governo republicano não-chovinista.
- 5/ colocar incessantemente em evidência a unidade de interesses dos operários alemães e franceses, os quais não aprovaram a guerra e não se conformam a ela."

Ora, os eventos vieram confirma em todos os pontos a análise do Primeiro Comunicado de 23 de julho de 1870: em 4 de setembro, o exército francês rendia-se em Sedan e Luis Bonaparte era feito prisioneiro, o Império desmoronava e a república era proclamada. Do lado alemão, longe de ater a uma guerra de defesa, Bismarck procurava, como bom representante da pequena nobreza prussiana, humilhar definitivamente a França e servir os interesses imperialistas alemães anexando a Alsácia-Lorena.

Neste ponto particular, os comunistas tomam posição sobre a estrita base de seu método histórico de análise: longe das trocas de argumentos chovinistas que ocorrem entre os dois campos, trata-se de estudar precisamente a história multi-secular das províncias em questão para determinar qual deve ser seu destino histórico. Se Marx e Engels reconheciam à França o direito à posse da Alsácia e da Lorena, foi sempre em função da mesma crítica que emitiam então sobre a história alemã e a incapacidade desta nação de dirigir seus próprios assuntos até a metade do século XIX.

Quando os franceses tomaram os territórios alsacianos de língua alemã durante a guerra dos Trinta Anos (1618-1648), apenas reproduziram práticas operadas pelo Império Alemão que englobava territórios de língua francesa na Bélgica, Lorena e Franche-Comté. Mas foram principalmente a Alsácia e a Lorena que se beneficiaram, como todas as outras províncias francesas, das transformações operadas pela revolução burguesa de 1789-95. Enquanto a Alemanha permanecia fragmentada em principados feudais, os camponeses alsacianos tornavam-se homens livres e proprietários e os burgueses alsacianos realizavam sua dominação nas cidades. Foi então que adotaram definitivamente como pátria aquela de sua emancipação social, ainda que lingüisticamente a língua alemã permanecesse em vigor no seu território até depois das Guerras Napoleônicas, quando então a necessidade de um afrancesamento do ensino foi ressentida.

Num texto de 1888, portanto após 17 anos de ocupação alemã, Engels constata que os alsacianos permanecem profundamente franceses e que a anexação só existe no plano administrativo e militar. E, com base no fato de que em matéria histórica não há direito que não seja a expressão de uma situação material, pergunta:

"Assim portanto, se os alsacianos são o que são, temos o direito de lhes atirar a pedra? De modo algum. Sua hostilidade à anexação é um fato histórico que não cabe derrotar, mas que é necessário explicar. E devemos começar por nos perguntar: Quantas faltas – e muito graves – a Alemanha tem cometido ao longo da história para que estes sentimentos sejam possíveis na Alsácia? Que impressão nosso novo Império Alemão desperta no exterior, se após 17 anos de tentativas de regermanização, os alsacianos nos respondem em coro: poupem-nos disso? Como imaginar que dois sucessos militares e 17 anos de ditadura bismarckiana bastam para apagar todas as conseqüências de três séculos de ignomínia?" (Violência e economia na formação do Novo Império Alemão)

Em 1870, os comunistas advertiam, portanto, a monarquia prussiana que ela não tinha qualquer direito histórico de pretender à anexação da Alsácia-Lorena, ou, que ela se havia definitivamente desconsiderado na pretensão a este direito, e chamavam o partido operário alemão a opor-se a isso com todas as suas forças. Tanto mais que, no plano internacional, uma tal vontade de atender contra a integridade do território francês só podia lançar a França nos braços da Rússia, isto é, reforçar a aliança da contra-revolução internacional.

Portanto, no seu decorrer, a guerra franco-alemã mudou de sentido: de guerra de defesa do lado alemão, transformou-se em guerra imperialista. Sua tarefa principal, no que se refere ao lado francês: eliminar o Império e permitir a restauração da República é cumprida desde 4 de setembro. Era portanto lógico que o partido proletário internacional condenasse doravante o prosseguimento da guerra do lado alemão, como veremos ao estudar o segundo comunicado do Conselho Geral no próximo capítulo.

Mas o sentido profundo da guerra franco-alemã iria doravante poder revelar-se contra um novo inimigo, cuja aparição suscitava imediatamente a aliança dos governos burgueses: o proletariado. A Paris em armas dos operários permanecia para Bismarck como único obstáculo à conclusão de uma paz definitiva. Renunciando à ocupação de ao desarmamento de Paris (as tropas prussianas acamparam no bairro, então periférico, dos Campos Elíseos), a Prússia deixava ao proletariado parisiense o papel ambíguo de defensor da soberania nacional mas, ao mesmo tempo, desencadeava uma dinâmica que iria chegar à revolução.

2.3.3.3. Da República à Comuna

O "Segundo Comunicado do Conselho Geral sobre a Guerra Franco Alemã" data de 9 de setembro de 1870 e analisa, portanto, a situação em função das recentes transformações que ocorreram no plano militar e político.

A guerra efetivamente marcou o desmoronamento do Segundo Império. Em 2 de setembro, o exército francês foi cercado em Sedan e o imperador feito prisioneiro. Dois dias depois, a república foi proclamada em Paris sob a pressão popular. Mas ao mesmo tempo a guerra transforma-se, do lado alemão, de guerra defensiva em guerra ofensiva, isto é, imperialista. Por conseguinte, é dever da classe operária alemã e de seu partido social-democrata opor-se à política chovinista de seu próprio governo e impedir uma política de humilhação sistemática da nação francesa. Os operários alemães devem exigir "uma paz honrosa para a França e o reconhecimento da república francesa". Neste momento o partido social-democrata alemão ergue-se com vigor contra a anexação da Alsácia-Lorena.

Quando, em 4 de setembro, a derrota militar levou de embalo à queda do regime imperial, a burguesia colocou-se o problema de ocupar o poder. Mas, foi quase que por acaso que ela o fez sob a forma da república, e, de qualquer modo, para responder às solicitações da massa que foi em peso ao Hotel de Ville, em Paris. Na sua primeira etapa, a revolução proletária de 1871 reencontra, portanto, a fisionomia de 1830 e 1848: ataque do proletariado contra o poder instaurado, proclamação da república. Mas esta república não é a república social reivindicada em junho de 1848 pelo proletariado, ela é imediatamente acaparada pelos políticos burgueses profissionais, entre os quais bom número de carrascos de junho exatamente, que formam um "Governo de defesa nacional".

No Segundo Comunicado, o Conselho Geral da AIT descreve o caráter limitado e ambíguo da nova república francesa.

"Esta república não derrubou o trono, mas simplesmente ocupou seu lugar deixado vacante. Ela foi proclamada não como uma conquista social, mas como uma medida de defesa nacional. Ela está nas mãos de um governo provisório composto em parte de orleanistas notórios, em parte de republicanos burgueses, sobre alguns dos quais a insurreição de junho de 1848 havia deixado seu estigma indelével. A divisão do trabalho entre os membros desse governo não pressagia nada de bom. Os orleanistas pegaram cargos importantes: o exército e a polícia, enquanto aos republicanos declarados sobraram os ministérios onde se fala. Alguns de seus primeiros atos mostram muito claramente que herdaram do Império não somente as ruínas, mas também o modo da classe operária." (subl. por CouC)

Assim, a república de 1870 começa onde acabou a de 1848: no terreno do enfrentamento de classe entre burguesia e proletariado. Mas o proletariado não pode livrar-se a um tal enfrentamento sem preparar-se; é por isso que o Comunicado conclama o proletariado francês a desconfiar de todo movimento irrefletido e sobretudo de suas tendências espontâneas à insurreição em circunstâncias em que esta estaria perdida de antemão.

"A classe operária francesa encontra-se, portanto, colocada em circunstâncias extremamente difíceis. Toda tentativa de subverter o novo governo, quando o inimigo bate às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem assumir seus deveres de cidadãos; mas, ao mesmo tempo, não devem deixar-se conduzir pelas lembranças nacionais de 1792⁸, como os camponeses franceses deixaram-se enganar pelas lembranças nacionais do Primeiro Império. Eles não precisam recomeçar pelo passado, mas edificar o futuro. Que aproveitem calma e resolutamente da liberdade republicana para procederem metodicamente à sua própria organização de classe. Isso os dotará de um vigor novo, de forças hercúleas para a regeneração da França e para nossa tarefa comum, a emancipação do trabalho. De sua energia e de sua sagacidade depende o destino da República."

Ao mesmo tempo esta "tarefa comum" era recolocada no seu verdadeiro terreno, isto é, o da luta de classes internacional. Esperava-se que o tempo permitiria aos operários ingleses, e a todas as seções da Internacional, organizarem-se para intervir no conflito, impedir que a guerra se voltasse para a liquidação da nação francesa e favorecesse a ação internacional da classe operária.

A república burguesa tinha, portanto, nascido à revelia e o governo que a encarnava só era tolerado para assumir a defesa nacional. No entanto, desde 4 de setembro, face ao governo formado por uma "claque de advogados à cata de um lugar" e enquanto os principais dirigentes do proletariado revolucionário apodrecem ainda nas prisões bonapartistas, o proletariado da capital começa a organizar-se. Prefeitos burgueses tendo sido nomeados em cada bairro pelo governo, cria-se, por iniciativa de elementos revolucionários, "comitês de vigilância" em cada bairro, que defenderam-se em um "Comitê Central dos 20 bairros" cuja sede situava-se na rua da Corderie. Esse comitê compreendia membros da seção francesa da AIT, blanquistas e republicanos de esquerda. Desde 15 de setembro de 1870, ele elabora seu programa, que comporta as seguintes medidas radicais:

- eleição nas municipalidades
- polícias municipais
- eleições dos magistrados
- Direito de imprensa, de reunião e de associação
- armamento de todos os cidadãos
- envio de comissões às províncias para a extensão do movimento.

⁸ "A desgraça dos franceses, mesmo dos operários, são as grandes lembranças! Será necessário, de uma vez por todas, que os eventos acabem com esse culto reacionário do passado" (Marx à Engels, 12.09.1870)

Se Luis Napoleão, por espírito de imitação do primeiro Império, estava pronto para conduzir caricaturas de guerras dinásticas, a burguesia que lhe sucede, ao contrário, está totalmente pronta a arranjar-se com o inimigo, uma vez a campanha militar ganha por este. A burguesia procurava sempre manter a continuidade do casuísmo do Segundo Império e retomar as atividades econômicas perturbadas pela guerra. No entanto, para isso era necessário dar aos prussianos garantias, que eles poderiam exigir enquanto vencedores e ocupadores.

Ora, Paris, a Paris operária, a Paris armada, a Paris republicana e revolucionária constituía um duplo obstáculo ao entendimento da burguesia francesa com sua homóloga alemã:

- obstáculo militar, de início, com os vencedores não podendo tolerar a manutenção de uma capital em pé de guerra.

- obstáculo social, em seguida. Com efeito, o governo Bismarck havia imposto condições financeiras exorbitantes quando da assinatura do armistício, e a burguesia francesa estava decidida a lançar os custos da indenização de guerra nas costas do proletariado (e também nas da pequena burguesia).

Era necessário, portanto, derrotar Paris e, para isso, desarmá-la. Neste sentido, a pressão que visavam exercer os órgãos do proletariado e da pequena burguesia sobre o governo de defesa nacional para forçá-lo a cumprir sua verdadeira missão não é apenas um reflexo nacionalista, do qual o proletariado deveria resguardar-se. Por trás do aspecto militar e nacional perfila-se também o problema social da auto-defesa do proletariado face à sua própria burguesia. Toda a questão era saber, como dizia o Segundo comunicado, de que intervalo de tempo o proletariado disporia para preparar-se para levar o combate nesse terreno social. Era por isso que Marx e Engels julgavam – cf., notadamente, sua correspondência privada – que o proletariado corria o grande risco de insurgir-se antes que a paz tivesse sido concluída. Ele corria o risco, nesse caso, de conduzir uma guerra nacional em proveito da burguesia, e por sua atitude chauvinista, alienar-se da simpatia dos operários alemães e ingleses. Mas, era justamente a burguesia quem não queria dar-lhe esse tempo.

"No entanto, como defender Paris sem armar sua classe operária, sem organizá-la numa força efetiva e instruir suas fileiras pela própria guerra? Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória do operário francês sobre o capitalista e seus parasitas de Estado. Nesse conflito entre o dever nacional e o interesse da classe, o governo da defesa nacional não hesitou um só instante: transformou-se em governo da defecção nacional". (A Guerra Civil na França)

Vimos que a partir de junho de 1848 o problema da república, a forma de Estado, não pode mais colocar-se fazendo abstração do conteúdo dessa forma: república proletária ou república burguesa. De pronto, a forma republicana é doravante o terreno no qual se exprime a luta de classe encarniçada entre burguesia e proletariado. Donde, da parte da burguesia, tendo tomado em mãos diretamente o poder político, um antagonismo imediato

vis-à-vis o proletariado. Esse ódio de classe sobrepõe-se a qualquer outro sentimento, inclusive aquele, quão burguês na essência, do nacionalismo e da defesa da pátria.

A explosão revolucionária da Comuna será apenas o resultado da ascensão desse conflito ao longo dos meses que separam a jornada de 4 de setembro do episódio dos canhões em 18 de março de 1871. Se, de início, a agitação operária e popular focaliza-se sobre questões de defesa nacional, ela não está isenta, ao mesmo tempo, de reivindicações sociais e políticas. Desde 8 de outubro, pode-se ouvir nas manifestações o grito de "Viva a Comuna", isto é, a reivindicação do poder por parte de uma fração do proletariado parisiense.

No fim do mês de outubro tem-se a capitulação de Metz e, de outra parte, uma tentativa de fuga para "le Bourget", nos arredores de Paris, que termina numa derrota, dada a incúria tática e militar com a qual foi conduzida. Os blanquistas acreditam ter chegado o momento de chamamento à insurreição e organizam em 31 de outubro uma "jornada" no curso da qual chegam a tomar o "Hôtel de Ville". Infelizmente, a situação não estava pronta para uma sublevação e a jornada não teve outro resultado senão levar à detenção ou fuga de alguns dos mais valorosos elementos do proletariado revolucionário.

Um episódio idêntico ocorreu em 22 de janeiro de 1871; aqui ainda, a insurreição não chega a envolver a grande massa do proletariado parisiense, mas certos prisioneiros de 31 de outubro (Flourens) chegam a ser liberados, enquanto o "Hôtel de Ville" sitiado é salvo somente pela intervenção de guardas móveis bretãos, sob ordens do governo de defesa nacional.

Desde então, o movimento desenvolve-se com o dobro do ritmo da evolução da situação militar e da horrível agravação das condições de vida do proletariado, submetido ao cerco, ao frio, à fome, à miséria. Em 13 de fevereiro, o governo assina a capitulação e esta permite a eleição apressadamente (lembramos que em 1848 Blanqui havia preconizado o adiamento indefinido das eleições para evitar que estas resultassem no reconhecimento de um regime burguês; aqui ainda, as eleições não foram senão uma caricatura cujo despreparo só poderia servir aos interesses do governo burguês) de uma assembléia nacional (com sede em Bordeaux) representando os interesses reacionários da burguesia e dos proprietários fundiários. No fim de fevereiro, é somente a pressão do proletariado em armas que impede os prussianos de entrar em Paris e que permite aos parisienses recuperar canhões abandonados pelo governo. Ao mesmo tempo, constitui-se a Federação da Guarda Nacional por iniciativa sobretudo dos batalhões de bairros populares e, em 13 de março, ela constitui seu próprio Comitê Central que adota como programa a defesa da república, o direito de nomear e revogar seus chefes e uma reorganização completa das forças da Guarda Nacional.

A partir desse momento, tudo está pronto para a prova de força entre, de um lado, Paris onde os proletários estão armados e se organizam através de sua representação militar (a Guarda Nacional) e, de outro, a burguesia, representada pelo Governo de Defesas Nacional e a Assembléia de Bordeaux.

Assim com a República de 4 de Setembro não havia sido desejada pela burguesia, mas imposta pela vacância do Segundo Império, a revolução de 18 de março não tinha sido organizada pelo proletariado, mas imposta pela burguesia que queria fazer dela a pedra angular de seu complô contra-revolucionário. O desarmamento de Paris era o principal objetivo de Thiers e, por isso, era necessário retirar as armas da Guarda Nacional. Na noite de 17 para 18 de Março, um certo número de regimentos regulares foram enviados para os bairros operários (Montmartre, Belleville, Pigalle) para apoderar-se dos canhões. A mobilização espontânea dos proletários e dos habitantes desses bairros, a confraternização com a tropa impede que isso ocorra. Dois generais contra-revolucionários, Lecomte e Thomas, foram executados pela multidão. A derrota da tentativa leva Thiers e seus partidários a fugir da cidade para instalarem-se em Versalhes. Esta fuga, rapidamente realizada, permitiu esvaziar a quase totalidade dos serviços administrativos e um certo número de regimentos regulares, com o objetivo de desorganizar completamente a capital. Assim, a burguesia iria ela mesma obrigar o proletariado a encarar o problema do Estado.

o 0 o

2.3.3.4. Vida e Morte da Comuna de Paris.

A tomada do poder pelo proletariado de Paris em 18 de março não foi uma insurreição devidamente preparada. Ela situa-se na esteira de um processo revolucionário existente desde o fim dos anos 1860 e exacerbado pela guerra e pela queda do Império em 4 de setembro.

Em outubro de 1870 e em janeiro de 1871, semelhantes "jornadas" ocorreram, sem concluir-se por um resultado positivo. Pode-se simplesmente constatar a que ponto a burguesia parisiense estava pouco mobilizada para erguer-se como força contra-revolucionária. Em 21 de janeiro foram os regimentos bretões, conduzidos à capital e compostos de camponeses que não falavam francês, que levaram à derrota a tentativa de tomada do Hôtel de Ville.

Em 18 de março conjugam-se diferentes elementos que levam o proletariado parisiense ao sucesso: falta de comunicação entre as forças armadas, que deixam arrastar-se a operação de retomada dos canhões, expondo os soldados aos argumentos de fraternização das operárias e operários, fraca mobilização dos guardas nacionais dos bairros burgueses, exasperação dos operários e pequenos burgueses face à tentativa de desarmá-los. Ao mesmo tempo, o abandono da capital, efetuado por Thiers e seus cúmplices, no curso da jornada do dia 18, serve aos seus planos contra-revolucionários: para ele, tratava-se apenas de deixar momentaneamente a cidade – portanto o poder – nas mãos das classes oprimidas. No limite, isso serve seu plano: isolar e circunscrever o campo dos revolucionários para melhor reduzi-lo, mesmo ao preço de uma sangria, a qual impactará de um temor memorável o proletariado francês. Assim, mais do que tê-lo tomado, o poder caiu nas mãos da classe operária parisiense. Não estando realmente preparada para isso, ela não saberá o que fazer, desperdiçando um tempo precioso que poderia ter sido aproveitado para ampliar a vantagem contra a burguesia.

Desde 1º de março, o Comitê Central da Guarda Nacional reúne-se no "Hôtel de Ville" de Paris e faz o papel de "governo provisório" (Marx). Mas esse governo provisório não está preparado para tornar-se um governo revolucionário. Detalharemos mais adiante (nos capítulos dedicados à questão do partido e à questão militar) as falhas táticas cometidas de imediato por esse governo. Seu simples enunciado mostra que esse grupo de homens lançados à frente dos negócios do país não tinha projeto revolucionário claramente estabelecido. Mais exatamente, existia em seu seio elementos revolucionários, mas a influência destes não poderia afirmar-se e destacar-se senão com o passar do tempo e na medida da ascensão do espírito revolucionário no seio das massas parisienses. Esse tempo não foi dado à Comuna e ela não soube compreender imediatamente as oportunidades que lhe eram oferecidas. Em vez de manter sua vantagem e engajar a luta contra a burguesia marchando sobre Versalhes, o Comitê Central deixou as forças reorganizarem-se fora de Paris; deixou intacto o "tesouro de guerra" do capital: o caixa do Banco de França; preparou-se para uma comédia de negociação com Versalhes através dos prefeitos republicanos como porta-vozes, isto é, através da burguesia. Como observou Marx, a discussão com os prefeitos poderia ser legítima enquanto estratégia de guerra se, ao mesmo tempo, se tirasse proveito dessa trégua para reforçar-se, mas foi de fato Versalhes quem tirou esse proveito. O Comitê Central deixou a contra-revolução organizar-se em plena Paris recusando-se a reprimir a manifestação contra-revolucionária de 22 de março organizada pelos burgueses da capital. Enfim, não deixou de procurar livrar-se do poder que lhe caiu tão bruscamente nas mãos, organizando eleições para a Comuna. Enquanto os prefeitos republicanos procuravam temporizar, o Comitê Central marcava as eleições. Finalmente, estas foram adiadas para 23 e, depois, 26 de março, período durante o qual o poder não poderia estabilizar-se. Vautrin, notório contra-revolucionário versalhês, tinha forte razão ao dizer aos prefeitos: "Tenho consciência de que os oito dias que vocês obtiveram para as eleições foram a salvação da França. "A Comuna, eleita em 26 de Março, iria perpetuar as fraquezas que haviam marcado o Comitê Central desde seu nascimento.

"O Comitê Central da Guarda Nacional é de fato um conselho de deputados dos operários armados e da pequena burguesia. Um tal Conselho, eleito imediatamente pelas massas que tomaram a via revolucionária, representa um excelente aparelho de ação. Mas ele reflete ao mesmo tempo, e por causa de sua ligação imediata e elementar com as massas que estão no estado em que a revolução as lançou, todos os lados fortes mas também todos os lados fracos, mais ainda que os lados forte: ele manifesta o espírito de indecisão, de espera, a tendência a ser inativo após os primeiros sucessos. (...)

O Comitê Central da Guarda Nacional ganhou sua autoridade na elegibilidade democrática. No momento em que o Comitê Central tinha necessidade de desenvolver ao máximo sua iniciativa na ofensiva, privado da direção de um partido proletário, perdeu a cabeça, precipitou-se em transmitir seus poderes aos representantes da Comuna, que tinha necessidade de uma base democrática mais ampla. E esse foi um grande erro nesse período, brincar de eleição. Mas, uma vez as eleições realizadas e a Comuna reunida, era necessário concentrar de um só golpe e inteiramente na Comuna, e criar por intermédio dela um órgão que possuísse um poder real para reorganizar a Guarda Nacional. Não foi assim que ocorreu. Ao lado da Comuna eleita permanecia o Comitê Central; o caráter de elegibilidade deste último dava-lhe uma autoridade política graças à qual podia fazer concorrência à

Comuna. Mas isso o privava ao mesmo tempo da energia e da firmeza necessárias nas questões puramente militares que, segundo a organização da Comuna, justificavam sua existência." (Trotsky. As Lições da Comuna)

Eleita em 26 de março de 1871, proclamada no dia 28, a Comuna compreende um certo número de operários e reúne diferentes tendências socialistas, proudhonianos, blanquistas e Internacionais. Dentre essas forças, os proudhonianos são notadamente portadores de ilusões federalistas, comunistas; concebem esta revolução como devendo fixar-se como objetivo a autonomia comunal e só objetivam as medidas revolucionárias na medida em que se referem a Paris, e em que esta não teria que submeter-se ao jugo de um governo central que lhe imporia suas vontades. Ora, como em todo país capitalista moderno centralizado, e mais ainda na França, tendo em conta o passado revolucionário dessa nação, Paris não é somente uma cidade, é a capital que pode conduzir o conjunto do país na via da revolução sob condição de tomar as medidas adequadas. Em outras palavras, Paris é a "fortaleza social da classe operária francesa" e a revolução, cujo comando ela deve assumir, não é mais a revolução "política" de fevereiro de 1848, mas a revolução social, a revolução comunista. Mesmo que a Comuna não tenha tido tempo de realizá-la, é esse caráter proletário e comunista que se impôs. Como dizia Marx, a Comuna "dobrou os sinos" para as ilusões proudhonianas.

De outro lado, as forças da "maioria" da Comuna encarnavam a ausência "política" do proletariado francês. Ou ancorados nas lembranças de 1792, como os jacobinos dirigidos por Delescluze, ou pregando a conspiração para chegar ao comunismo, como os blanquistas, os membros da maioria negligenciavam o conteúdo, econômico e social, para privilegiar a forma do poder político. No entanto, Engels sublinhou que tanto uns como outros, sob prova dos fatos, foram obrigados a agir em contradição com seus princípios, a realizar um outro programa do que aquele que haviam previsto.

"Os membros da Comuna dividiram-se em uma maioria de blanquistas, que já haviam dominado o Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria: os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, composta na maior parte de socialistas proudhonianos. No conjunto os blanquistas não eram, então, socialistas senão por instinto revolucionário, proletário; só um pequeno número dentre eles havia chegado a uma maior clareza de princípios, graças a Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. Assim explica-se que, no plano econômico, tantas coisas tenham sido negligenciadas e que, segundo nossa concepção atual, a Comuna deveria ter feito. O mais difícil de compreender é certamente o santo respeito com o qual ela se deteve diante das portas do Banco da França. Este foi, então, um grave erro político. O Banco nas mãos da Comuna valia mais que dez mil reféns.

Isso significaria toda a burguesia francesa fazendo pressão sobre o governo de Versalhes para concluir a paz com a Comuna. Mas o mais maravilhoso ainda é a quantidade de coisas justas que foram prontamente feitas por essa Comuna composta de blanquistas e de proudhonianos. Desnecessário dizer que a responsabilidade dos decretos econômicos da Comuna, desde seus aspectos gloriosos como pouco gloriosos, cabe, em primeira linha, aos proudhonianos, bem

como incumbe aos blanquistas a de seus atos e carências políticas. E nos dois casos a ironia da história quis – como sempre, quando os doutrinários chegam ao poder – que uns como os outros fizessem o contrário do que lhes prescrevia sua doutrina de escola." (Engels. Introdução de 1891 à "A Guerra Civil na França")

Desde o início de abril, ou seja após uma semana de existência da Comuna, esta teve que fazer face à guerra civil, cuja iniciativa cabe inteiramente à burguesia. Os bombardeios operados por Versalhes começam em 2 de abril e, desde então, a curta história da Comuna (dois meses) é quase que inteiramente ritmada pelos desdobramentos das operações militares. No entanto, a Comuna teve ocasião de promulgar algumas medidas através das quais seu "caráter de classe" (...) "apareceu muito claro e muito puro".

- 30 de março: Supressão do recrutamento e do exército permanente. A Guarda Nacional é a única força armada. (Esta medida significa considerar a Guarda Nacional como força armada do proletariado, os batalhões burgueses da Guarda Nacional estando em Versalhes ou permanecendo numa prudente expectativa)

Redução dos aluguéis e suspensão das vendas penhoradas.

- Primeiro de abril: limitação dos salários dos membros e funcionários da Comuna em 6 000 francos.

- 2 de abril: separação da Igreja e do Estado, supressão do orçamento dos cultos, nacionalização dos bens do clero.

- 5 de abril: decreto sobre os reféns, em resposta às exações dos Versalheses; infelizmente esse decreto jamais foi executado.

- 6 de abril: abolição da pena de morte e destruição da guilhotina.

-12 de abril: decisão de destruía a Coluna Vendôme, símbolo das guerras imperialistas e do chauvinismo.

- 16 de abril: decisão de organizar um recenseamento de todas as fábricas fechadas e entregá-las em gestão cooperativa aos operários, com objetivo de marchar para uma economia associada.

- 20 de abril: abolição do trabalho noturno dos operários da panificação.

- 30 de abril: supressão dos penhores.

- 5 de maio: destruição da capela expiatória erguida em memória de Luiz XVI.

Ainda que a Comuna, enquanto instituição, tenha se assemelhado muitas vezes a um Parlamento onde se discute em vez de agir, ela tomou sob a pressão dos eventos, um número de decisões que testemunham seu caráter de classe. A classe operária interviu por sua vez, ela mesma e por vezes de maneira violenta, junto à Comuna ou através de suas

instâncias, para levá-la a satisfazer suas reivindicações. Ao mesmo tempo, os mais sérios dentre os membros da Comuna não se contentavam em permanecer no "Hôtel de Ville", como o teriam feito os parlamentares burgueses, mas aplicavam-se incansavelmente, seja nos seus ministérios, seja nas prefeituras, para organizar o poder proletário. Todas as fraquezas políticas e teóricas da Comuna não podiam esconder a dedicação e entusiasmo revolucionário desses anônimos militantes, geralmente operários (33 membros num total de 81) que se multiplicavam, lutando rapidamente contra a morte versalhesa, uma energia sem limite para fazer funcionar seu próprio Estado, o da maioria proletária e explorada.

Numerosos espíritos burgueses, em toneladas de literatura execrável escrita sobre a Comuna, reprovam-lhe ter tomado medidas inaplicáveis e portanto ridículas, e estimam que a Comuna extrapolou suas funções ao decretar medidas de amplitude nacional, como a abolição das forças armadas permanentes ou a separação da Igreja do Estado. Ora, se a Comuna só tinha poder em Paris (as Comunas de Lyon, Toulouse, etc., haviam sido derrotadas antes), era bem mais do que um poder simplesmente "municipal": esquece-se que a Paris de 18 de março, que havia assumido a iniciativa de tomar em mãos sua própria sorte, era a Paris operária e que seu governo, mesmo que de fato local, possuía um significado universal, ou seja, o da ditadura do proletariado.

Os próprios eventos levaram a Comuna a colocar a questão de seu próprio reforço. De uma parte, o Comitê Central da Guarda Nacional, tendo sido mantidos os plenos poderes da Comuna, não se havia dissolvido, existindo assim uma situação de duplo poder. De outra parte, diante da falta de firmeza de conduta nos assuntos militares, os membros jacobinos e blanquistas da maioria pronunciaram-se pela constituição de um "Comitê de Salvação Pública" que teria assumido claramente o poder e a condução dos assuntos políticos e militares. A minoria proudhoniana, sempre por motivos economicistas, tentou resistir a essa iniciativa. Após um voto favorável, um primeiro Comitê de Salvação Pública existiu de primeiro a 9 de maio, foi dissolvido e reativado. A minoria retirou-se da Comuna em 15 de maio, mas reintegrou-se no dia 17 sob a pressão da classe.

Nessa data, a Comuna não tinha mais do que uma dezena de dias para viver. Não tinha conseguido edificar um verdadeiro comando militar. A vontade das maiorias em submeter a existência do poder político às exigências da guerra civil havia fracassado diante do despreparo, da falta de decisão, da ausência de direção. Em 21 de maio, os Versalheses conseguiram entrar em Paris: a semana sangrenta começava.

Frente ao inexorável avanço dos exércitos de Versalhes, apoiados, ao menos passivamente pelas tropas prussianas, a imensa coragem dos proletários abandonados a si mesmos não bastou. O poder político central fracionou-se e a resistência realizou-se de quarteirão em quarteirão, prefeitura a prefeitura. Veremos no capítulo sobre a questão militar as conseqüências desastrosas de um tal estado de coisas. Em 25 de maio, elementos blanquistas decidiram executar o decreto sobre os reféns e fuzilaram o arcebispo de Paris, Monsenhor Darboy, assim como outros eclesiásticos. No dia seguinte, fuzilou-se mais centena de prisioneiros retirados da prisão de La Roquette.

Mas a Comuna já havia deixado de existir como poder central e os corajosos espaços do proletariado parisiense eram como os de um gigantesco corpo sem cabeça. O

desastre militar e o massacre que se seguiu foi proporcional à lacuna política que havia marcado a Comuna. A primeira tentativa de derrotar a máquina do Estado burguesa chocou-se contra a força restaurada da democracia. Pois foi efetivamente com o apoio da burguesia republicana, em nome da democracia e da civilização, que a soldadesca de Thiers entregou-se, durante oito dias em Paris, a uma carnificina desenfreada. Após os combates, que se desdobraram até o último momento do Leste de Paris, recorreu-se a meios extremos para o fuzilamento em massa de homens, mulheres e crianças. As colunas de prisioneiros chegavam a Versalhes sofrendo o martírio exercido tanto pelas forças da ordem como pela horda de elementos burgueses refugiados em Versalhes. No total estima-se que 30 000 parisienses, quase todos pertencentes à classe operária, foram massacrados. Outros 45 000 foram detidos e depois condenados e executados, ou deportados. Os tribunais julgaram até 1874, condenando à prisão ou ao exílio.

"Para encontrar um paralelo da conduta de Thiers e de seus cães, devemos remontar aos tempos de Sylla e dos dois triunviratos de Roma. Mesma carnificina em massa, executada a sangue-frio, mesma indiferença de idade e sexo no massacre; mesmo sistema de torturar os prisioneiros; mesmas condenações, mas desta vez de uma classe inteira; mesma caça selvagem aos chefes que se escondiam, por temos que um só deles pudesse escapar; mesmas denúncias de inimigos políticos e privados; mesma indiferença face à carnificina de pessoas inteiramente estranhas à luta. Havia somente uma única diferença: os romanos não tinham ainda metralhadoras para expedir em bloco os proscritos, e não tinham "a lei à mão", nem, nos lábios, a palavra de ordem da "civilização". (Marx. A Guerra Civil na França)

Comunismo ou Civilização! tal é o grito de guerra do partido comunista após a Comuna de Paris. Triunfo do comunismo para assegurar a sobrevivência da espécie humana organizada em comunidade em escala planetária, ou prosseguimento da infame civilização capitalista, que, não contente em assegurar sua continuidade graças à exploração sem fim no mais alto grau, só pode garantir sua existência renovando periodicamente gigantescas sangrias através das quais os maiores massacres das civilizações da Antiguidade mais parecem cruéis jogos infantis.

Civilização! que organizou em Paris, em 1871, o primeiro massacre de operários em grande escala, a golpes de canhões, incêndios, fuzis, tribunais e cal viva.

Civilização! que acabou de generalizar nos séculos XIX e XX e dominação do modo de produção capitalista em escala mundial sob os impactos da escravidão, das deportações, da submissão de centenas de populações e das raças negras, amarelas e vermelhas.

Civilização! que faz desaparecer pela primeira vez 20 milhões de operários e camponeses no gigantesco banho de sangue de 1914-1918.

Civilização! que organizou a resistência militar, o bloqueio e o estrangulamento do proletariado russo que se havia erguido, não somente contra o jugo czarista, mas também contra a exploração capitalista em geral, apresentando-se como exemplo ao proletariado do mundo inteiro.

Civilização! que duplicou novamente, e mais, o escorço sinistro de 1914-1918 quando da Segunda Guerra Mundial e leva o massacre ao nível de uma arte consumada.

Civilização! que enfim consegue a proeza de alinhar, ao mesmo tempo, a edificação de meios jamais atingidos para assegurar a sobrevivência conveniente da espécie humana e a manutenção de 2/3 desta espécie em condições de desnudamento absoluto.

Não há pior barbárie do que esta civilização. É por isso que a escolha do proletariado não é a de, lutando pelo socialismo, garantir-se de uma futura barbárie que o ameaçaria, mas a de, destruindo de cima a baixo esta civilização que o ameaça, fazer emergir a sociedade comunista que ela aprisiona em seu seio.

o 0 o

2.3.3.5. As Lições da Comuna

Examinaremos ao longo dos três parágrafos seguintes os ensinamentos fundamentais da Comuna de Paris sobre as questões vitais do partido, da questão militar e do Estado.

Se a Comuna veio reforçar e confirmar, no plano teórico, as posições do programa comunista, ela também marcou um momento importante da história prática da classe proletária no caminho de sua emancipação.

O episódio da Comuna de 1871 fecha, para o conjunto da área europeia até às franjas ocidentais da Rússia, e isso de maneira definitiva, a fase de revolução burguesa ou dupla, no curso da qual o proletariado poderia entrar em luta sob palavras de ordem ainda em parte burguesas e ao lado da burguesia. Doravante, "os governos nacionais foram apenas um contra o proletariado."

"Após o Pentecostes de 1871, não pode mais haver nem paz, nem trégua entre os operários da França e aqueles que apropriam-se do produto do seu trabalho. A mão de ferro de uma soldadesca mercenária poderá conter momentaneamente as duas classes sob uma opressão comum. Mas a luta retornará sem cessar, com uma amplitude sempre crescente, e não pode haver dúvida quanto ao vencedor final – o pequeno número dos acaparadores, ou a imensa maioria trabalhadora. E a classe operária não é senão a vanguarda do proletariado moderno." (A Guerra Civil na França)

Doravante portanto, além da Inglaterra, os dois mais poderosos países do continente, a França e a Alemanha, estão definitivamente prontos para a luta direta do comunismo proletário contra a ditadura da burguesia capitalista. E se a classe capitalista mostrou sua capacidade de desdenhar suas divergências internacionais, quando se trata de formar um bloco contra o proletariado, este último, de sua parte, deu com a Comuna uma

bela lição de internacionalismo: o papel desempenhado pelos operários revolucionários imigrados nos combates de maio de 1871 aí está para testemunhar isso.

A Comuna veio igualmente reforçar o peso do comunismo teórico no seio do movimento operário, levando de roldão as expressões proudhonianas e blanquistas. As teses do "partido-Marx" triunfam definitivamente com a Comuna.

A contra-revolução que se seguirá à Comuna e verá igualmente a morte da AIT, após 1872, constituir-se-á novamente na ocasião para um reforço teórico do programa comunista.

Estudaremos, nos próximos números dedicados a este "Breve Histórico...", a tática do partido comunista nas novas condições históricas abertas no continente pelo episódio da Comuna.

o 0 o

2.3.3.5.1. A COMUNA E A QUESTÃO MILITAR

Os erros militares da Comuna não são apenas "técnicos", eles derivam de seus erros políticos.

O "Segundo Comunicado" da AIT insiste sobre o fato de que, considerando-se a presença do exército armado prussiano, a insurreição seria "pura loucura". Isto dito, no plano estritamente militar, a relação de forças que se instaura a partir de 18 de março de 1871 não é, de chofre, tão desfavorável à Comuna:

O exército que conduz Thiers a Versalhes está decomposto, arrasado, miserável, penetrado em profundidade pelo impulso revolucionário (as numerosas testemunhas descrevem bandas de soldados reagrupados em Versalhes e num estado próximo da rebelião).

Com os canhões recuperados à burguesia, a guarda nacional da Comuna dispõe de uma pesada potência de fogo, que praticamente não será utilizada.

Os efetivos mobilizáveis da Comuna chegam a 200 000 homens, o que é considerável numa insurreição operária e cidadina.

Enfim, a Comuna tem a seu lado o entusiasmo revolucionário, a energia das massas, a vontade daqueles que sabem porque lutam.

Mas para que todos esses elementos favoráveis possam realizar plenamente suas intenções e arrevesar a relação de forças, teria sido necessário que a Comuna dominasse os seguintes elementos: o tempo, a organização, a vontade política. Em vez disso, são as hesitações, a dispersão e a falta de decisão que prevaleceram.

Engels, o estrategista, ressaltou os erros da Comuna. De início, a marcha sobre Versalhes era não apenas possível de chofre, mas inclusive impedia simultaneamente que se reorganizasse o exército da contra-revolução e esmagava em princípio o plano de Thiers. Membros da Comuna fizeram observar que o ataque de Versalhes acarretaria imediatamente a intervenção dos Prussianos e, portanto, o esmagamento da Comuna. Talvez. Mas, de um lado, não se fazia mais do que antecipar em dois meses o desenlace; de outro, não era certo que a intervenção prussiana pudesse realizar imediatamente seus objetivos. Ela poderia perfeitamente relançar uma guerra nacional que teria então um caráter de guerra revolucionária, conduzida desta vez sob a égide do proletariado parisiense e não de um governo burguês.

Depois, fora mesmo de uma estratégia ofensiva, que a Comuna não soube e não pôde implantar, a pura e simples defesa de Paris como bastião da revolução proletária foi negligenciada. Engels observou, no prefácio de 1891 da "Guerra Civil na França", que os bairros a Oeste – ou seja burgueses – da capital ficaram praticamente desguarnecidos, deixando às tropas versalheses um grande front para avançar. Foi apenas à medida em que ela atingia os bairros populares, do centro, do leste e do norte, que a resistência se fazia mais ativa. De todos os erros da Comuna o proletariado pode ainda hoje tirar as lições táticas essenciais para o estudo da "questão militar" tão vital, e no entanto, tão negligenciada pelo campo revolucionário.

Retomemos inicialmente o desenrolar dos eventos no plano militar. Como já sublinhamos, mal terminada sua primeira semana de existência, a Comuna encontra-se confrontada com a questão pura e simples de sua sobrevivência, e toda a vida da Comuna durante dois meses desenvolve-se ao ritmo da guerra civil. Ora, nem o Comitê Central da Guarda Nacional, a partir de 19 de março, nem a Comuna, a partir de 26, levaram seriamente em conta esta eventualidade e não se prepararam para isto.

A Guarda Nacional, enquanto organização armada do proletariado – os batalhões burgueses da Guarda Nacional estando, na melhor das hipóteses, pouco decididos a se mobilizar contra o poder revolucionário – forma naturalmente o exército da revolução. Mas em vez de estar enquanto tal submetida ao poder político, ela conserva uma certa autonomia que pode ser vista na permanência do comitê central da Guarda Nacional ao lado e, às vezes, contra a Comuna.

Depois de 19 de março, o comando da Guarda Nacional, posto essencial nessas circunstâncias, foi entregue a Charles Lullier, personagem incapaz, alcoólico, e que não parou de trair a Comuna e, em todos os casos, trabalhou durante os oito primeiros dias (os mais preciosos) a desestabilizar o poder revolucionário. Foi substituído por três valorosos combatentes, Brunel, Duval e Eudes, militantes blanquistas, que não souberam assumir verdadeiramente a direção das operações.

Negligenciou-se organizar verdadeiramente um exército; negligenciou-se fortificar a capital na previsão de um assalto; negligenciou-se, sobretudo, a ofensiva; a única que foi conduzida, em 3 de abril, o foi numa condição desastrosa; fruto do entusiasmo das camadas operárias da capital que queriam avançar sobre os Versalheses, a avançada de 3 de abril não foi preparada e terminou em desastre.

Na sua obra sobre "A Comuna de 1871", Tales assinala que os parisienses estavam persuadidos que, assim como em 18 de março, as tropas regulares não atirariam sobre os insurretos, e que poderiam avançar sob a proteção dos fortes tomados pelos soldados. Ora, Thiers já havia começado a retomar seu exército em mãos, e as tropas que detinham os fortes, as mesmas que haviam sabotado a defesa nacional na guerra contra os Prussianos, desempenharam então seu papel de garantir a ordem social fuzilando as colunas de federados que passavam sob suas armadilhas. O efeito surpresa, aliado à falta de preparação da manobra conduziu esta a uma derrota completa. Além disso, corajosos militantes combatentes como Duval, Flourens e os blanquistas, foram mortos em 3 de abril. As conseqüências morais da derrota foram importantes sobre os insurretos, os efetivos dos federados diminuíram, e sobretudo, como sublinha de novo Tales, isso marcou a renúncia definitiva à ofensiva. Doravante, a luta pela sobrevivência da Comuna iria ocorrer num terreno puramente "defensivo", mas ainda muito mal compreendido, num sentido passivo e à mercê das iniciativas do adversário.

Além disso, a Comuna não deixou de livrar-se da questão militar, reflexo de sua incapacidade de constituir-se em verdadeiro poder ditatorial representando os interesses das classes exploradas. No final da derrota do ataque de 3 de abril, é nomeado delegado para a guerra Cluseret, um aventureiro, que havia feito parte dos assassinos de junho de 1848 antes de se descobrir uma vocação revolucionária a serviço dos nortistas na guerra de secessão americana e dos fenianos na Irlanda.

Esta suposta estratégia começa cometendo um erro fatal de cindir a Guarda Nacional em companhia de marcha reagrupando os homens de 17 a 35 anos, e em uma "Guarda Nacional sedentária" para os homens acima de 35 anos. Isso significava privar-se do exército do proletariado, que reagrupa diferentes gerações unidas num mesmo esforço revolucionário, e sobretudo eliminar todos aqueles que, pela idade, possuíam a experiência das revoluções proletárias do passado, 1848, ver 1830 para os mais velhos. Esta medida contribui para desorganizar ainda mais o exército da Comuna, que francamente não precisava disso!

Todo o mês de abril é apenas um prolongado esfacelamento, numa sinistra ladainha, de perdas de posições de partidários da Comuna de Paris tombados nas mãos das tropas Versalhesas: Courbevoie, no dia 6; a ponte de Neuilly, dia 7; Asnieres e Bécon, retomados pelo corajoso general polonês Dombrowski, depois definitivamente perdidos dia 17; o cerco do forte de Issy dia 30. Finalmente, diante de tanta incapacidade, que foi a do conjunto do movimento, mas cuja responsabilidade forçosamente recaía apenas sobre Cluseret, este último foi demitido de seu posto de delegado na guerra e aprisionado por ordem da Comuna.

No entanto, apenas recaiu-se num outro protótipo de homem providencial: Rossel, militar de carreira que se havia revoltado contra seus superiores na capitulação e voltado para a solução do cesarismo. Rossel tentou jogar o Comitê Central contra a Comuna, mas definitivamente não consegue corrigir a situação militar que virava desesperadamente a favor dos Versalheses. Ele demitiu-se no início de maio.

O último delegado na guerra da Comuna foi o velho jacobino Delescluze, forjado de espírito revolucionário, mas incapaz de impor qualquer coisa seja nas questões militares, e sobretudo no Comitê Central da Guarda Nacional, a situação de duplo poder descrita por Trotski estando mais do que nunca presente no plano militar (ou melhor, no plano militar como de resto, a Comuna tinha cada vez menos poder).

Sob Delescluze, a situação militar acabou de se deteriorar: expulso do forte de Vanves entre 10 e 14 de maio; do vilarejo de Issy, no dia 5; do moinho de Cachan dia 18; entrada das tropas Versalhesas em Paris dia 21.

Foi Delescluze que lançou, na proclamação de 22 de maio, este apóstrofe que, exprimindo a sinceridade dos últimos defensores da Comuna, é a negação da guerra revolucionária: "Basta de militarismo, de estados-maiores galonados! A praça é do povo, dos combatentes com os braços nus!" Era o retorno à barricada do tipo 1848, aquela que fragmenta o front proletário em miríades de pequenas entidades defendidas sem unidade, sem plano combinado, sem estratégia nem tática militar. Aquela que Blanqui havia tanto criticado e que Engels declarou definitivamente condenada pelo progresso dos equipamentos e da organização militar, num texto vergonhosamente desfigurado pelos pacifistas da social-democracia.

Com efeito, se a Comuna demonstra qualquer coisa no plano militar, e isso até em seus erros e na resistência desesperada e heróica sustentada nos subúrbios e bairros operários da capital até o último instante é que: A INSURREIÇÃO É UMA ARTE. O proletariado não poderá fazer economia da violência, da ditadura e do terror para livrar-se definitivamente da violência das classes dominantes, mas só obterá êxito ao preço da preparação, da organização, da previsão que permitem conduzir as operações com mão de ferro e elaborar uma estratégia de defesa que responda aos objetivos gerais da revolução proletária.

Vimos que a Comuna possuía um efetivo de aproximadamente 200 000 homens mobilizados, de fato quase todos seus eleitores, membros da Guarda Nacional e que correspondiam aos maiores de idade das classes proletária e pequeno-burguesa que ficaram em Paris durante o cerco e após a saída do governo burguês rumo a Versalhes. Na realidade, parece que nunca foram engajados mais de 30 000 homens ao mesmo tempo. A organização de um exército não foi equacionada. Após as primeiras derrotas, as deserções multiplicaram-se sem serem punidas. Defendia a Comuna quem queria. Como em toda guerra revolucionária, somente os mais engajados lutam espontaneamente e desprezam todo perigo. Basta ver a dificuldade que tiveram os 100 000 homens de Versalhes para esmagar, durante uma longa semana, alguns milhares dos últimos defensores da Comuna decididos a vender caro sua pele. Durante a guerra civil na Rússia bolchevique, foram os melhores militantes do partido que defenderam o front, deixando exangue a vanguarda revolucionária do proletariado russo.

No plano material, Tales ainda assinala que a Comuna não utilizou sua verdadeira riqueza: os canhões. Ao todo, ela possuía 1 740, e utilizou apenas 320. Os Versalheses recuperaram intactos depósitos inteiros. Recuperaram também 285 000 fuzis pois, por falta de organização, a Comuna deixou escapá-los.

No século 19 e no início do século 20, menos de 5% da população mundial viviam nas cidades. Hoje, a população urbana representa mais de 50% da população mundial. A aglomeração parisiense é um imenso aglomerado de mais de 10 milhões de habitantes. Do outro lado do mundo, México, São Paulo, Tóquio são megalópoles de milhões de habitantes. Na revolução de amanhã, a guerra civil nas grandes cidades desempenhará portanto um papel mais importante.

É por isso que o exemplo da Comuna deixa ricas lições, pertencentes a um trabalho que precisa ser realizado sobre a questão militar, que não podemos preparar aqui mas que importa levar a bom termo numa perspectiva de partido integrando todos os episódios militares da história do movimento operário.

Nesta ótica, a experiência de Blanqui por exemplo, quase sempre caluniada, não deve ser negligenciada, pois ele elaborou na "Instrução para uma tomada das armas" um catálogo de regras de guerra urbana, das quais um bom número devem orientar as de amanhã.

Do mesmo modo Engels, a respeito da renúncia pacifista à insurreição, manifesta com seu prefácio de 1895 à "Luta de classes na França", um vibrante apelo à guerra de classes revolucionária:

"O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, passou. Onde se trata de uma transformação completa da organização da sociedade, é necessário que as próprias massas cooperem, que já tenham compreendido por si mesmas do que se trata e porque intervêm (com seus corpos e com sua vida)."

É somente ao preço de uma guerra civil, da instauração de sua ditadura de classe, da formação de um exército proletário e do terror revolucionário que o proletariado poderá conquistar sua vitória definitiva.

2.3.3.5.2. A Comuna e a questão do partido

Se é verdade que a Comuna de 1871 coloca a questão do partido, não é possível reduzir todo o imenso alcance desse movimento histórico à simples presença ou ausência da organização política. Lênin e Trotsky tiraram magistrais lições do episódio da Comuna, mas o coro dos vulgares que se pretendiam seus discípulos contentou-se na maior parte do tempo com uma análise do gênero: "A Comuna não venceu porque não existia um partido, etc." Aproveitaremos este exame histórico da Comuna de Paris para voltar sobre a dialética partido/classe, que não se deixa reduzir à mecânica vanguarda/massas, como queria o leninismo (mas não Lênin).

A AIT, fundada em 1864 e que forma, em escala internacional, o partido operário (cf. o capítulo sobre a AIT) foi, durante toda sua existência, o teatro de uma luta aberta em seu seio entre os partidários e os adversários da ação política da classe operária. Impelindo a adoção de teses que pregam a atividade política, a constituição da classe em partido, o

exercício da ditadura do proletariado, o Conselho Geral de Londres age como partido histórico no seio do partido operário e procura assim generalizar o terreno histórico na base do qual o partido operário poderá adotar plenamente o programa comunista. O fato de que o CG estava nas mãos de Marx e Engels, representantes do socialismo alemão, portanto do comunismo científico, conferia-lhe uma autoridade sobre o conjunto das seções e levava-o a se opor às que pregavam ativamente o federalismo, a abstenção em termos políticos, etc. Entre estas, a seção francesa notadamente a ideologia proudhoniana, mistura de economismo e de reformismo, negando toda via revolucionária rumo à transformação da sociedade. O movimento da Comuna de Paris constituía uma pedra angular nesta luta teórica, e a AIT morrerá afirmando abertamente (congresso de a Haye, 1872) a necessidade de organização do proletariado em classe e portanto em partido político como fazendo definitivamente parte do patrimônio teórico da classe operária.

Em setembro de 1870, é o Conselho Geral, portanto o partido, que incita os proletários parisienses a aproveitar "calma e resolutamente (...) a liberdade republicana para proceder metodicamente à sua própria organização de classe". Em outros termos, a Comuna viveu e morreu sob o olhar atento do "partido histórico", que pôde imediatamente tirar desse episódio as mais brilhantes lições ("A guerra civil na França"), mas faltou tempo ao proletariado francês para desenvolver sua organização, isto é, o "partido formal", apto a assumir as escolhas estratégicas e táticas, portanto a dirigir uma revolução.⁹

Na onda dos escritos sobre a Comuna, que retomam – mais ou menos fielmente – os argumentos de Lênin e Trotsky sobre a ausência do partido, a questão não é praticamente jamais colocada sob seu verdadeiro ângulo: o partido está aí para dirigir a revolução, e ele só o fará com o máximo de sucesso se possuir e agir conforme o programa comunista que forma seu conteúdo. Em vez disso, a presença do partido – ou, ao contrário, sua ausência – é frequentemente vista como elemento decisivo que praticamente teria permitido à Comuna vencer.

Portanto, por um lado, escamoteia-se a análise das condições reais da Comuna e do que significava para ela "vencer"; por outro, faz-se do partido um "deus ex-machina" que carrega em si a solução de todos os problemas práticos, quaisquer que sejam eles.

Em "As lições da Comuna", escrito em 1921, Trotsky aborda a questão nos seguintes termos:

"O partido operário – o verdadeiro – não é uma máquina de manobras parlamentares, é a experiência acumulada e organizada do proletariado (grifado por CouC). É somente com a ajuda do partido que se apóia sobre toda história do passado, que prevê teoricamente as vias do desenvolvimento, todas suas etapas, e disso extrai a fórmula da ação necessária que o proletariado libera-se da necessidade de sempre recomeçar sua história, suas hesitações, sua falta de decisão, seus erros. O proletariado de Paris não tinha um partido como esse."

⁹ Sobre a dialética do partido formal/partido histórico na Comuna, trabalhos interessantes foram desenvolvidos pelo falecido "Le Fil du Temps" em seu número 11 de março de 1975.

Em outros termos, o que mais faltou ao proletariado de Paris é o partido-programa, o partido comunista de classe que sintetiza o passado e está apto a prever o futuro. Esse partido não encontrava-se na seção francesa da Associação Internacional dos Trabalhadores, tampouco na própria AIT. Esse partido não existia então como partido formal, em escala internacional, mas somente como partido histórico, encarnado no Conselho Geral de Londres, sob a direção de Marx e Engels. É portanto nos textos do Partido, nos comunicados do Conselho Geral, nos comentários posteriores dos dirigentes do comunismo internacional, na correspondência Marx-Engels etc, que podemos encontrar exposto o que deveria e, sobretudo, o que poderia ter feito um partido comunista organizado, na Paris sitiada de 1871. Quando se analisa essas posições, imediatas e posteriores, percebe-se que está longe o partido tipo varinha mágica, que tudo resolve porque é O partido.

Em primeiro lugar, como assinala Lênin, o partido ter-se-ia confrontado com a realidade social, as condições objetivas da França da época:

"É necessário ao menos duas condições para que uma revolução social possa triunfar, a saber, o nível elevado das forças produtivas e a preparação do proletariado. Estas duas condições estavam ausentes em 1871. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, a França era ainda um país majoritariamente pequeno-burguês (de artesãos, camponeses, pequenos comerciantes, etc). Aliás, a massa operária não tinha uma idéia clara, de seus objetivos e dos meios para atingi-los, ela não estava nem preparada nem exercitada, não existia nem uma boa organização política do proletariado, nem grandes sindicatos nem grandes cooperativas..." (Gazeta operária, # 4-5 de 15 de abril de 1911)

O partido tinha portanto que lidar com camadas que não eram diretamente proletárias e, de certo modo, resguardá-las. No entanto, não tratava-se neste caso de uma revolução dupla (e Lênin talvez insiste na questão da representação pequeno-burguesa na Comuna pois ele mesmo dirigia um partido que precisava levar a bom termo uma revolução dupla...) e Marx sublinha, em "A guerra civil...", que, doravante, juntavam-se no movimento, contrariamente a 1848, as classes médias sob a bandeira do proletariado, porque reconheciam neste a predominância em termos de iniciativa revolucionária, sem o que eles não teriam outra solução a não ser recair sob o jugo do Império (cf. "Guerra civil"). Em outros termos, mesmo sem seu partido, o proletariado já aparece como a única classe revolucionária da sociedade moderna, atraindo consigo todos aqueles que têm interesse em subverter o antigo estado de coisas. O partido do proletariado não poderia, portanto, frente aos camponeses da província, tomar de chofre medidas radicais, mas poderia ao menos ter capitalizado o apoio da pequena-burguesia parisiense e beneficiar-se de sua confiança.

Precisamente o pequeno campesinato, mesmo se este tinha todas as razões para estar decepcionado com o Segundo Império, constituía o principal escudo da contra-revolução, sobretudo em função do velho antagonismo cidade/campo e porque, dado o isolamento do movimento em Paris após a derrota das insurreições em Lyon, Bordeaux, Marselha, etc, era fácil fazer passar o movimento pela insurreição dos supostos partidários da comunidade dos bens e desfigurar completamente a ação dos partidários da Comuna de

Paris frente ao pequeno campesinato. Precisamente, um partido, mais rápido que a Comuna, teria compreendido a necessidade vital de enviar comissários revolucionários em província e de propagar a agitação no campo afim de sensibilizar os camponeses para a luta e de combater as mensagens espalhadas pela burguesia e pela Assembléia nacional. Mas as reivindicações apresentadas aos pequenos camponeses teriam sido de ordem democrática, nem mais nem menos.

Quanto à burguesia em si, não era possível quebrar de chofre sua força social. O que era preciso, e o que um partido teria sabido fazer, era preparar a relação de forças que permitisse submeter a burguesia à ditadura do proletariado. Notadamente através de medidas de ordem econômica, e sobretudo militares (cf. adiante o capítulo dedicado a esta questão). Nestas medidas de ordem econômica, a política da Comuna em relação aos alugueis foi o primeiro passo, pois ela tendia a privar uma fração da burguesia de uma parte de seus recursos e a criar contra esta a unidade de amplas camadas, operárias ou pequeno-burguesas. No entanto, a verdadeira medida que poderia ter levado a burguesia a negociar, a apreensão dos haveres do Banco da França, patrimônio comum de toda a classe capitalista, não foi tomada. Jamais um partido comunista teria manifestado esse "sacrossanto respeito" de que fala Engels. Do mesmo modo, as medidas militares (ligadas às primeiras, pois a prévia apreensão dos haveres do Banco da França significava de certa forma a tomada de reféns e permitia conduzir desde o início uma audaciosa ofensiva militar contra Versalhes) não foram nem centralizadas nem pensadas como poderiam tê-lo sido por parte de um partido (cf. 2.3.3.5.1 sobre a questão militar).

Apesar de tudo, a que poderia levar a melhor política do partido, a mais segura conduta política, a mais adequada estratégia? Nem mais, nem menos a forçar Versalhes ao "compromisso" como expõe Marx a Domela Nieuwenhuis numa carta de 22.2.1881, ou seja 10 anos após a Comuna:

"...abstração feita de que se tratava de uma simples sublevação da cidade em condições excepcionais, a maioria da Comuna não era socialista, e nem poderia sê-lo. Com uma fraca dose de bom senso, ela poderia entretanto ter obtido com Versalhes um compromisso útil à toda a massa do povo, única coisa possível de ser alcançada naquele momento. Bastava simplesmente tomar o Banco da França e ela poderia aterrorizar os Versalheses e colocar fim às suas fanfarrônicas."

A reflexão contida nessa citação sobre o caráter não socialista da Comuna deve ser aproximada da caracterização da AIT como partido "operário" e não de chofre comunista. Do mesmo modo que no seio do partido operário, as forças comunistas agiam no seio do Conselho Geral de Londres, ou mesmo no seio da Comuna, o partido comunista agia como uma força visando radicalizar o movimento, reagrupar o proletariado sob sua bandeira e acumular forças para elevar o nível da ofensiva. Em outros termos, o que o partido histórico realizou num plano moral e teórico-político com os comunicados do Conselho Geral, a correspondência, e também no plano material com a defesa da Comuna, a interpelação dos governos burgueses estrangeiros, a ajuda a refugiados, etc, um partido formal teria igualmente empreendido num plano mais diretamente prático, no coração mesmo do combate.

Mais do que a confirmação da necessidade do partido proletário – que já estava adquirida no plano teórico desde o "Manifesto" de 1848 – a experiência da Comuna permitiu precisar o papel e as tarefas do partido comunista na revolução proletária. Esta última não pode ser fomentada à vontade pela graça de um partido qualquer, ela é produto de circunstâncias históricas precisas, e explode portanto de maneira espontânea no sentido comunista do termo, isto é, determinada.

"De que complacência, de que iniciativa histórica, de que faculdade de sacrifício são dotados os Parisienses!" (Marx a Kugelmann, 12 de abril de 1871)

Em relação a esta faculdade "de iniciativa histórica", o papel do partido é o de enquadrar, canalizar, em suma dirigir a imensa onda ascendente da revolução proletária, capaz de varrer inúmeros obstáculos sobre sua passagem, mas que deve encontrar sua cabeça para quebrar definitivamente o poder da classe inimiga. A Esquerda Comunista da Itália traçou magnificamente a definição do partido comunista de classe e da dialética que une um ao outro:

"A revolução exige uma organização de forças ativas e positivas, unidas pela doutrina e por um objetivo. Camadas importantes e inúmeros indivíduos pertencentes materialmente à classe no interesse de que a revolução triunfará estão fora desta organização. Mas a classe vive, luta, avança, vence graças à obra das forças que ela engendrou nas amarguras da história. A classe parte de uma homogeneidade imediata de situação econômica, que nos aparece como o primeiro motor da tendência a superar, a quebrar o atual sistema de produção, mas para assumir esta tarefa grandiosa ela deve ter um pensamento próprio, uma vontade própria visando precisamente atingir os objetivos que a busca e a crítica definiram, uma organização de combate próprio que canaliza e utiliza com o melhor rendimento os esforços e os sacrifícios. Isto tudo é o partido."

Poderemos medir a que grau de vulgaridade havia decaído o PCI (Programa Comunista), supostamente continuador da obra da Esquerda, quando se estuda um texto escrito em 1971 para centenário da Comuna e intitulado: "A Comuna foi grande pelo que foi constrangida a ser, não pelo que seus artesãos queriam que ela fosse." Neste texto, o PCI resolve a questão mediante um puro sofisma escrevendo:

"Sem dúvida, o partido é apenas uma condição necessária e de nenhum modo suficiente para a vitória, mas sua ausência é de toda maneira contra-revolucionária, pois ela não é sem razão, e esta razão é precisamente uma daquelas que tornam a contra-revolução inevitável. "

Em outros termos, se o partido não existe, é que a situação é contra-revolucionária, e se a situação não é revolucionária, não há porque existir o partido. A dialética transformase aqui em péssimo sofisma mecânico. O PCI aproveita para negar o papel fundamental desempenhado no plano teórico pela AIT, ou pelo menos seu órgão dirigente, o Conselho Geral, acrescentando: "ao contrário mesmo nas condições desfavoráveis, a presença do partido permite tirar lições não apenas teóricas mas práticas, da derrota." Ora, como estas lições foram tiradas, e mesmo tiradas, de duas uma: ou elas foram-no por um partido e

existem então outras forças capazes de fazer esse trabalho, ou ainda foram-no por um partido, e é necessário explicar o que é o partido e porque ele não pôde mais intervir no movimento.

Em suma, toda esta "análise" da Comuna que implica justificar a existência auto-proclamada do Partido comunista internacional, prelúdio da "corte de ferro" que deverá dirigir o proletariado mundial, significa apagar todas as lições da revolução proletária de 1871 (sobre o Estado, a ditadura do proletariado, a revolução, a tática européia, a questão nacional,, etc) para conservar apenas aquela segundo a qual um partido é indispensável para o sucesso da revolução:

"Esta causa (da revolução social, para Lênin, ndr), a Comuna não foi evidentemente capaz nem de fazê-la triunfar, nem mesmo de defendê-la com perspicácia e consciência. A lição de classe que ela deu é apenas mais incisiva. E esta lição é, como sempre temos afirmado, sob pena de sermos acusados de dogmatismo e até mesmo de tagarelice, a mais absoluta confirmação do papel central, insubstituível do partido de classe, caracterizado por uma posição revolucionária no que se refere à tomada do poder e o exercício da ditadura e os problemas táticos ligados a isso" (id, p. 25)

Mais recentemente, outro dos epígonos da Esquerda Comunista da Itália, o PCI-Florença, dedicou um número de sua revista em língua francesa, "A Esquerda Comunista", à Comuna. Se eles insistem de maneira menos mecânica que o PCI-programa sobre a questão do partido, isso não os impede de negar os ensinamentos clássicos do comunismo sobre a Comuna, retirando-lhe todo alcance de revolução proletária:

"Mas é evidente que não podemos simplesmente concluir que a derrota da Comuna provém diretamente de um partido comunista dirigindo o movimento, mas, com Lênin, que a situação social da França de 1871 não estava madura, nem para um sucesso revolucionário, nem por conseguinte para a formação de um partido proletário consciente de sua tarefa revolucionária. (...) Com efeito, as condições na França não eram maduras para uma revolução proletária; e Marx, que pressentia a insurreição de 1871, não mostrou-se portanto nada favorável a ela." (A Esquerda comunista, # 9-10, jan-dez 1985)

Em outros termos, se a revolução fracassou, é que ela não podia vencer. Não estamos longe da tese do "acidente da história", tão apreciada pelo CCI. Mesmo podendo parecer sofistas, diremos contrariamente a todas essas teorias, que a revolução era possível, já que ela existiu. A ruptura revolucionária de 1871, colocada de chofre sob o signo da ruptura entre a burguesia e o proletariado (resultado da revolução de 1848) e preparada por um longo período de luta de classes mostra, ao contrário, o grau elevado de mobilização revolucionária do proletariado. Que esta vaga revolucionária tenha-se arrebatado contra um certo número de obstáculos materiais, entre os quais efetivamente a fraqueza do partido formal capaz de dirigi-la, não anula em nada sua qualidade e seu caráter de momento indispensável da vida da classe na sua maturação rumo ao comunismo.

2.3.3.5.3. A Comuna, crítica em ato do Estado burguês

Entre as lições da Comuna, existe uma que é de importância primordial para os revolucionários atuais, e que foi colocada em evidência, depois de Marx por Lênin, em "O Estado e a revolução": ela refere-se à forma a ser assumida pelo Estado proletário durante a fase de transição do capitalismo ao comunismo, e a crítica do Estado democrático burguês.

Um dos primeiros trabalhos da teoria comunista, então em formação, foi de operar a crítica da teoria burguesa do direito e de arremessar a tese hegeliana segundo a qual o Estado é a mais alta expressão da idéia e, enquanto tal, molda a sociedade. Ao contrário, o Estado, como qualquer outra forma política, apenas é o produto de certas condições materiais que variam historicamente. O Estado nasce ao mesmo tempo em que se decompõem as comunidades comunistas primitivas. Enquanto no comunismo primitivo a comunidade dos homens é ela mesma sua própria mediação, assim que aparece a divisão da sociedade em classes faz-se sentir a necessidade de recriar uma mediação que assegure a coesão da sociedade, que represente a comunidade e que, embora produto desta sociedade, apareça acima dela: esta mediação é o Estado.

Engels resume assim este ponto de vista em "A origem da família, da propriedade privada e do Estado":

"O Estado não é portanto um poder imposto de fora à sociedade; ele também não é, em grau mais elevado, a "realidade da idéia moral", "a imagem e a realidade da razão", como pretende Hegel. Mais precisamente, ele é um produto da sociedade em um determinado estado de seu desenvolvimento; ele é o reconhecimento de que esta sociedade enreda-se numa insolúvel contradição com ela mesma, tendo-se dividido em oposições inconciliáveis que ela não tem como conjurar. Mas, para que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos não se consumam elas e a sociedade, em uma luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado em aparência acima da sociedade, deve acobertar o conflito, mantê-lo nos limites da ordem; e este poder, nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela torna-se ainda mais estranho a ela, é o Estado."

Toda a dialética do Estado e de sua crítica está incluída nesta passagem. As comunidades comunistas primitivas podem dispensar o Estado como órgão separado, situado acima da sociedade, pois as grandes tarefas coletivas, aquelas pelas quais toda sociedade organizada garante sua sobrevivência, são asseguradas pela própria comunidade. Assim que se faz sentir a necessidade de um órgão específico, este é temporário e rapidamente absorvido (como a eleição dos chefes de guerra nas tribos germânicas, no começo). Veremos mais adiante o que acontecerá no comunismo superior. Assim que a divisão em classes rompeu esta unidade, é necessário um órgão específico para assumi-la e assegurar a continuidade da sociedade que, caso contrário, despedaçar-se-ia em "oposição inconciliáveis".

Mas, precisamente por ter nascido da divisão da sociedade em classes, o Estado não pode situar-se fora delas e torna-se um instrumento nas mãos da classe dominante para fazer reinar SUA ordem e assegurar SUA unidade sobre o resto da sociedade. Os momentos

em que o Estado pode aparecer como uma entidade "independente" são precisamente aqueles em que a potência das classes em luta está próxima, senão de se neutralizar, pelo menos de se equilibrar (monarquia absoluta, regime do Segundo Império Francês ou de Bismarck, etc)

A partir do momento em que o Estado surge para encarnar a unidade da sociedade, mas que esta sociedade encontra-se dividida em classes e que é precisamente desta divisão que nasce o Estado, ele só pode encarnar esta unidade no sentido de uma fração da sociedade; em outros termos, a classe que se colocou em condição de dominar todas as outras e o resto da sociedade.

"O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, sua síntese em um corpo visível, mas ele só podia sê-lo na medida em que era o Estado da classe que, para sua época, representava ela mesma toda a sociedade: na antiguidade, o Estado dos cidadãos proprietários de escravos; na idade média, da nobreza feudal; em nossas época, da burguesia." (Engels, Anti-Duhring)

No modo de produção capitalista, o Estado intervém forçosamente como garantidor dos interesses do capital contra a classe mais numerosa e mais explorada, a classe que contribui para produzir e reproduzir os meios de existência da sociedade: o proletariado.

Procurando reapropriar-se a dominação do movimento social, colocando-se como a sociedade face ao Estado, o proletariado destrói o Estado burguês. A ditadura do proletariado, forma de transição, nada é mais do que um "semi-Estado" (Engels), um Estado chamado a extinguir-se assim que a própria divisão da sociedade em classes desapareceu. A classe que se torna a classe dominante, o proletariado, enquanto classe não exploradora, também é aquela que encarna os interesses do conjunto da sociedade. O Estado proletário não está, portanto, situado acima da sociedade. Ao extinguir-se, ele prepara a via para que, novamente, como nas comunidades comunistas primitivas, mas baseando-se num grau elevado de desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade seja para si mesma sua própria mediação.

"Quando acaba por tornar-se efetivamente o representante de toda a sociedade, ele torna-se ele mesmo supérfluo. Assim que não existe mais classe social a ser mantida na opressão; assim que, junto com a dominação de classe e a luta pela existência individual motivada pela anarquia anterior da produção, são eliminadas igualmente as colisões e os excessos que dela resultam, não existem mais nada a reprimir que torne necessário um poder de repressão, um Estado. O primeiro ato no qual o Estado aparece realmente como representante de toda a sociedade, – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo seu último ato enquanto Estado. A intervenção de um poder de Estado nas relações sociais torna-se supérflua num domínio após o outro, e entra naturalmente em sonolência. O governo das pessoas cede lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção. O Estado não é "abolido", ele extingue-se." (Engels. Anti-Duhring)

A partir de então, "a administração dos homens" pode dar lugar à "administração das coisas". Subsistem apenas as funções "técnicas" destinadas a assegurar a sobrevivência

coletiva da espécie humana. Os órgãos que cumprem e gerem estas funções não são mais chamados a se autonomizar pois não encarnam mais o poder de uma classe, mas as necessidades de toda a sociedade (comunidade).

O proletariado foi confrontado, em Paris, em 1871, de maneira mais concreta com a questão do Estado. Um elemento essencial do complô da burguesia conduzido por Thiers consistia em desorganizar completamente todo o aparelho administrativo do capital, ou seja, de fato, o Estado. Ao esvaziar Paris na noite de 18 e 19 de março, Thiers organizou igualmente o dismantelamento de tudo que a cidade contava como serviços administrativos: ministérios, prefeitura, vias públicas, e até a administração dos cemitérios. O poder caía diretamente nas mãos do proletariado, a quem incumbia fazer funcionar a máquina do Estado. Mas de chofre, o proletariado parisiense pôde investir este Estado, que era preciso reconstruir inteiramente, de um conteúdo totalmente diferente daquele que possuía quando estava em mãos da burguesia.

"A Comuna de Paris devia, claramente, servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o regime da Comuna de Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado deveria, também nas províncias, ceder o lugar ao governo dos produtores por si mesmos. Num breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, é dito expressamente que a Comuna devia ser a forma política mesmo nos menores vilarejos do campo e que, nas regiões rurais, o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de cada departamento deveriam administrar seus negócios comuns através de uma assembléia de delegados no principal local do departamento, e estas assembléias deveriam por sua vez enviar deputados à delegação nacional em Paris" os delegados deveriam ser revogáveis a qualquer momento e ligados pelo mandato imperativo de seus eleitores. As funções, pouco numerosas, mas importantes, que ainda restavam a um governo central, não deviam ser suprimidas como se disse falsamente de propósito deliberado, mas deviam ser asseguradas pelos funcionários da Comuna, ou seja, por elementos estritamente responsáveis. A unidade da nação não podia ser rompida, mas, ao contrário, organizada pela Constituição comunal; ela devia tornar-se uma realidade pela destruição do poder do Estado que pretendia ser a encarnação desta unidade, mas queria ser independente da própria nação, e superior a ela, embora nada mais fosse do que uma excrescência parasitária. Era importante amputar os órgãos puramente repressivos do antigo poder governamental, suas legítimas funções deviam ser arrancadas a uma autoridade que reivindicava uma preeminência acima da própria sociedade. Em vez de decidir a cada três ou seis anos qual o membro da classe dirigente que devia "representar" e espezinhar o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas, como o sufrágio universal serve a qualquer outro empregado à cata de operários, de controladores e de contadores para seus negócios. É um fato bem conhecido que, em matéria de negócios, tanto as sociedades, como os indivíduos, sabem geralmente colocar cada um em seu lugar e, se cometem um erro, sabem corrigi-lo prontamente. De outra parte, nada poderia ser mais estranho ao espírito da comuna do que substituir o

sufrágio universal por uma investidura hierárquica." (Marx – A guerra civil na França – 1871)

Em suma, com a Comuna, o Estado proletário obedece às seguintes características:

- reapropriação pela própria sociedade das tarefas que lhe dizem respeito;
- cumprimento das funções governamentais por um salário operário (o "governo barato")
- rotação das tarefas e controle permanente dos mandatos pelos próprios administradores.
- caráter "técnico" do sufrágio universal; este só tem por vocação registrar a atribuição espontânea de certos cargos a certos indivíduos (elegibilidade e revogabilidade dos funcionários, dos juizes, etc.)

"A Comuna é a retomada do poder do Estado pela sociedade da qual torna-se a força viva, em vez de ser a força que a domina e a subjuga. É sua retomada pelas próprias massas populares, que substituem sua própria força à força organizada para opri-las; a Comuna é a forma política de sua emancipação social, substituindo-se à força artificial apropriada pelos opressores (sua própria força opõe-se a eles, organizando-se contra eles) da sociedade, colocada a serviço de seus inimigos para opri-los." (Marx. Primeiro ensaio de redação de "A guerra civil na França")

A comuna de Paris não foi apenas a primeira tentativa organizada de instaurar a ditadura do proletariado; ela foi também a primeira tentativa de transformação social para e pelo proletariado. Já tivemos a ocasião de sublinhar as causas, ao mesmo tempo objetivas (o estado de desenvolvimento da França nesta época) e subjetivas (força da ideologia pequeno-burguesa, fraca organização do proletariado, etc) que reduziram as realizações da Comuna a um estado embrionário. Isso não exclui que, na sua essência mesma, a Comuna prefigura a forma que deve tomar o poder proletário durante a fase de transição do capitalismo à fase inferior da sociedade comunista. É nesse sentido que a Comuna permanece ainda hoje uma mina de ensinamento para os revolucionários, no rastro de Marx, Lênin e Trotsky.

A Comuna é a ditadura do proletariado. Em outros termos, trata-se da reapropriação direta, pela classe proletária, da condução de seus próprios negócios. Enquanto em todas as formas de república burguesa, mesmo e sobretudo naquela mais evoluída, a república democrática, o Estado é uma máquina de guerra da burguesia contra o proletariado, com a Comuna este se dá um órgão destinado a liquidar a resistência dos exploradores frente à transformação revolucionária da sociedade. (Pode-se, aliás, encontrar no caráter ainda não inteiramente puro do proletariado parisiense, as raízes das fraquezas da Comuna, mas não negar-lhe seu caráter operário).

"A Comuna foi composta de conselheiros municipais, eleitos pelo sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. Eles eram responsáveis e revogáveis a todo momento. A maioria de seus membros eram naturalmente operários ou representantes conhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um

organismo parlamentar, mas um corpo atuante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e transformada em um instrumento da Comuna, responsável e a todo instante revogável. Ocorreu o mesmo para os funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até o mais baixo na escala, a função pública devia ser assegurada por um salário operário. Os benefícios de praxe e as indenizações de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram com os próprios dignatários. Os serviços públicos deixaram de ser a propriedade privada de criaturas do governo central. Não apenas a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foi entregue às mãos da Comuna." (Marx - A Guerra civil na França)

Em outros termos, as funções políticas, administrativas, a gestão dos negócios públicos, etc., deixam de ser assegurados pelos profissionais da administração e da política, para voltarem novamente às mãos da classe mais numerosa e que assegura o essencial do trabalho produtivo da sociedade: o proletariado.

Apenas aparentemente esta transformação toma a forma de organização comunal. Mesmo se um bom número de membros da Comuna, notadamente os proudhonianos raciocinavam em termos de federalismo e de autonomia comunal, não é aí que reside o verdadeiro significado do movimento, mas no fato de que este ocorreu em Paris, ou seja, numa metrópole operária, que além disso é capital de um país fortemente centralizado há séculos. Todo decreto lavrado em Paris, mesmo se não era imediatamente aplicável, implicava de fato a organização política e social em escala de todo o país. A autonomia comunal que decorria disso não era de fato o objetivo do movimento, mas simplesmente uma consequência evidente deste.

"A existência mesma da Comuna implicava, como qualquer coisa de evidente, a autonomia municipal; mas, doravante, ela não era mais um contra-poder ao poder do Estado, supérfluo desde então." (idem)

Em outros termos, a autonomia municipal não aparece aqui como um objetivo, mas como um efeito da revolução em curso. O fato de fazer recuar o Estado, de se preparar a destruí-lo, implicava tomar um certo poder a nível local. Mas o segredo desta organização reside no seu caráter social: pela primeira vez o poder era diretamente exercido pela e para a classe operária, e esta dotava-se de instâncias destinadas a defender antes de tudo seus interesses.

"A multiplicidade de interpretações às quais foi submetida a Comuna, e a multiplicidade de interesses que ela exprimiu mostram que era uma forma política perfeitamente suscetível de expansão, enquanto todas as formas anteriores de governo haviam sido essencialmente repressivas. Eis seu verdadeiro segredo: era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta de classe dos produtores contra as classes dos apropriadores, a forma política enfim encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho.

Sem esta última condição, a Constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um engodo. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perenização

de sua escravidão social. A Comuna devia portanto servir de alavanca para reverter as bases econômicas sobre as quais funda-se a existência das classes, portanto, a dominação de classe. Uma vez o trabalho emancipado, todo homem torna-se um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de uma classe." (Marx. A guerra civil na França)

O significado da Comuna reside, portanto, essencialmente em seu caráter classista de governo da classe operária. O programa que ela devia adotar, ao fim de sua ação, não dependia portanto da pura e simples garantia das franquias municipais, mas do programa inscrito na luta mesma da classe operária: ao emancipar-se, esta última regenera toda a sociedade e permite-lhe controlar o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas sobre a base da produção associada.

"A Comuna, bradam eles, pretende abolir a propriedade, base de toda civilização. Sim, senhores, a Comuna pretendia abolir esta propriedade de classe, que faz do trabalho da maioria a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de dominação e de exploração do trabalho em simples instrumentos de um trabalho livre e associado. Mas isso é comunismo, é o "impossível" comunismo! Pois que, aqueles membros das classes dominantes que são suficientemente inteligentes para compreender a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e eles são numerosos – tornaram-se os apóstolos inoportunos e estridentes da produção cooperativa. Mas se a produção cooperativa não deve permanecer um engodo, uma burla, se ela deve repelir o sistema capitalista; se o conjunto das associações cooperativas deve orientar a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu próprio controle e colocando fim à anarquia constante de às convulsões periódicas que são o destino inelutável da produção capitalista, o que seria isso, senhores, senão o comunismo, o muito "possível" comunismo? (idem)

Hoje, o modo de produção capitalista hiper-desenvolvido fornece bases ainda mais sólidas para o desenvolvimento do comunismo. Uma grande parte do que a Comuna ou qualquer governo operário da época, ainda teria precisado unificar, desenvolver, centralizar, o foi de maneira contraditória sob a égide do MPC. Mais do que nunca, os flancos da sociedade capitalista estão prenhes de um mundo novo. Mas, mais do que nunca também, a emergência deste mundo passa pelo estabelecimento de uma ditadura do proletariado em escala mundial, o qual se dá por tarefa arrebentar a máquina do Estado e destruir a resistência de todas as classes exploradoras.

Engels diz em algum lugar que "a velha palavra francesa: "Comuna" traduz perfeitamente o conceito alemão de Gemeinwesen, comunidade humana. A Comuna não teve tempo de realizar seu ser. Esta tarefa pertence aos revolucionários das gerações ulteriores e eles só poderão cumpri-la tendo integrado toda a experiência passada da história do movimento proletário e com a condição de ter realizado seu balanço.

"Todos os progressos da civilização, isto é todo aumento das forças produtivas sociais ou, se quisermos, das forças produtivas do próprio trabalho, não enriquecem o operário mas o capitalista, e isto do mesmo modo que os resultados da ciência, das descobertas da divisão e da combinação do trabalho, da melhoria dos meios de comunicação, do mercado mundial ou do emprego das máquinas. Tudo isso aumenta unicamente a força produtiva do capital, e já que o capital encontra-se em oposição ao operário, tudo isso só faz crescer sua dominação material sobre o trabalho." (Marx, Grundrisse)

"O determinismo, na sua mais amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por sua vez a cabeça na frente." (Diálogo com os mortos, 1957)

COMUNISMO

PELA ABOLIÇÃO DO SISTEMA DE TRABALHO ASSALARIADO

O grupo COMUNISMO (anteriormente Colectivo Comunista Alptraum) reivindica-se da tradição do comunismo que provém da constituição da Liga dos Comunistas, Associação Internacional dos Trabalhadores, II Internacional, III Internacional, até as diferentes frações da esquerda comunista que surgiram contra sua degenerescência política e organizacional; assim como da fração comunista da esquerda (Grupo de Trabalhadores Marxistas e Liga dos Comunistas) que, na década dos 30 no México, lutaram contra a traição trotskista e a contra-revolução estalinista.

O Grupo COMUNISMO é pela reconstrução do Partido Comunista em escala mundial. E considera que a base de sua reconstituição encontra-se na reapropriação integral da teoria e/ou Programa Comunista que é por natureza invariante; considera que o órgão universal e indispensável da luta revolucionária do proletariado é o partido de classe, Partido Comunista, que reúne em seu seio a força mais avançada e decidida do proletariado. Neste sentido, considera que a ascensão do proletariado à sua auto-consciência se realizará com o nascimento da forma-partido, órgão dirigente do proletariado.

O grupo COMUNISMO considera que é na perspectiva da crise catastrófica do modo de produção capitalista que se encontra o fundamento da previsão marxista da Revolução Comunista.

O grupo COMUNISMO considera superada tanto a tática sindical como a parlamentar, em qualquer lugar do mundo. E, neste sentido, considera ambas as táticas como opostas e contrárias à realização do Programa Comunista e antinômicas à atividade revolucionária do proletariado.

O GRUPO COMUNISMO

I. Reivindica-se da tradição do Comunismo, desde a Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista de 1848), a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Segunda Internacional, a Terceira Internacional até as diferentes frações da Esquerda Comunista que surgiram frente à sua degenerescência, assim como das frações da Esquerda Comunista Mexicana dos anos 30.

II. De modo específico, reivindica-se da tradição e da escola comunista oriunda da esquerda comunista da Itália, que começa com a fundação do Partido Comunista da Itália (Livorno 1921).

III. Afirma que desde 1848 a luta de classes proletária expressa a necessidade de subverter o mundo capitalista da alienação e, neste sentido, reitera a unidade orgânica do movimento operário e a vigência absoluta do Programa Comunista desde essa data.

IV. Reitera a unidade orgânica e a Invariância da teoria comunista.

V. Considera como necessária a reconstrução do Partido Político do Proletariado que, tanto por sua forma como por seu conteúdo, será internacional.

VI. Considera que, enquanto existir o poder burguês, o órgão universal da revolução é o Partido Político do Proletariado.

VII. Considera que a figura estatal da ditadura do proletariado, "período político de transição" (Marx), é, por sua forma, a rede universal e mundial dos conselhos operários e por seu conteúdo a organização dos proletários (antes oprimidos) na repressão violenta contra a resistência dos exploradores.

VIII. Considera que os sindicatos são os pilares do sistema capitalista, já que através destes afirma-se o sistema de exploração capitalista.

IX. Afirma-se como anti-parlamentar, por considerar o parlamentarismo como contrário e oposto à atividade revolucionária do proletariado.

X. Assinala como ponto programático essencial da revolução comunista a abolição do sistema de trabalho assalariado.

A CRISE CATASTRÓFICA DO SISTEMA CAPITALISTA E A ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA DA BURGUESIA: O CASO DO MÉXICO

I

Parece atualmente evidente que, após a quebra das bolsas no mês de outubro de 1987 ¹⁰, perfila-se no seio do sistema capitalista mundial uma das mais profundas crises industriais do modo de produção capitalista em seu principal centro de poder, de riqueza e de concentração de capitais: os Estados Unidos.

Depois da crise de 1982, a economia americana conheceu cinco anos de expansão que desencadearam um crescimento de sua dívida externa, de seu déficit fiscal, assim como uma elevação de seu déficit comercial, essencialmente frente ao Japão e à CEE. Ao longo deste período, e praticamente depois dos anos sessenta, os Estados Unidos foram o principal mercado do comércio internacional, o que explica seu enorme déficit comercial com o resto do mundo. Além disso, o sistema de crédito que contribui de modo fundamental para esta retomada, explica igualmente o gigantesco crescimento da dívida externa americana ao longo deste período.

De fato, desde 19 de outubro de 1987, dia da quebra das bolsas, a economia americana vem apresentando uma série de sintomas que parecem ser as premissas de uma fase de superprodução. Observou-se, principalmente, a contração do mercado interno americano. Por isso, nestes últimos tempos, a burguesia americana decidiu manter uma margem adequada de supervalorização do dólar frente ao ien e ao marco, a fim de que o mercado externo se constituísse em uma saída à sua produção. Dessa forma, o principal Estado imperialista do sistema capitalista mundial decidiu desvalorizar/sobrevalorizar o dólar frente a estas moedas "fortes", como mecanismo de política comercial destinado a "reativar" suas exportações e, conseqüentemente, diminuir suas importações.

Naturalmente, tal medida inquietou bastante as burguesias japonesas e européias, pois pode fazê-las perder a margem líquida de competitividade que mantinham até agora no comércio internacional. Mais ainda, estas burguesias arriscam-se a perder uma parte importante do mercado americano, que atualmente permite-lhes realizar uma quantidade significativa da massa de seus lucros.

Vemos portanto que a burguesia americana tenta fazer frente à vinda de uma crise industrial através do estímulo de seu comércio exterior, visando oferecer uma saída à superprodução.

Entretanto, tentando reduzir as importações e o déficit fiscal, tais medidas só aceleram as tendências que conduzem à crise industrial.

¹⁰ Clara expressão de uma crise financeira nos principais centros de concentração e centralização do capital mundial.

Em suma, assistiremos, de novo, ao retorno de uma fase cíclica de superprodução, a uma nova crise catastrófica do modo de produção capitalista ¹¹ no seu principal centro de poder, os Estados Unidos. Crise que, após um período de cinco anos, retornará à cena mundial, com força e efeitos redobrados, na economia americana e na economia mundial em geral.

Nascendo nos Estados Unidos, esta crise industrial atingirá os principais centros do capitalismo mundial: o Japão e a CEE. A crise se estenderá por todo o mundo, atingindo tanto o Oriente como o Ocidente.

Neste contexto, as economias da área latino-americana já estão afetadas pelas premissas da crise da economia capitalista americana. De um lado, já começam a sofrer as conseqüências do crescente protecionismo comercial dos Estados Unidos; de outro, agrava-se sua situação, "em razão das crescentes transferências da mais-valia extorquida dos proletários destes Estados-nações, pelo capital financeiro mundial", que pagam ao sistema bancário internacional a título de "serviço da dívida" (como é o caso da Argentina, do México, do Brasil, etc.).

Vemos, deste modo, como a economia americana lançou as bases de seu processo de expansão em 1983, com uma série de medidas restritivas de política fiscal e monetária, que desembocaram no mundo inteiro em um ataque impiedoso às condições de vida tanto do proletariado, como da pequena-burguesia. Portanto, deve-se esperar que este ataque seja amplificado por ocasião da crise industrial que se aproxima.

No caso do México, assistimos nestes últimos meses ao desmoronamento e/ou a uma contração do mercado interno, amplificados pelas crescentes dificuldades da economia americana (queda das importações americanas provenientes do México). Note-se, neste caso, que 60% das exportações mexicanas destinam-se aos Estados Unidos. Por isso é que o "nível de atividade" da economia capitalista mexicana experimenta uma nítida tendência à queda, em razão da crise de superprodução. A burguesia mexicana encontra-se, portanto, na obrigação de continuamente desvalorizar a taxa de câmbio de sua moeda, a fim de manter no mercado mundial um nível adequado de competitividade e de conservar seus mercados no mercado americano. Assim é que a queda da bolsa de valores em novembro de 1987 exprime, de um lado, a redução sensível do mercado interno e, de outro, o desmoronamento do sistema de crédito.

Neste contexto de crescente deterioração da economia em razão da crise de superprodução, o Estado burguês mexicano desenvolveu uma série de estratégias para atenuar os efeitos da crise cíclica de superprodução que afetam sua economia.

¹¹ Resultado da contradição fundamental do modo de produção capitalista entre o desenvolvimento social das forças produtivas e as relações privadas de sua apropriação. "A contradição deste modo de produção capitalista reside na sua tendência a desenvolver absolutamente as forças produtivas, que incessantemente entram em conflito com as condições específicas de produção, nas quais se move o capital, as únicas nas quais ele possa se mover." (K. Marx. O Capital, L. III)

Nos períodos de crise, o Estado burguês mexicano, como todo Estado burguês, acelera através de uma série de instrumentos de política comercial, fiscal e monetária, o processo de desvalorização, periódica do capital – desvalorização que é acompanhada de paralisias súbitas de crises do processo de produção. Deve-se observar que é nesta situação que o Estado – o capital em geral – ataca sem piedade as condições de vida da classe operária e de certas camadas sociais, como a pequena burguesia.

II

"O Estado moderno é (...) a organização que a sociedade burguesa assume para manter as condições externas gerais do modo de produção capitalista, contra as invasões provenientes tanto de operários como de capitalistas isolados..."

O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista: o Estado dos capitalistas, o capitalismo coletivo em idéia." (Engels, Anti-Dühring)

Em termos genéricos, o Estado moderno, qualquer que seja sua forma política – como assinala Engels nesta imperecível passagem da teoria comunista – onde quer que esteja, em qualquer área do sistema capitalista mundial, apenas "mantém as condições externas gerais do modo de produção capitalista...", e nesta medida, estabelece as condições globais necessárias à reprodução capitalista enquanto totalidade.

Atualmente, na presença das premissas de uma das crises mais agudas da história do modo de produção capitalista, este papel do Estado capitalista moderno – enquanto capitalista coletivo em idéia – é inteiramente cumprido em cada uma das áreas do globo que integram, em sua totalidade, o sistema capitalista mundial.

Em seu desenvolvimento catastrófico, o sistema capitalista considera como necessária e crescente a intervenção do Estado na *gesellschaftsbürgerlich* (adjetivo: *bürgerlich Gesellschaft?* – sociedade burguesa ou civil, ndt), a fim de atenuar temporariamente as contradições inerentes ao modo de produção capitalista – resultantes da contradição fundamental entre produção social e apropriação capitalista – que irrompem violentamente nas crises catastróficas e que se resolvem ao longo de seus desdobramentos.

Nas crises, o capital social global desvaloriza-se e auto destrói-se. Por si mesmo, através da depreciação periódica, o modo de produção capitalista consegue atenuar a queda da taxa de lucro e acelerar o processo de "acumulação do valor capital pela formação de capital novo" (Capital, cap. 3.1). A depreciação periódica do capital global tem como conseqüência fortes perturbações nas condições em que se realizam o processo de circulação e de reprodução do capital. É por isso que tal depreciação é acompanhada de interrupções bruscas ("recessões") e de crises do processo de produção.

O Estado capitalista, tentando restabelecer as condições de reprodução do sistema, ao longo do movimento cíclico do modo de produção capitalista nas fases de crise, por meio de seus instrumentos de política econômica, tenta empurrar este processo de desvalorização do capital até suas últimas conseqüências, induzindo explicitamente o processo de autodestruição do capital.

Nestes períodos é que se exacerbam a concorrência, a anarquia do processo de reprodução da *gesellschaftsbürgerlich*, que se acelera a destruição dos pequenos capitalistas em favor dos grandes; nestes períodos é que se acentua o nacionalismo e se amplificam as tendências à guerra e ao confronto. Assim é que o Estado moderno, nesses períodos de crise, exprime de maneira universal a tendência do capital social global a desvalorizar-se, frente a outros Estados capitalistas modernos, seja na concorrência produtiva entre "nações", seja na guerra entre nações capitalistas, seja na guerra de classes frente a seu inimigo irreduzível, o proletariado.

III

As idéias acima expressas, aplicam-se perfeitamente ao caso do México. Durante o mandato do governo atual de Miguel de la Madrid, a fração mexicana da burguesia mundial desenvolveu uma estratégia econômica na qual o Estado burguês desempenhou um papel central.

No momento em que apareceu a crise catastrófica, em 1982-1983, o Estado implantou o PIRE (Programa Imediato de Recuperação Econômica), programa econômico "anti-crise" destinado, no essencial, a acelerar o processo de desvalorização do capital.

O PIRE foi substituído em junho de 1986 por um programa econômico de caráter "expansivo", o PAC (Programa de Apoio e de Crescimento), que, após a quebra das bolsas em outubro, foi substituído por sua vez pelo PASE (Pacto de Solidariedade Econômica). Este novo programa do Estado capitalista é de fato destinado, novamente, a favorecer a desvalorização do capital e a superar os efeitos de uma crise industrial.

Ao longo dos últimos seis anos, particularmente, tais programas apoiaram-se de modo mais aberto no ataque encarniçado e sistemático às condições de vida da classe operária desta zona do planeta. O recente "Pacto de Solidariedade" é portanto apenas a consequência dos programas anteriores elaborados pelo Estado capitalista mexicano.

O fundamento da atual estratégia burguesa "anti-crise" do PASE situa-se no ataque sistemático às condições de existência da classe operária e de certas camadas sociais, tais como a pequena burguesia. A ofensiva é realizada simultaneamente pelo Estado capitalista moderno em vários campos da vida do proletariado: de um lado, no terreno produtivo, isto é na fábrica, onde ele é submetido à pior das disciplinas, a um trabalho intensivo, obrigado a trabalhar dias inteiros por um mini-salário real decrescente; de outro lado, no terreno do consumo operário, reduzindo de modo efetivo e contínuo o conjunto de mercadorias que garantem sua própria reprodução física e social, objetivando reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar de modo "ampliado" a margem de sobretrabalho.

Nesta ofensiva contra a classe operária, "os sindicatos" (oficiais e/ou independentes) desempenharam um papel preponderante, impondo ao proletariado (com os patrões individuais) a disciplina necessária e suficiente para atingir de modo satisfatório os objetivos que o capital se impõe.

A história recente dos programas econômicos elaborados pelo Estado capitalista mexicano começa em 1983 quando, em um contexto "incerto de crise financeira aguda", o governo burguês de Miguel de la Madrid implanta o Programa Imediato de Recuperação Econômica (PIRE) e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O Estado procurava, de um lado, através do PIRE, "superar" a crise a "curto prazo", e por meio do PND "impedir" os "desequilíbrios" estruturais, que a "longo prazo" conduzem o modo de produção capitalista a suas crises periódicas. De fato, tais "objetivos" perseguidos pela burguesia são apenas banais recursos retóricos e demagógicos, pois ela é incapaz de superar as contradições inerentes à lógica reprodutiva do modo de produção capitalista.

Neste contexto é que em 1983, o sistema capitalista mexicano, após uma fase de acumulação acelerada que começara em 1977 com o denominado "boom" petrolífero, foi sacudido por uma nova crise industrial. A reprodução do sistema chegou a um ponto em que o tráfico mercantil ficou bloqueado, o mercado interno saturou-se, o crédito contraiu-se, as fábricas fecharam e um número considerável de operários foram postos na rua. Deste modo, apareceu um crescente exército industrial de reserva, que teve uma incidência definitiva na queda acelerada do salário real; a miséria e a carestia cresceram paralelamente no seio da classe operária (constituída de operários desempregados, sub-empregados, e/ou empregados).

O PIRE, programa de "curto prazo", foi estruturado em torno dos seguintes eixos:

A. Estratégia anti-inflacionária, apoiada em três medidas:

1. Redução, de maneira draconiana, da pressão da demanda pela diminuição do déficit público. Ela deveria conseguir isso através da diminuição das despesas públicas e do consecutivo aumento das receitas públicas. Este aumento das receitas públicas foi obtido graças ao aumento dos impostos indiretos e dos preços dos bens e serviços públicos.

Obtinha-se assim o aumento permanente da parte das receitas públicas na produção.

As despesas do Estado relativas à ajuda social foram reduzidas social foram reduzidas; esta redução afetou as condições de existência tanto da classe operária como dos assalariados em geral.

2. O segundo pilar, a política salarial, consistia em fixar um limite de 25%¹² para os aumentos nominais, o que na prática reduziu-se por uma queda do salário real.

3. Além disso, foram eliminados todos os controles dos preços das mercadorias – que constituem a cesta básica dos bens-salários –, com o Estado deixando para as "livres forças do mercado" o equilíbrio dos preços destes bens-salários. Na realidade, esta medida foi um ataque direto aos meios de consumo da classe operária, reduzindo o leque de mercadorias que ela podia consumir para sua reprodução fisiológica e social.

¹² Taxas de Inflação: 1983 = 102%, 1984 = 65%, 1985 = 58% (Nota do tradutor)

B. Foi estabelecida uma dupla taxa de câmbio, medida que visava essencialmente manter uma margem adequada de sobre-valorização desta taxa, a fim de oferecer uma saída à superprodução interna pelo canal do comércio exterior.

Tal mecanismo destinava-se a ampliar o "comércio exterior" das mercadorias não petrolíferas. Na prática, ele afetou os salários reais, reduzindo-os, uma vez que desencadeou uma elevação da inflação.

C. Aumento da "poupança interna". Isso foi conseguido principalmente pelo aumento das taxas de juros bancárias, o que provocou, evidentemente, a paralisia do aparelho produtivo e, conseqüentemente, o aumento do exército industrial de reserva.

No que diz respeito ao Programa de Apoio e de Crescimento (PAC), este "novo programa" foi instaurado em junho de 1986, em seguida à deterioração crescente da economia capitalista do país. Neste ano, o "investimento em capital", tanto privado como público, caiu 20%; o mercado interno contraiu-se e o fluxo de capital-dinheiro, proveniente da venda de petróleo bruto ¹³ e de crédito externos ¹⁴, reduziu-se de modo significativo.

Neste contexto crítico e de fracasso evidente do PIRE, o Estado decidiu aplicar o PAC que visava, entre outros objetivos, o crescimento e a expansão moderados da economia.

O objetivo do PAC era "inverter" os efeitos perversos da crise industrial ("recessão", no jargão dos economistas) e "favorecer a retomada da atividade econômica". Tal estratégia governamental tinha principalmente quatro objetivos:

1. "encorajar um crescimento econômico moderado";
2. "renovar a luta contra a inflação" ;
3. "consolidar e ampliar o processo de mudança estrutural";
4. "favorecer a descentralização da vida nacional (...) a fim de ampliar a fronteira do mercado interno".

O programa tendia essencialmente a "estimular os investimentos produtivos e ao controle e à manipulação de certas variáveis de caráter financeiro e monetário, assim como a trajetória de certos fatores externos".

Entretanto, a chave desta estratégia – um acordo com os círculos governamentais – residia na vontade de "dobrar a resistência de certos grupos sociais". Em última instância, a eficácia deste programa residia na capacidade política do Estado de controlar e impor sua estratégia às classes dominadas: tanto o proletariado como certos setores da pequena

¹³ Como conseqüência da crescente saturação do mercado petrolífero mundial, o que fez baixar consideravelmente os preços.

¹⁴ Nos anos 80, o fluxo de capital financeiro "novo" foi dirigido principalmente para os Estados Unidos.

burguesia. No plano interno, seu principal objetivo era o de extrair uma massa suficiente de mais-valia para convertê-la em capital-dinheiro, isto porque devia aumentar a disciplina e impor ao proletariado um ritmo acelerado de extorsão da mais-valia (correspondente a uma "expansão moderada da economia").

De fato, o que foi imposto foi a realidade do movimento cíclico do capital, e é por isso que no plano social a massa de lucros acumulados para "reativar moderadamente" o capital produtivo revelou-se insuficiente. O eixo fundamental do PAC consistia na tentativa de estabelecimento de um processo acelerado de acumulação de capital-dinheiro, apoiando-se em uma série de instrumentos de crédito; isso conjugado com uma série de medidas de "estímulo à bolsa de valores".

O PAC terminou com a quebra das bolsas em 2 de novembro de 1987, pois a partir daí o governo deu uma reviravolta no campo da política econômica. Aumentou rapidamente as taxas de juros para evitar a dolarização da "poupança" e uma nova fuga de capitais, assim como um novo enfraquecimento da taxa de câmbio. Suspendeu o aumento previsto dos preços da gasolina, fixou um limite para os salários reais e abandonou a bolsa de valores. Passou, portanto de uma estratégia econômica "expansiva" para outra "restritiva", na qual a prioridade era a desvalorização do capital social e global.

O PASE (Pacto de Solidariedade Econômica)

Neste contexto, diante da evidente derrota do PAC, o Estado foi obrigado a implantar o PASE. O ponto nodal deste "novo" programa é o suposto "pacto social", cujo objetivo de fato é que o proletariado (urbano e agrícola) limite ainda mais suas "demandas econômicas". Tal programa procura, portanto, "legalizar" e impedir, através do aparelho sindical, qualquer reação reivindicativa da classe que fuja dos parâmetros anteriormente definidos pelos interesses da burguesia, na base de um "pacto legitimado" claramente por todo o aparelho burguês, os aparelhos sindicais e os círculos da burguesia industrial e comercial.

Como diz o pacto "... a característica fundamenta que distingue o novo programa econômico é que ele se apóia em um pacto social, de solidariedade econômica..."

Em si, este "novo programa econômico" visa explicitamente o controle e a dominação políticos e sindicais da classe operária (proletariado urbano e rural).

A medida central do pacto, no plano econômico, consiste em frear a demanda através do aumento das tarifas públicas, da redução salarial e da depreciação da taxa de câmbio, controlada em 22%. Neste sentido, o Estado prevê que, tanto os salários nominais dos operários como os preços de garantia (rendimentos do proletariado agrícola) permaneçam constantes, mantendo paralelamente restrições ao crédito bancário, com taxas de juros elevadas a curto prazo, uma taxa de câmbio flexível e um severo ajuste fiscal.

Assim, mantendo bloqueados os salários nominais e os preços de garantia (rendimentos do proletariado agrícola), o Estado burguês aumentou os preços do consumo, tendo como conseqüência a redução simultânea dos salários reais e dos rendimentos do

proletariado rural, o que significa de fato a redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho da classe operária. Desse modo, pela manipulação dessas "variáveis macro-econômicas", o Estado aumenta de maneira significativa a massa de mais-valia.

Ora, com as restrições ao crédito, a elevação das taxas de juros internas e a redução das despesas públicas, o exército industrial de reserva irá aumentar consideravelmente. Enfim, com a demissão de 25% dos funcionários médios e superiores, não apenas desaparecerão partes inteiras do aparelho de Estado, em consequência do que será despedido um número ainda maior de empregados do setor público, como serão afetadas certas camadas da pequena burguesia, que ocupavam postos "médios e superiores"... setores que vão tornar-se aliás base social da "oposição" da esquerda do capital: da Frente Democrática Nacional, do Partido Socialista Mexicano e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (IV Internacional).

Por outro lado, o aumento dos preços – que foi considerável ao longo dos primeiros meses deste ano (1988 – ndt) – é uma consequência do aumento desproporcional de certas formas que compõem o lucro do capital (lucro comercial e juro). Isso repercutirá não apenas no consumo da classe operária (rural ou urbana), mas também no consumo da pequena burguesia, que é cada vez mais expropriada e jogada nas fileiras do proletariado. Pequena burguesia que, aliada a certos setores da média burguesia, tentará erguer um "projeto político democrático" de esquerda... e de "oposição parlamentar" ao Estado. Procurará também conduzir e aproveitar-se do descontentamento latente da classe operária, para submetê-la a um projeto "democrático-burguês". Certos setores da média burguesia aliados à pequena burguesia, através dos partidos políticos de centro esquerda (que constituem uma parte da esquerda do capital tais como o Partido Popular Socialista, o Partido Socialista Revolucionário, o Partido Socialista dos Trabalhadores e Partido Autêntico da Revolução Mexicana, pretendem estabelecer um projeto "cardenista democrático-burguês", que absorva e canalize para seus interesses particulares todo descontentamento eventual da massa operária (urbana e rural) frente ao PASE.

Além disso, o PMS, partido tipicamente pequeno burguês, aliado indiscutível do capital, pretende tornar-se o "pólo" autêntico da "oposição de esquerda", assumindo uma linguagem mais "radical". Enfim, o partido da IV Internacional, o PRT, será um pólo que reagrupará a "esquerda extra-parlamentar", isto é, o esquerdismo. De fato, é possível que nas próximas eleições o PRT perca votos... passando assim para as fileiras do esquerdismo.

Em resumo, o PASE é apenas um novo programa econômico "anti-crise", que visa essencialmente a desvalorização do capital e o ataque reforçado às condições de existência do proletariado (rural e urbano). O fundamento político desse pacto reside na articulação e na ação combinada de todos os aparelhos sindicais e associações patronais nos ataques contra a classe operária. Existe portanto uma ampla rede de canalização, composta principalmente por organizações políticas da pequena e média burguesia e das classes médias, através da qual o capital impede qualquer tipo de oposição efetiva da massa operária a este pacto burguês de "solidariedade".

IV

Concluindo, deve-se notar que no atual contexto de crise, o Estado é obrigado a intervir na sociedade civil (ou burguesa). Esta intervenção visa essencialmente a desvalorização do capital anteriormente acumulado.

No caso da economia do México, o Estado burguês nacional desempenha um papel central neste processo, cujo objetivo fundamental é o de fazer frente à queda tendencial da taxa de lucro, intensificando, nos períodos de conjuntura em que se apresenta a crise catastrófica (1982-83 e 1987-88), o processo de desvalorização do capital. Neste quadro é que o capital, por intermédio de seu representante – o Estado –, intensifica seus ataques às condições de vida do proletariado, procurando extorquir-lhe uma massa crescente de sobretrabalho.

Assim, de 1982 até os dias de hoje, o Estado burguês nacional concebeu e aplicou uma série de medidas de política econômica visando, na sua maioria, desvalorizar o capital social existente. As três medidas foram agrupadas em três programas econômicos: o PIRE, o PAC e, finalmente o PASE.

O que procura o Estado burguês mexicano com esse último programa, aplicado a partir da quebra das bolsas em novembro de 1987, à diferença dos precedentes, é submeter mais abertamente o proletariado às suas medidas anti-crise, por intermédio do aparelho sindical. Medidas que, como qualquer um sabe, significam miséria, exploração e ditadura do capital sobre a classe operária.

No plano político, o Estado burguês mexicano procura apenas a legitimidade do poder do capital. Para tanto, na conjuntura de crise econômica aguda, mobilizou seus lacaios e aliados contra a classe operária: desde os setores da grande burguesia (cujos representantes são a PAN e a Câmara de Comércio e Indústria), até os setores mais radicais da média e pequena burguesia e das classes médias (cujos representantes compreendem seitas esquerdistas maoístas e/ou terroristas até o PRT, o PMS, a Frente Democrática Nacional, etc.)

Neste contexto, a classe operária no México (assim como no resto do mundo), encontrar-se-á virtualmente sozinha no seu confronto com o capital e as camadas sociais que lhe são aliadas (a pequena burguesia). Por isso é que torna-se necessário retomar a palavra de ordem lançada há 140 anos no Manifesto do Partido Comunista, na sua luta contra seu irreduzível inimigo, o capital: Proletários de todos os países, unam-se! Neste sentido é que o proletariado deverá tirar sua energia revolucionária de sua existência como classe única e unida em escala internacional.

L' UNION
PROLÉTARIENNE

UNIÃO PROLETÁRIA

PELA FORMAÇÃO DO PARTIDO MUNDIAL DO PROLETARIADO: O PARTIDO COMUNISTA.

Para atingir esse objetivo, a União Proletária fixa-se as seguintes tarefas.

- A reapropriação da teoria revolucionária do proletariado, do Manifesto de 1848 às Esquerdas comunistas que, entre outras, lutaram contra a degenerescência da Terceira Internacional, partido internacional da classe operária;

- Trabalhar na constituição de uma rede orgânica internacional tendendo a reagrupar os elementos comunistas e a formar os futuros revolucionários necessários para a revolução comunista de amanhã.

Conteúdo de nossa ação:

- O capital, que reina como senhor absoluto na totalidade do planeta, indica-nos que não há mais tarefas burguesas que o proletariado possa cumprir: **A REVOLUÇÃO COMUNISTA ESTÁ NA ORDEM DO DIA EM QUALQUER LUGAR.**

Assim, a União Proletária não teria como participar ou caucionar sob qualquer forma toda política visando seja reformar, seja gerir o capital.

- A União Proletária opõe-se ao parlamentarismo e ao eleitoralismo, apóia os proletários que se organizam fora e contra os sindicatos vendidos ao capital, assim como qualquer luta que se coloca resolutamente num terreno de classe.

- A União Proletária opõe-se a toda repressão exercida pelo Estado burguês.

- Fascismo e democracia são dois modos de gestão do capital; não mais do que o fascismo, a democracia por meio da qual o capital reina em numerosos países não recebe apoio: **CONTRA TODAS AS FRENTE ÚNICAS OU BLOCOS POPULARES QUAISQUER QUE SEJAM.**

- No que se refere à guerra imperialista, a alternativa revolucionária não pode ser reduzida a sua mais simples expressão, a saber: revolução ou guerra; convém preparar-se à transformação da guerra imperialista, na hipótese desta explodir, **EM GUERRA CIVIL REVOLUCIONÁRIA PELA LIBERAÇÃO DO PROLETARIADO. CONTRA OS PREPARATIVOS DE GUERRA: DERRÓTISMO REVOLUCIONÁRIO.**

- O capital tendo entrado há muito tempo na totalidade do globo na sua fase de dominação real, as lutas de liberação nacional que ocorrem atualmente poderiam apenas integrar-se a um dos momentos da guerra imperialista e, portanto, participar do

esmagamento do proletariado; CONTRA AS LUTAS DE LIBERAÇÃO NACIONAL:
DERROTISMO REVOLUCIONÁRIO.

A UNIÃO PROLETÁRIA REAFIRMA CLARAMENTE QUE O SISTEMA
CAPITALISTA MUNDIAL SÓ PODE SER DERRUBADO DE MODO
VIOLENTO.

PELA ABOLIÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO.

PELA DITADURA DO PROLETARIADO.

PELA INSTAURAÇÃO DO COMUNISMO, COMUNIDADE HUMANA
MUNDIAL.

UNIÃO PROLETÁRIA COM O L'HERBE ROUGE

1, bis Rue d'Alesia 75014 Paris França

A PROPÓSITO DO APELO AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Em fevereiro de 1987, três grupos reivindicando pertencer ao movimento comunista, lançaram o apelo seguinte:

"O meio revolucionário atual (movimento comunista) sofre de uma extrema fraqueza ligada à dispersão em inúmeros grupos, revistas, círculos, etc...

- Defesa dos comunistas face aos ataques de que podem ser objeto.

- Uso comum e coordenação dos diversos meios técnicos de que cada um disponha: rede de difusão, local, gráfica, caixa postal, edição, documentação e arquivos, etc., etc, podendo chegar até à

- Edição de uma revista comum, produto da colaboração de diferentes componentes do meio, que guardam por inteiro suas características políticas e organizacionais específicas.

Esse texto apresentado aos componentes do meio revolucionário constitui uma primeira proposição no objetivo de suscitar um apelo formulado pelo conjunto do movimento comunista.

Comunismo ou Civilização – Germano – Revista Comunista

Paris, 8 de fevereiro de 1987. "

Foi com base nesse documento que os signatários contataram em fevereiro e março do mesmo ano os seguintes grupos: Fração Externa da Corrente Comunista Internacional (FECCI), Grupo Comunista Internacional (GCI), Jalons ¹⁵, União Proletária (UP), Fermento Operário Revolucionário (FOR), assim como a Corrente Comunista Internacional (CCI).

De pronto, o CCI, o GCI e o FOR recusaram-se a subscrever o documento; a FECCI declarou-se interessada em discutir. Jalons firmou sua assinatura mas retirou-a rapidamente em seguida; Germano ¹⁶, signatário do texto, e que de fato tinha perspectivas muito diferentes do apelo, vendo que seus projetos não poderiam ser atingidos, retirou-se da iniciativa comum. Quanto à Revista Comunista, membro do BIPR, ocorre que, após várias e várias peripécias, conheceu uma cisão que, até o presente, conduziu ao seu desaparecimento. ¹⁷

Quanto a nós, assinamos imediatamente o texto do apelo.

¹⁵ "Jalons" encontra-se agora unida à Fração Externa do CCI.

¹⁶ "Germano". Este grupo de camaradas publica agora os "Cadernos Comunistas".

¹⁷ De fato, a seção francesa do BIPR tinha decidido sozinho a participar da iniciativa. A seção italiana, Battaglia Comunista (PCI), despachou um emissário para afirmar o desacordo do "bureau". Uma parte da seção francesa recusou sujeitar-se às injunções e retirou-se do BIPR. É necessário precisar aqui que Battaglia, mas também o BIPR, que mesmo declarando-se em acordo com o primeiro ponto do apelo, se recusaram a assiná-lo. Para um resumo do conjunto dessas reuniões os camaradas poderão ler o artigo de "Comunismo ou Civilização", número 23, e "Comunismo", número 4, que traça corretamente o desenrolar.

Diversas são as razões invocadas para não participar dessa iniciativa, mas de qualquer modo uma coisa é certa: todas arcam em comum com uma grave responsabilidade na não resolução, ou ao menos, na recusa ao esforço comum que é necessário realizar para superar as dificuldades que assaltam o movimento e, sobretudo, frente aos importantes vencimentos que o próximo desenvolvimento da luta de classes não deixará de fazer aparecer. Os três pontos que figuram no apelo sintetizam o conteúdo do primeiro passo político a ser necessariamente realizado se os comunistas querem efetivamente dar a si mesmos os meios para melhor prever e, por conseqüência, preparar como se deve a retomada da luta de classes.

1. DEFESA DOS COMUNISTAS FRENTE AOS ATAQUES DE QUE PODEM SER OBJETO.

Como ressalta o texto do apelo, os comunistas não puderam fazer frente aos diversos ataques e, para nós, essa realidade é válida quer pela proteção quer pela solidariedade¹⁸. Após tanto tempo os comunistas colocaram num nível importante de sua atividade a solidariedade ativa entre os comunistas, mas também a colaboração técnica e, logicamente, a difusão das teses revolucionárias; poder-se-ia, a priori, pensar que isso não seria senão o "b-a-ba" do movimento revolucionário e que não haveria porque verdadeiramente criar um escândalo dado que, olhando de mais perto, essa iniciativa deveria ter sido lançada há muito tempo e que tudo não passa de honraria àqueles que a lançaram... e que continuam sustentando-a ativamente. Sendo assim, enfim, a solidariedade não faria mais parte das tarefas dos comunistas? Pode-se realmente colocá-la em dúvida em vista das diferentes posições adotadas. No entanto, a análise da situação internacional, do mesmo modo que a situação do proletariado, indica tensões enormes e explosões não deixaram de se produzir num certo número de países e no seio de camadas particularmente desfavorecidas, exploradas, do proletariado; no mais, os Estados se reforçam frente às diversas circunstâncias: luta anti-terrorista, repressão de movimentos sociais, etc, etc...; mas, e aqui isso assume toda a sua amplitude, a recente aparição de organizações revolucionárias em regiões como a Ásia, a América do Sul, coloca de modo crucial, determinante, a questão da solidariedade entre revolucionários comunistas, e muito mais na medida em que os membros desses grupos fazem frente em sua grande maioria a uma repressão quase cotidiana.

Portanto, não somente a questão da solidariedade se coloca já, mas se colocará com muito mais acuidade num futuro próximo. E se os comunistas não são capazes de adotar uma clara linha de conduta frente à repressão capitalista, uma vez mais o movimento se encontrará desarmado frente aos ataques dos estados burgueses.

Está claramente estabelecido que o movimento comunista na hora atual e na sua situação não é capaz de se defender, ainda que de modo sumário.

¹⁸ Devemos mencionar aqui que quando nosso camarada japonês Yamaoka Kyôchi foi assassinado em Tóquio, em 13 de janeiro de 1986, a imprensa revolucionária permaneceu quase que totalmente muda; só o GCI publicou integralmente na Ação Comunista o artigo aparecido no boletim da UP, número 8, páginas 17-19.

Uma das principais causas que se encontram na origem dessa situação é a seguinte: trata-se certamente do peso histórico da contra-revolução que atua tal qual uma massa de chumbo sobre o proletariado de uma parte, e sobre os militantes comunistas, de outro. Durante as grandes vagas revolucionárias do passado, as práticas de solidariedade ativa eram moeda corrente tanto entre os proletários, como entre os comunistas, mas também entre proletários e comunistas. Se a solidariedade entre proletários inexiste nesse momento, sobretudo na Europa (mas não apenas) isso se deve, de uma parte, à falta de movimento revolucionário do proletariado e, de outra, à não existência do partido comunista formal, o que é uma das resultantes do mais longo período de contra-revolução que atravessamos e que agora chega a seu fim. A retomada da luta de classes ocorrerá junto com a fase de reconstituição do partido formal do proletariado, condição necessária e determinante de ações de amplitude e de massa para as campanhas de solidariedade ativa. Se hoje evocamos esse princípio, é porque certos grupos do movimento comunista pensam que é possível empreender tais ações já e agora. Trata-se de uma incompreensão total das tarefas atuais dos revolucionários. Se introduzimos nesse debate as questões da solidariedade em geral, é porque pensamos que não é possível fazer de outro modo sem que se falseie o debate. A total confusão (na melhor das hipóteses) que reina nesse domínio apareceu ainda mais claramente quando das discussões que se seguiram ao apelo, e sobretudo nos comportamentos sucessivos de cada grupo. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

PARA NÓS, A POSIÇÃO DE PRINCÍPIO QUE DIZ RESPEITO À NOSSA ATITUDE FACE À REPRESSÃO É A DE SER ABSOLUTAMENTE CONTRÁRIOS A TODAS AS FORMAS DE REPRESSÃO, INCLUSIVE AS QUE AFETAM OS MOVIMENTOS QUE NÃO COMPARTILHAM EXATAMENTE DAS MESMAS POSIÇÕES QUE AS NOSSAS; evidentemente, não é preciso dizer que essa oposição também se aplica a medidas repressivas que atingiram ou atingem indivíduos isolados (como os proletários em revolta).

Assim, na medida em que as posições de princípio devem ser lembradas, não se trata no momento de separá-las arbitrariamente, quando de sua aplicação, da situação imediata concernente à relação de forças burguesia/proletariado. Dessa situação decorrem atitudes políticas muito diferentes, mas certamente nunca incompatíveis com o programa comunista e que consistem em utilizar judiciosamente nossas forças ultra reduzidas num contexto particular.

Assim, na França, em vista da extrema fraqueza de nossas forças, é totalmente ridículo pretender qualquer solidariedade ativa, no sentido real do termo, para com todas as vítimas da repressão burguesa; é claro que isso não significa que não devemos fazer eco de tais informações em nossa imprensa e também apelar à solidariedade, mas deve ficar claro que atualmente nenhum grupo que compõe o movimento comunista tem meios efetivos para pretender efetuar qualquer solidariedade ativa para com as vítimas da repressão capitalista. Colocar em prática o inverso significaria duas coisas: ou os grupos em questão que se engajassem nesse momento, nesse tipo de atividade, rumariam obrigatoriamente para o suicídio político, na medida em que seria necessário passar por alianças muito pouco recomendáveis, ou então diluiriam a globalidade de sua atividade revolucionária, dispersando toda sua energia em ações que no mais só poderiam apoiar-se na legalidade burguesa.

Ao contrário, como dissemos mais acima, convém, segundo as zonas em que os comunistas intervêm e, evidentemente, segundo o contexto político reinante, modular nossa ação anti-repressiva. Assim, segundo os lugares em que um movimento operário relativamente importante se desenvolve, é bem possível conduzir de modo quase autônomo, comunista, ações de solidariedade ativa em favor das vítimas da repressão capitalista.

Pensamos aqui particularmente na Coréia do Sul, onde pequenas minorias revolucionárias souberam, a favor de um forte sentimento de solidariedade existente no proletariado, conduzir ações pela liberação dos aprisionados que tiveram efetivamente êxito. No Japão, onde existe um movimento muito importante de operários diaristas, onde a repressão é muito forte, ações de solidariedade ativa podem ser empreendidas sem por isso colocar em perigo o resto do trabalho militante dos comunistas e dos comitês de operários diaristas¹⁹.

Nos dois casos citados, é portanto possível chegar a resultados positivos na medida em que existe um real movimento de solidariedade, produto de um forte movimento operário e que, além disso, é organizado por minorias comunistas.

Ao contrário, onde não existe movimento de solidariedade operária devido à falta de movimentos de classe, e onde proletários são vítimas da repressão, como a que se segue a uma greve, é totalmente impossível empreender esse tipo de ação pelas razões já citadas. O que não dispensa os comunistas de fazer circular a informação e de apelar também à solidariedade. Este último ponto está longe de ser negligenciável e é parte integrante das tarefas comunistas.²⁰

Como resumo de nossa posição referente à solidariedade para com as vítimas da repressão, afirmamos sustentar os seguintes pontos:

- Somos contra todas as formas de repressão capitalistas.
- Somos pelo desenvolvimento da solidariedade para com todas as vítimas da repressão capitalista.
- Não é possível empreender ações de solidariedade ativa para com todas as vítimas da repressão capitalista se, conjuntamente, não existe um forte movimento operário.
- A tarefa primordial para os comunistas é que assegurem exclusivamente a direção desse tipo de luta; e aqui, a experiência histórica é rica em ensinamentos.²¹

¹⁹ Os números 3, 7 e 8 do boletim da UP, tratam dos operários diaristas do Japão. No entanto, convém precisar as ações de solidariedade ativa nesse caso onde a conjuntura sendo muito flutuante quanto à organização dos diaristas.

²⁰ É importante combater certas afirmações como a de Battaglia Comunista que entende simplesmente não haver prisioneiros políticos na Itália.

²¹ Nós pensamos mais particularmente aqui no "Seguro Vermelho" fundado pela IC desde o início dos anos vinte, que foi um grave erro tático e que permitiu entre outras coisas a abertura da degenerescência da IIIa IC rumo a muito famosa tática da frente única.

A questão da solidariedade em geral é um assunto que levou e leva a tomadas de posição muito graves no movimento comunista. Mas nos contentaremos, no momento, em expor os recentes propósitos ocorridos aqui e acolá, notadamente após os eventos que se desenrolaram no Peru em 18 de junho de 1986, durante o congresso da Internacional Socialista em Lima; queremos falar evidentemente aqui do massacre bem real perpetrado nas prisões de "Lurigancho", "Santa Bárbara" e sobretudo em "El Frontón" durante o qual centenas de prisioneiros foram simplesmente liquidados.

Nesse sentido, o debate principal que se desenvolveu não tomou corpo precisamente sobre a questão do massacre, mas principalmente sobre a solidariedade que o Grupo Comunista Internacional firmou às vítimas desse massacre; e mais ainda! o que gostaríamos de conhecer, obviamente, é a posição de grupos, como o CCI por exemplo, que, afim de evitar de tratar da espinhosa questão da solidariedade, preferiu centrar o debate no suposto apoio do GCI ao Sendero Luminoso. Mas pode ser que o GCI tenha tido dificuldades em ler os textos que fossem os dele. O artigo em questão²² tem por objetivo, e isso é flagrante, exprimir a solidariedade desse grupo para com os proletários vítimas do massacre; no mais, ele toma um anseio particular ao demarcar-se, em todos os sentidos do termo, do "Sendero Luminoso" E não são algumas frases extraídas aqui e acolá do texto pelo CCI que vão nos fazer mudar de opinião. Poderíamos também nos aproveitar desse pequeno jogo e apresentar todo um arsenal de frases que significassem totalmente o contrário, mas, para nós, conta unicamente o que quer fazer ressaltar esse texto: a necessidade de firmas a solidariedade dos comunistas, demarcação política frente ao "Sendero Luminoso" e denúncia daqueles que caucionam, direta ou indiretamente sob qualquer forma que seja, a repressão capitalista. No que se refere a esse último ponto, temos que marcar aqui nossa mais viva oposição (para não ir além) àqueles que, ávidos de esquemas simplificados, querem apresentar esse massacre como "um enfrentamento entre duas frações da burguesia".²³ Mas, para o momento, deixemos de lado essas miseráveis tomadas de posição e retornemos às questões da solidariedade. É perigoso que certos grupos que se reivindicam do comunismo tratem como tal ligeireza assuntos tão graves. A questão da solidariedade em geral é reveladora da atitude ulterior dos comunistas e demanda, portanto, esclarecimentos sobre as diversas posições atuais, assim como justificativas. Não se pode dizer simplesmente: "Ao firmar sua solidariedade às vítimas da repressão no Peru, o GCI apóia o "Sendero Luminoso", e sair assim, através de uma pirueta, a fim de não tomar posição sobre a solidariedade em geral.

Não! essa situação que, de fato, só serve à burguesia, deve se superada pelas forças comunistas espalhadas pelo mundo; o debate deve ser abordado com toda a seriedade que requer uma questão tão importante e determinante para o futuro de nosso movimento. É evidente, no entanto, que na base de divergências tão profundas, se encontre opções contrárias à defesa do programa comunista. Segue-se portanto, diferenças de apreciação importantes frente ao movimento comunista (o "meio"), para retomar o indicativo dado a esse mesmo movimento pelos autores do apelo. Resta que, para nós, essas questões devem

²² Em "O Comunista", número 25, pgs 45-50.

²³ Queremos recordar a esses observadores finais dos movimentos sociais, aficionados da dialética, que em 1936, na Espanha, era também o proletariado quem se batia sob a bandeira do anti-fascismo e que, portanto, esse mesmo proletariado jamais foi assimilado à burguesia, salvo pelos cretinos.

ser tratadas com toda seriedade que comportam e continuaremos , evidentemente na medida de nossas forças e em função das possibilidades que nos toca ou não o movimento proletário, a manter a luta para desenvolver a solidariedade contra a repressão, de uma parte, e a combater o indiferentismo e todos os desvios que se revelam mais e mais como um verdadeiro perigo para o movimento revolucionário.

Na base dessas posições referentes à solidariedade em geral, encontra-se a idéia que certos grupos do meio comunista fazem deste ou daquele ponto do programa comunista e também das relações a serem mantidas entre os grupos e organizações de um mesmo movimento. Ora, aqui também pode-se dizer que as relações de "franca camaradagem" estejam na ordem do dia.

Se assinamos o texto do apelo é porque pensamos que o desenvolvimento dessas relações nefastas, a seu termo, corre o risco de trazer desagradáveis conseqüências para o movimento comunista. Pensamos que já é mais do que tempo de engajar uma luta sem trégua contra estas. Esta consiste (entre outras) em materializar desde já formas de organização que devem estar preparadas para organizar os comunistas frente à repressão e defendê-los.

Aqui ainda, a resposta de certos grupos do meio revolucionário não tem equívoco possível; assim, o CCI, na sua carta-resposta ao apelo, datada de 15 de março de 1987, disse o seguinte:

"Gostaríamos inicialmente de fazer algumas observações sobre os signatários do texto: Comunismo ou Civilização, Germano e a Revista Comunista. Sua proposição provém ao mesmo tempo de organizações políticas e indivíduos, o que, em vista dos objetivos propostos, nos pareceu um pouco irresponsável. Se considerarmos simplesmente o primeiro ponto colocado na sua carta, o da defesa dos comunistas frente à repressão, isto é, o da segurança, o CCI sempre tem manifestado sua solidariedade frente às organizações do meio proletário atingidas pela repressão. Mas, nas questões de segurança, a principal garantia reside na coletividade e na coerência de uma atividade militante organizada, e não num cartel aberto a todos os ventos, sem que estejam bem claras as posições políticas de uns e outros.

Não conhecemos claramente as posições políticas de Germano, as quais não se exprimem publicamente. Comunismo ou Civilização, após anos de recuo acadêmico, mal começa a se abrir aos debates do meio político: isso não constitui certamente uma base política clara para poder visualizar hoje a disposição em comum de meios organizacionais . Quanto à Revista Comunista, publicação na França do BIPR, camaradas, se não podemos verdadeiramente declarar-nos surpresos de uma participação em uma iniciativa desse tipo, parece-nos, no entanto, que seu apoio a essa proposição está em contradição.

- com a atitude da CWO e de BC (PCI) que estão na origem do BIPR, frente ao CCI quando da conferência dos grupos da Esquerda Comunista, e que consistiu em excluir de maneira sectária nossa organização dessas conferências. (A abertura oportunista de hoje é o ranço do recuo sectário de ontem?)

- com o conteúdo da carta dirigida como resposta do BIPR às proposições do grupo Emancipação Operária (Argentina) e que insiste justamente na necessidade de clarificação política antes de visar qualquer atividade comum.

Nessas condições, só podemos nos perguntar sobre os "componentes" do meio revolucionário, a quem esse texto foi apresentado: organizações políticas, círculos e indivíduos, vocês somente podem minimizar a indispensável compreensão da necessidade da organização e do papel dos revolucionários no período atual, e, portanto, por contra-golpe, a perspectiva de reagrupamento dos revolucionários."

No que se refere à questão da solidariedade entre comunistas, estes curtos extratos da resposta do CCI são reveladores, de uma parte, do papel que o CCI entende desempenhar no movimento e da idéia, no mínimo fantasiosa, que ele faz de si mesmo ²⁴, de outra parte, e isso apesar de todas as afirmações do CCI segundo as quais sempre tem levado sua solidariedade às organizações comunistas vítimas da repressão, somos obrigados a constatar que essa organização, de fato, só sabe levar sua solidariedade aos seus próprios militantes.

Para eles, há solidariedade e "solidariedade", e não estamos muito de acordo com o CCI quando este nos diz que sempre levou a sua às organizações do meio atingidas pela repressão. ²⁵

E a solidariedade com os comunistas só pode ser uma solidariedade ativa, e não uma simples afirmação da solidariedade; esta deve ser desenvolvida em todos os períodos e em qualquer lugar, independentemente da conjuntura política.

O GCI se coloca questões, "indaga-se" sobre os "componentes" do meio revolucionário aos quais o texto do apelo foi submetido, e faz assim pairar uma dúvida quanto à coerência e a responsabilidade que animaram esses grupos. O CCI deixa inclusive entender, a quem queira crer, que alguns desses grupos não fariam sequer parte do meio revolucionário. Trata-se aqui de um meio bem cômodo de rejeitar o primeiro ponto do apelo. Dito isso, o CCI demonstra assim sua total irresponsabilidade quando se sabe que polemiza com todos os componentes que assinaram o apelo, assim como com todos aqueles a quem o apelo foi submetido, do mesmo modo que convida-os periodicamente a participar de reuniões públicas que organiza. E, com efeito, todos esses componentes fazem parte integrante do movimento revolucionário. ²⁶

²⁴ Na "Revista Internacional", número 54, pg 23, nota 1, o CCI, após haver precisado que ele é agora a mais importante urbanização do meio revolucionário, acrescenta incontinenti que ele "tornou-se por isso o ponto de referência (sic) para todos os grupos e elementos desse meio." E acrescenta:

"Não é para nós senão um motivo de satisfação particular: nós estamos muito conscientes e preocupados com a fraqueza geral do meio revolucionário vis-a-vis de suas responsabilidades na classe para nos regozijarmos dessa situação".

Como se vê ainda aqui, e como se vê na resposta do CCI ao apelo, a única preocupação desse grupo não é o que ele afirma mas sim os interesses de sua própria secta.

²⁵ Nós gostaríamos que o CCI nos fizesse saber que tipo de solidariedade ele realizou vis-a-vis do GCI quando este recebeu os golpes da repressão.

²⁶ Mas pode ser que para o CCI tudo o que se situa no exterior de sua organização não merece ser considerado como parte integrante do movimento revolucionário. Medíocre estimativo do movimento! Tristes cálculos para reforçar sua secta!

2. COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDIÇÃO DE UMA REVISTA COMUM

Como dissemos mais acima, essa proposição refere-se unicamente aos componentes do movimento comunista. O termo "maio" parece-nos pouco adequado para qualificar globalmente e definitivamente o conjunto dos grupos que reivindicam o comunismo revolucionário. Se, de nossa parte, o empregamos de tempos em tempos, é porque a palavra estigmatiza muito bem, nessas circunstâncias, uma realidade que tende a atingir mais e mais o movimento, a saber: o imobilismo, a estagnação, assim como uma competição interna, jogo favorito das seitas que o CCI, a principal delas, tem um prazer não camuflado em manter.

A cooperação técnica arca com as mesmas objeções que aquelas relativas à solidariedade entre comunistas. O mesmo ocorre com a revista comum. Este texto jamais foi proposto a grupos esquerdistas, ou a organizações definitivamente reformistas, ou ainda a organizações trotskystas ou estalinistas. Não, ele é proposto a um "meio" que reivindica a reapropriação integral da teoria comunista, a organização revolucionária do proletariado num partido comunista mundial, a luta contra os sindicatos vendidos ao capital, a derrubada violenta do aparelho do Estado burguês, a instauração da ditadura mundial do proletariado, transição necessária do capitalismo ao comunismo. Evidentemente, todos os comunistas sabem que existem diferenças de apreciação, assim como gravíssimas divergências, segundo as organizações, sobre um ponto do programa ou mesmo sobre o conjunto do programa²⁷. Mas o que uma parte não negligenciável dos simpatizantes e militantes ignora é a que ponto a contra-revolução não apenas dividiu o movimento revolucionário internacional, mas fragmentou a teoria revolucionária do proletariado, semeando assim uma confusão radical nos espíritos. O grau dessa fragmentação da teoria pode ser bem medido na leitura dos diferentes textos que emanam dos diversos grupos e organizações comunistas espalhadas pelo mundo. Mas é constatar que essa fragmentação induziu e induz a graves divergências no movimento e também a um recuo geral das "idéias" das posições no mundo inteiro.

As diferentes receitas aplicadas até aqui não trouxeram nada de positivo para o movimento, e até por causa delas temos que: conferências internacionais, passando por outras múltiplas tentativas, produziram uma maior confusão para as magras forças proletárias que chegaram a situar sobre alguns pontos do programa comunista.²⁸

As conferências internacionais tiveram o mérito de demonstrar que somente a discussão, confrontação das diversas posições presentes, não poderiam fazer a unidade dos comunistas avançar um palmo sequer. Assim uma constatação se impõe: o movimento comunista está mais e mais esquarterado e dividido.

²⁷ Convém aqui precisar esse ponto, o conjunto dos grupos ao qual o apelo foi enviado faz parte do movimento comunista. Isto estando dito, as tendências desviacionistas que se manifestam aqui e acolá, trazem o risco de colocar globalmente em causa o programa. Trata-se aqui de visões que traçam as possibilidades para o futuro de componentes do movimento.

²⁸ Se nós temos, até o presente, nos oposto a essas conferências, isso não significa que no futuro nos recusaremos participar ou mesmo organizá-las.

Encontramo-nos, portanto, numa situação de fraqueza extrema, num período que vai desembocar, a seu termo, no ressurgimento da luta de classes; e nesse momento a necessidade da teoria se fará sentir com extrema insistência. Sabemos muito bem que essa situação será ideal para a decantação e para o real posicionamento dos grupos que se reclamam hoje do comunismo, e que se tratará de uma situação inapelável para aqueles que não souberam ter a força de manter-se nas posições fundamentais do programa comunista. Só o enfrentamento de classe estará, portanto, em condições de conduzir a bom termo, e até suas últimas conseqüências, o processo de clarificação/delimitação das diferentes forças que reivindicam hoje a defesa do proletariado mundial.

A tarefa fundamental dos comunistas hoje é a reapropriação da teoria revolucionária. Não ver agora esse aspecto fundamental do conjunto de nossas tarefas é mal preparar a retomada da luta de classes: "sem teoria revolucionária, nada de movimento revolucionário". Quando empregamos os termos do partido formal e partido histórico é de acordo com a distinção operada por Marx, que precisou que o partido formal não era em nada necessário nos momentos globalmente desfavoráveis ao proletariado mas que, muito pelo contrário, o trabalho de aprofundamento programático, balanço das derrotas, dos combates passados, deveria ser prosseguido afim de preparar as lutas ulteriores para conduzi-las à vitória.

Se hoje consideramos a situação como sendo globalmente desfavorável ao proletariado e pensamos que o trabalho de restauração é a tarefa principal dos comunistas, resta-nos concentra toda nossa atenção sobre as tensões que existem em certas zonas do globo; com efeito, estamos convencidos de que os enfrentamentos de classes que se desenrolam de tempos em tempos nessas zonas contribuem para formar militantes comunistas²⁹ e que devemos empreender todo o esforço para chegar a trabalhar em conjunto com esses camaradas. E neste caso seguir-se-ão tarefas teóricas e tarefas que se "parecem" um pouco mais com as do partido formal numa situação de luta intensa. E é aqui que o apelo toma toda sua amplitude, na medida em que a cooperação técnica e a difusão de uma revista comum das posições do conjunto do movimento comunista seriam e serão um apoio muito útil nas situações em que a tarefa de reapropriação programática não é tão evidente. A concretização desse ponto não negligenciável do apelo permitirá também aprimorar nossa apreciação geral da situação mundial do proletariado e, como conseqüência, melhor prever a evolução global do movimento proletário.

Um outro aspecto importante que resultará da difusão internacional da revista comum é que estarão, enfim, acessíveis textos que emanam do conjunto das organizações participantes, aos quais, até o presente, somente os "chefes" têm acesso e somente eles decidem da publicação do conjunto, ou, na maior parte dos casos, de extratos, ou que simplesmente jamais serão difundidos³⁰. Isso terá também a vantagem de acabar sumariamente, ou ao menos evitar, as polêmicas desastrosas, como a que surgiu na

²⁹ Ver a esse propósito o exemplo dos camaradas argentinos que redigiram a "Propuesta". Seu itinerário é significativo nesse quadro.

³⁰ Um caso concreto: essa revista vai difundir os textos de Kamunist Kranti; é um avanço conquanto esses textos jamais tinham sido difundidos em língua francesa. Salvo só extratos de Comunismo (ex-CCA) publicados pelo CCI, acontecerá o mesmo para os camaradas mexicanos. Evidentemente, isso vale para as outras línguas e países.

seqüência da publicação do artigo do GCI afirmando sua solidariedade às vítimas da repressão no Peru: cada comunista poderá, portanto, julgar por si mesmo a validade ou não de certas afirmações.

Essa revista foi criada, portanto, para reforçar a difusão das posições do movimento comunista pelo mundo. Se, contrariamente aos camaradas argentinos, não queremos fazer uma revista de discussão ³¹, é porque pensamos que nossa iniciativa não é a de restringir ainda mais os meios dos comunistas: com efeito, os debates, as polêmicas já existem na imprensa revolucionária e, portanto, não se trata para nós de limitar os meios, realizando tarefas que só duplicariam o que já existe.

Para nós, a cooperação técnica, a realização de uma revista comum caminham politicamente juntas, sendo que a realização da revista comum é apenas o desembocar obrigatório da cooperação técnica. Os grupos que só quiseram ver neste apelo os aspectos técnicos, esquivam-se de ver as implicações políticas, dizendo simplesmente que não se pode vislumbrar cooperação técnica sem se tratar as questões políticas, realmente esquivam-se do mundo! Essa reação é de fato característica da idéia que algumas seitas fazem do movimento comunista e do seu avançado grau de sectarismo, pois recusam toda cooperação com o movimento do qual se reivindicam.

3. CONCLUSÃO

O "meio" revolucionário tem se comportado de modo quase irresponsável nesse assunto: o CCI, que só tem unidade da boca para fora e que não está mesmo disposto a firmar sua solidariedade às vítimas da repressão no meio ao qual ele reivindica pertencer, o que prova a que ponto esta organização está gangrenada pelo sectarismo; o GCI, que afirma romper com tudo que não faça parte do "meio" revolucionário, que ao longo das colunas nas suas publicações sustenta a polêmica com este, que padece das mesmas dificuldades que afetam o conjunto do movimento e que se comporta, como todo mundo no "meio", quanto à troca de publicações.

Logo, o movimento que só fala de unidade, de solidariedade, de reforço da teoria revolucionária, não é sequer capaz de assegurar o mínimo político necessário para chegar à realização desses objetivos. E ainda, na medida em que se se trate nesse apelo apenas de um pequeno passo a realizar em comum, mal ousamos pensar em que vão desembocar as grandes frases maximalistas que o movimento emprega constantemente no delírio verbal que lhe é próprio, mas nos dedicaremos a isso em outra ocasião.

Isto posto, e finalmente, temos aqui que render viva homenagem aos nossos parceiros, que souberam, num contexto politicamente difícil, ver onde é possível defender, agora, e fazer progredir o movimento comunista.

³¹ Ver a "Propuesta" difundida pelo E.O. O Texto da "Propuesta" está disponível em nosso endereço postal: U.P. com o l'Herbe Rouge 1 bis, rue d'Alésia 75014, Paris.